

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

8.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME XI



LISBOA  MCMLXIV

ASSOCIAÇÃO DE ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
ARQUEOLOGIA

Arqueologia e História

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

1.^a SÉRIE

Arquivo de Architectura Civil — Jornal dos Architectos Portuguezes e Archeologos, 10 fascículos (1865)*.

2.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes I (1876)*, II (1880)*, III (1882)*, IV (1886)*, V (1888)* e VI (1890)*.

3.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes VII (1893)* e VIII (1900)*.

4.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes IX (1901), X (1904) e XI (1907).

5.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes XII (1910) e XIII (1913)*.

6.^a SÉRIE

Arqueologia e História, volume I (1922)*, II (1923)*, III (1924), IV (1925), V (1926), VI (1928), VII (1929), VIII (1930), IX (1930) e X (1932).

7.^a SÉRIE

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portuguezes, volumes I (1934)*, II (1936)*, III (1937)*, IV (1938), V (1941), VI (1942) e VII (1943).

8.^a SÉRIE

Arqueologia e História, volumes I (1945)*, II (1946), III (1947), IV (1947), V (1951), VI (1955), VII (1956), VIII (1958), IX (1962) e X (1961).

Os volumes marcados com * estão esgotados.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA



8.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME XI



LISBOA  MCMLXIV

BIBLIOTHECA
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUESES
Edifício Histórico do Campo

TÁBUA DAS MATÉRIAS

	Págs.
As doenças do Rei D. Sebastião — <i>José Timóteo Montalvão Machado</i>	9
Vila romana da Herdade da Fonte do Prior (Montemor-o-Novo) — <i>Afonso do Paço e João de Lemos</i>	25
Jazidas quaternárias com fauna de vertebrados encontradas em Portugal — <i>Octávio da Veiga Ferreira</i>	37
Pinturas rupestres do Monte Chinhamapere, contraforte da Serra de Vumba, em vila de Manica (Moçambique) — <i>Octávio Rosa de Oliveira</i>	55
A Casa de Bragança e a Arqueologia Portuguesa — <i>Afonso do Paço</i>	65
Antiguidades da Egitânia — Alguns achados dignos de nota — <i>D. Fernando de Almeida e Octávio da Veiga Ferreira</i>	93
Um pequeno museu arqueológico regional — <i>Eduardo da Cunha Serrão</i>	103
Dois marcos miliários, inéditos, do troço Centum Cellae-Valhelhas, da via militar romana Mérida-Viseu-Braga — <i>Aurélio Ri- cardo Belo</i> †	127
Nota sobre o paleolítico de Moitas Venda (Alcanena) — <i>Afonso do Paço</i>	143
Dr. Luís Chianca de Pina Manique — Cientista, arqueólogo e artista — <i>Ernesto Soares</i>	147
Epigrafia Portuguesa nas Ilhas Bermudas, 1543 — <i>João Vidago</i> ...	171
A morte do Infante D. Fernão Sanches contada no seu túmulo — <i>José Maria Cordeiro de Sousa</i>	179
Informações	187

AS DOENÇAS DO REI D. SEBASTIÃO

pelo

sócio efectivo

José Timóteo Montalvão Machado

AS DOENÇAS DO REI D. SEBASTIÃO

A — O REI VEIO AO MUNDO TERRIVELMENTE AMEAÇADO

DO casamento do Rei D. João III com sua prima coirmã D. Catarina, resultaram nove filhos, dos quais apenas dois atingiram a puberdade: a Infanta D. Maria e o Príncipe D. João.

Persistindo-se na louca e criminosa política dos casamentos consanguíneos, logo aqueles dois irmãos, D. Maria e D. João, casaram respectivamente com os Infantes Espanhóis, D. Filipe e D. Joana, seus primos coirmãos.

Interessa-nos por agora tratar da união matrimonial do nosso Príncipe D. João com a Infanta D. Joana, tendo ele apenas 14 anos de idade e sendo ela um ano mais velha. Não tardou que uma terrível forma de diabetes surgisse na pessoa do Príncipe, vitimando-o com 16 anos e deixando a mulher grávida de alguns meses. Continuava a viver o Rei D. João III, mas aquele feto, que se ia desenvolvendo na matriz da Princesa D. Joana, era agora a única esperança dum herdeiro português para ocupar o Trono de Portugal. Era pelo povo aguardado com a maior ansiedade e por isso lhe chamaram o *Desejado*.

È conhecida a frequência com que estes seres vêm ao Mundo, com manifesta inferioridade de condições físicas, quando os seus progenitores se encontram ainda em idades bastante precoces, ou quando, pelo contrário, já atingiram idades bastante maduras.

B — CONTUDO, D. SEBASTIAO NASCEU BASTANTE ROBUSTO

À parte a instabilidade e a insegurança do seu sistema nervoso, que o dispunham para todos os exageros e destemperos, D. Sebastião não veio ao Mundo desfavorecido na sua robustez física. Embora com o prognatismo próprio dos Habsburgos, e com o rosto muito branco, salpicado de sardas, parece que D. Sebastião era uma criança gentil, a quem os anos deram suficiente força muscular e ardente belicosidade.

A sua boa disposição para jogos e exercícios físicos, a sua inclinação para a caça e equitação, são postas em foco pelos historiadores, que se não cansam de lhes gabar o vigor e a intrepidez.

Diz um desses autores: «...porque vendo-se robusto, com forças e valor, se encheo de huma cobiça da gloria militar, que foy a sua total ruina...» (1). E de forma idêntica remata outro autor mais moderno: «Estas forças eram tais que nunca alguém o viu fatigado, nem mesmo no dia da batalha, e nunca o abandonaram, nem mesmo nos casos imprevisitos» (2).

C — MAS D. SEBASTIAO SOFREU PELO MENOS DE DUAS ENFERMIDADES

Conquanto tivesse suficiente vigor físico, D. Sebastião era frequentemente sujeito a alucinações, a divagações nocturnas, a destemperos e arrogâncias, que são minuciosamente descritas pelos autores já referidos e muitos outros, bem como a um exagerado amor próprio, que o conduz a uma ilimitada auto-confiança.

Tem amuos e iras furiosas, alternando com acalmações súbitas e manifestações alegres e afectivas. É fanático, glutão, propenso a todos os exageros. Inconstante na sua residência, que transfere a cada passo, é também teimoso em certos propósitos e obstinado em certas empresas, que se transformam em ideias fixas.

Rei D. João I, de Boa Memória
c. c. D. Filipa de Lencastre

de Inês Pires

Rei D. Duarte,
c. c. D. Leonor de Aragão

Infanta D. Isabel,
c. c. Filipe de Borgonha

Infante D. João,
c. c. D. Isabel (Bragança)

D. Afonso, Duque de Bragança
c. c. D. Brites Pereira

Infante D. Fernando,
c. c. D. Beatriz (Bragança)

D. Leonor,
c. c. Frederico III da Alemanha

Carlos, o Temerário,
c. c. D. Isabel de Borgonha

D. Isabel,
c. c. João II de Castela

D. Beatriz,
c. c. o Infante D. Fernando

D. Isabel,
c. c. o Infante D. João

Rei D. Manuel I,
c. c. D. Maria

Maximiliano I,
c. c. D. Maria de Borgonha

D. Maria de Borgonha,
c. c. Maximiliano I

D. Isabel,
c. c. Fernando (Reis Católicos)

Rei D. Manuel I,
c. c. D. Maria

D. Isabel,
c. c. João II, de Castela

D. Beatriz,
c. c. o Infante D. Fernando

Rei D. João III,
c. c. D. Catarina

D. Isabel,
c. c. Carlos V

Filipe, o Belo,
c. c. D. Joana, a Louca

Filipe, o Belo,
c. c. D. Joana, a Louca

D. Joana, a Louca,
c. c. Filipe, o Belo

D. Maria
c. c. o Rei D. Manuel I

Rei D. João III,
c. c. D. Catarina

D. Isabel,
c. c. Carlos V

D. Isabel,
c. c. Fernando (Reis Católicos)

Rei D. Manuel,
c. c. D. Maria

Príncipe D. João,
c. c. D. Joana

D. Joana,
c. c. Príncipe D. João

Carlos V,
c. c. D. Isabel

D. Catarina,
c. c. D. João III

Carlos V,
c. c. D. Isabel

D. Catarina,
c. c. D. João III

Carlos V,
c. c. D. Isabel

D. Catarina,
c. c. D. João III

Rei D. João III,
c. c. D. Catarina

D. Isabel,
c. c. Carlos V

Pr. D. João,
c. c. D. Joana

D. Joana,
c. c. Pr. D. João

D. Joana, a Louca,
c. c. Filipe, o Belo,

D. Maria,
c. c. o Rei D. Manuel I

Rei D. João III,
c. c. D. Catarina

D. Isabel,
c. c. Carlos V

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

D. Joana,
c. c. o Pr. D. João

Pr. D. João,
c. c. D. Joana

D. Joana,
c. c. Pr. D. João

Pr. D. João,
c. c. D. Joana

D. Joana,
c. c. Pr. D. João

Pr. D. João,
c. c. D. Joana

Pr. D. João,
c. c. D. Joana

D. Joana,
c. c. Pr. D. João

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Carlos V,
c. c. D. Isabel

D. Catarina,
c. c. D. João III

Rei D. João III,
c. c. D. Catarina

D. Isabel,
c. c. Carlos V

Pr. D. João,
c. c. D. Joana

D. Joana,
c. c. o Pr. D. João

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

D. Joana,
c. c. Pr. D. João

Pr. D. João,
c. c. D. Joana

Pr. D. João,
c. c. D. Joana

D. Joana,
c. c. o Pr. D. João

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Rei D. Sebastião

Tal era a tara nevropática, devida à hereditariedade e à repetição dos casamentos consanguíneos dos seus ascendentes. A estas causas e efeitos nos referiremos de aqui a pouco.

Mas, D. Sebastião sofreu também duma outra doença, que lhe atacou as vias urinárias e que deve ser tratada separadamente.

D — A DIFICULDADE DOS DIAGNÓSTICOS RETROSPECTIVOS

Nem sempre é fácil estabelecer com segurança o diagnóstico duma enfermidade, cujo padecente fica sujeito a observações repetidas e aos exames mais variados. Muito mais complicado é adaptar um diagnóstico a um enfermo que já não existe, baseando-nos apenas nos esclarecimentos deficientes, incompletos e por vezes contraditórios.

O enfermo já não existe. Não pode ser ouvido, nem examinado. Não se lhe podem reconhecer os sintomas divulgados, nem indagar a existência de outros. E, além de tudo o mais, os sintomas de doença, tantas vezes anunciados por um leigo, ficam ainda sujeitos aos caprichos das pessoas, que os repetem e os transmitem, de geração em geração.

Por isso, em matéria de diagnósticos retrospectivos, é natural que se acerte algumas vezes, mas que se erre muitas mais.

E — A ASCENDÊNCIA COMPROMETEDORA DO REI D. SEBASTIÃO

Tanto na Dinastia Afonsina como na Dinastia Joanina, aconteceu que os primeiros reis, duma maneira geral, mostraram, a par duma constituição normal, qualidades e virtudes, que fizeram consolidar e dilatar o Reino, fazendo, duma pequena Nação, uma Nação grande, pelo seu prestígio. Mas, tanto na primeira como na segunda Dinastia, começaram a verificar-se casamentos consanguíneos, que se iam repetindo de geração em geração, comprometendo, década a década, e cada vez mais,

a saúde e sobretudo o equilíbrio mental dos diversos soberanos, que se iam sucedendo.

Já perto do ocaso da Dinastia de Avis, o Rei D. Sebastião é o exemplo probatório de aquela degenerescência, somada e acrescida. Para se fazer uma rápida ideia dos casamentos consanguíneos efectivados e repetidos ao longo da Dinastia Joanina, juntamos um esquema genealógico de alguns descendentes de El-Rei D. João I. Por esse esquema se vê que o Rei Desejado era neto, por dezoito vias diferentes do Rei de Boa Memória, isto é, era dezoito vezes neto, ou, se assim se preferir, D. João I era dezoito vezes avô de El-Rei D. Sebastião.

As alianças políticas, consubstanciadas em uniões matrimoniais de príncipes e princesas, muitas vezes repetidas, dava lugar a uma consanguinidade, que nos causa horror e roça pelo incesto, como afirmou Marañon (3).

Além de outras ascendências, D. Sebastião era bisneto da Rainha de Castela, D. Joana, que passou à História com o nome de «Joana a Louca».

Foi neto do Imperador Carlos V, o qual, depois de vencer os seus inimigos e cingir as Coroas de vários Estados da Europa (Espanha, uma parte da Itália, a Flandres, a Alemanha e a Áustria), caiu em tal abatimento moral e mental, que abdicou de todo o seu poder e retirou para um mosteiro, onde ainda viveu alguns anos.

E, para não alongarmos mais, acrescentaremos apenas que D. Sebastião foi gerado pelo Príncipe D. João, com 16 anos de idade, quando se encontrava já em plena evolução uma terrível diabetes, que lhe não permitiu a vida suficiente para ver o seu filho. A Princesa grávida, D. Joana, tinha os mesmos antecedentes familiares, era dupla prima coirmã de seu marido e também não tinha mais de 17 anos. Era com estes antecedentes familiares e filho destes pais precoces que ia nascer o futuro Rei de Portugal.

F — SERIA D. SEBASTIÃO UM EPILÉPTICO ?

A hereditariedade de outros epilépticos, a ascendência com repetidos casamentos consanguíneos e a idade precoce dos pais; o mento proeminente e a barba rala; as alucinações e as fugas nocturnas para os areais do Tejo ou para as copas das árvores; o amor próprio exagerado, que o conduz à inveja e à arrogância e também a uma ilimitada autoconfiança; os amuos e as iras, alternando com cenas jocosas ou afectivas; a sua religiosidade fanática e os excessos de glutão, a que se entregava; o sentido genésico amolecido, porque tinha mais de 20 anos e não gostava que lhe falassem em casamento, nem em mulheres; a ideia fixa de pelear e vencer e a força excessiva que emprestava aos desejos e acções, tudo isto nos faz crer que D. Sebastião era um nevropata, com um *eu* muito exagerado, um sistema nervoso em permanente instabilidade, enfim um homem mal fadado para o ofício de reinar.

Para o Prof. Manuel Bento de Sousa não havia dificuldade em pôr o diagnóstico de epilepsia: «Perdoemos-lhe como a um irresponsável, que realmente foi, demos-lhe a sua designação verdadeira — a de epiléptico..... Façam o confronto e digam-me se não parece que os alienistas estiveram a copiar D. Sebastião, criando por ele os moldes, que são hoje os fixos da epilepsia em patologia mental» (4).

Modificaram-se bastante nestas últimas décadas os conceitos sobre epilepsia, e, voltando a afirmar que é sempre difícil asseverar diagnósticos retrospectivos, pelos motivos que deixámos expostos, parece-nos que o Rei devia ser um alto nevropata, mesmo que pequemos pelo exagero de algumas informações que chegam até nós.

G — A OUTRA ENFERMIDADE DO REI

Mas, D. Sebastião sofreu durante largos anos duma outra doença, esta orgânica, que muito o apoquentou, deu que fazer aos físicos da época e causou receios a palacianos e plebeus.

Duma maneira geral, os nossos historiadores não ligaram importância de maior a esse sofrimento de D. Sebastião e limitaram-se a dizer que padecia dum fluxo ou humor, cuja sede e natureza ficavam muito problemáticas.

O próprio Prof. Manuel Bento de Sousa, que aliás traça um quadro bastante completo sobre a pessoa Real, restringe-se, nesta parte, a dizer que D. Sebastião «sofria de perdas nocturnas».

É possível que o jovem Rei fosse incomodado por frequentes ejaculações nocturnas ou involuntárias perdas seminais, tanto mais que esta espermatorreia é acidente frequente nos nevropatas.

Mas também é provável que este acidente, por si só, a não ser que tivesse demasiada frequência, seria incapaz de pôr em alvoroço os nobres e plebeus, e as Coroas de Portugal e Castela, como veremos de aqui a pouco.

H — EL-REI TAMBÉM DEVIA SOFRER DUMA URETRITE

Há anos, Queirós Veloso, à face de muitas cartas e documentos que pôde examinar no Arquivo Geral de Simancas, coligiu elementos acerca desta enfermidade do Rei, que expos no seu livro «D. Sebastião», e num dos Capítulos da «História de Portugal», edição de Barcelos.

Numa carta que o embaixador espanhol, D. Alonso de Tovar, enviou a seu Amo, Filipe II, em Dezembro de 1565, dizia-se que o Rei português se sentira doente, o que seria talvez devido ao frio e aos exercícios de caça. Esta etiologia da doença parece-nos despropositada, porque é pouco crível que o deixassem apanhar frio e que ele, com 11 anos, se submetesse a violentos exercícios de caça.

Certo é que, no verão do mesmo ano, aumentaram os receios pela saúde de D. Sebastião, transmitidos à Corte de Madrid, e então sua Mãe, D. Joana, que havia regressado ao País natal, envia a Portugal o seu antigo pagem, Cristóvão de Moura, a fim de obter informações seguras

sobre o estado de seu filho. Precisamente nesta época melhorou D. Sebastião e assim Cristóvão de Moura regressou a Madrid com informações optimistas.

Porém, logo em Outubro do mesmo ano, por efeito dum passeio a cavalo, o Rei piora e o Embaixador D. Alonso diz a Filipe II: *Se le acrecentó aquello que echa, de manera que fué en harta mas cantidad de la que suele. Con el reposo que depues ha tenido y la buena guarda del comer se le ha aplacado mucho* (5).

E logo o mesmo embaixador, um tanto regozijado com a doença dum Rei que não tinha sucessor, acrescenta ainda: *Tengo entendido que estos fisicos, que mas saben, estan harto temerosos de lo que toca a tener hijos, y en lo demas no muy seguros, si esto va adelante, como parece que va.*

No ano seguinte, 1566, o Rei continuava sempre a sofrer, embora submetido a alternativas de melhoria e agravamento, melhoria quando se remetia ao sossego e travava comidas e bebidas, agravamento quando se entregava a desmandos físicos ou de mesa.

Mas, em que consistia afinal o sofrimento do Rei D. Sebastião? D. Alonso de Tovar o diz, em poucas palavras, numa carta de 9 de Janeiro de 1567: *consiste em expelir por sus organos, cierta substancia ó purgacion.*

Realizaram-se conferências de físicos, consultaram-se os mestres das Universidades de Salamanca e de Alcalá de Henares, põem-se em prática vários tratamentos, mas a doença não cede e D. Alonso continua dizendo: *El Ser.^{mo} Rey está de la mesma manera, que en mi ultima screvi a V. Mag.^d con tener siempre aquella purgacion.*

No fim de 1566, o Rei, então em Lisboa, encontrava-se melhor, mas, logo em Janeiro de 1567, deslocando-se para Almeirim e entregando-se ali à caça do javali, sente o seu mal agravar-se. O embaixador espanhol, que cumpria bem as ordens do seu Senhor, deslocava-se com D. Sebastião e espiava-o em todos os seus actos e por isso logo transmi-

tia esta prosa, surpreendida alguns séculos mais tarde por Queirós Velloso: *Hoy he entendido que la caza de Almeirin ha hecho impresion en el Serenissimo Rey, de manera que le ha vuelto su mal en mas cantidad...*

Parece que, nos anos seguintes, a doença foi aplacando, porque em 24 de Dezembro de 1569, o novo embaixador espanhol, D. Fernando Carrilho de Mendoza, mandava dizer para Madrid que D. Sebastião *estaba ya muy sano y bueno y sin rastro de aquello humor*. Havia nesta informação talvez um exagerado optimismo, pois que em Setembro de 1570, um terceiro embaixador espanhol, D. João de Borja, informava que D. Sebastião andava fraco e triste, porque lhe reaparecera a antiga doença, o que o levava a não sair para o campo.

Efectivamente, a doença não curara de todo, porque Alonso Rodrigues de Guevara, castelhano que fora professor de Anatomia na Universidade de Coimbra e agora leccionava a mesma disciplina no Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, ao mesmo tempo que era cirurgião do Paço, disse ao embaixador espanhol que *duda mucho que el Rey sane e mucho mas que tenga hijos aunque se case, sanando*.

Esta opinião de Guevara tem, quanto a nós, especial interesse, dada a sua categoria profissional e a sua afeição por D. Sebastião, que o levou a acompanhá-lo a Alcácer-Kibir (6).

I — REPERCUSSÃO DA DOENÇA DO REI NO PÚBLICO E NAS OUTRAS CORTES

Era evidente que esta doença do Rei, evolucionando durante tantos anos, chegaria ao conhecimento do público, posto que se tratasse duma doença secreta e ainda que tal enfermidade o não obrigasse a acamar. D. Sebastião atribuiu os rumores públicos a uma inconfidência de sua avó paterna, D. Catarina, com quem teve uma cena violentíssima, porque se sentiu extraordinariamente vexado e indignado, no que foi apoiado por seu tio, o Cardeal-Infante D. Henrique.

Porém, numa outra carta do mesmo embaixador, D. João de Borja, diz-se que não merecia a pena haver tantas arrelias e indisposições pois que em todas as tabernas de Lisboa se discutia a doença do Rei! E nós, à distância de quatro séculos, estamos a ver como o sofrimento do Rei, com todas as suas consequências, constituía motivo de gáudio para os frequentadores das tabernas de Alfama e da Mouraria!...

Mas, não paravam aqui os ecos da doença, que há tantos anos apoquentava o jovem Rei.

Por volta de 1569, recomeçou a ventilar-se o problema do casamento de D. Sebastião. Uma das noivas que lhe escolheram foi a gentil, erudita e leviana Princesa Margarida de Valois, irmã de Carlos IX, Rei de França, a célebre personagem do romance de Alexandre Dumas (filho), «A Rainha Margot». Estas negociações seguiram bem até determinada altura, mas depois D. Sebastião teria oposto uma certa resistência, por ver que tudo era manobrado por Filipe II, com o propósito de lhe negar as suas próprias filhas (7).

Talvez o insucesso destas negociações não consistisse somente na irritação ativa do *Desejado*, por ver a sem-cerimónia com que seu Tio, Filipe II, talhava matrimónios reais. É possível que houvesse outras razões, porventura mais importantes do que a primeira.

Assim, sabe-se que em 29 de Novembro de 1569, quando se estavam entabulando negociações, em Lisboa, Madrid e Paris, para casar D. Sebastião com a gentil Margarida, logo o embaixador francês em Espanha, o Barão de Fourquevaux, dizia para Paris: *...une partie desdicts médecins conseil le qu'il le faut marier de bonne heure, afin de divertir certaine fluxion du cerveau qui lui descend sur l'estomac et remédier à une secrette maladie qu'on appelle gonorrhée, à laquelle il est subject...* (8).

Mais verosimil nos parece aceitar que ninguém na Corte de Paris, a começar pela graciosa e leviana *Margot*, quisesse um noivo, portador duma doença secreta a que chamam *gonorreia*.

E esta tentativa matrimonial ficou sem efeito.

Mais tarde, em 1574, iniciou a Rainha D. Catarina negociações para casar o seu real neto com a filha primogénita de seu sobrinho Filipe II, chamada Isabel Clara Eugénia. Filipe, sempre cauteloso, tratou de averiguar se o Rei português estava completamente curado e por isso perguntou *si tiene defecto de que se ha dicho, de que holgaria procurasedes saberlo cierto, con el recato y dïssimulacion que vos lo sabreis hacer.*

As respostas recebidas não satisfizeram o Rei de Espanha, que acabou por negar a mão de sua filha. Dizem alguns historiadores que esta negativa de Filipe significava que ele não queria ver casado o Rei português. Opina Queirós Veloso que Filipe não queria despedir-se duma filha que tanto estremecia. Não se trataria ainda da mesma razão, posta pela Corte de França de não querer casamentos com noivos gonorreicos, porventura pouco hábeis para a procriação? E tanto mais que o embaixador espanhol acrescentava ainda: *Cosa es averiguada no aver el rrey hecho prueba de si, ni entendandolo jamas. Muestra de mas desto tanto odio a las mujeres que aparta los ojos dellas...*

E só mais tarde, na célebre conferência de Guadalupe, é que D. Sebastião logrou obter de seu Tio a promessa de lhe conceder a mão de sua filha, *quando chegasse à idade conveniente*, o que ainda vinha longe, porque ela só tinha 10 anos.

J — QUE ESPÉCIE DE URETRITE ATACARIA D. SEBASTIÃO?

Este *humor* ou *corrimento*, que começou na pessoa de D. Sebastião, pela idade dos 11 anos, não devia consistir em perdas seminais ou ejaculações nocturnas. A idade era imprópria para esses violentos destemperos fisiológicos, além de que não seriam tão fartos nem frequentes que pusessem a Corte em alarme, constituíssem motivo de conversa nas tabernas de Lisboa, ocupassem a correspondência diplomática e tivessem repercussão nas Cortes estrangeiras.

Aquele corrimento de D. Sebastião devia ser o natural corrimento

uretral, purulento, de que tantos homens padeciam, às vezes, durante anos e anos, com intermitências ou remissões, antes de existirem as modernas medicações anti-infecciosas.

Aquela purgação por *seus órgãos*, aquelas exarcerções purulentas, quando se entregava a violentos exercícios de equitação ou quando se remetia a fartos prazeres de mesa, aquelas dúvidas postas por físicos e diplomatas sobre a capacidade procriadora do enfermo, a violenta irritação de D. Sebastião quando soube que o seu mal era do conhecimento público, as melhoras obtidas quando o enfermo se remetia ao sossego, as intermitências de melhoras e agravamento durante bastantes anos, o desdém com que é olhado pelas princesas estrangeiras e suas famílias e até a sua aversão pelas mulheres, tudo isto nos faz pensar que Sua Magestade sofreu duma uretrite crónica, possivelmente complicada, com a duração da doença, de inflamação noutros órgãos uro-genitais, como a bexiga, as vesículas seminais e os testículos.

De que natureza seria esta uretrite do Rei D. Sebastião? O embaixador francês em Madrid fala numa *gonorreia*, mas devemos advertir de que esta palavra não significa fatalmente *blenorragia*, por quanto os antigos incluíam na mesma palavra *gonorreia* as inflamações purulentas da uretra e as perdas seminais involuntárias (9).

Todavia, já dissemos as razões por que nos inclinávamos para uma uretrite, isto é, uma inflamação crónica da mucosa uretral.

A infecção típica desta mucosa uretral, com todos os sintomas e consequências, a que acima aludimos, é a *blenorragia*, ou infecção devida aos agentes microbianos chamados *gonococos*, embora um corrimento purulento uretral não seja fatalmente uma blenorragia.

Com efeito, aparecem também corrimentos uretrais devidos a outros agentes, que não os gonococos, como estafilococos, estreptococos, tricomonas vaginais, etc. (10), os quais podem também dar lugar a corrimentos duradouros e a complicações das vias uro-genitais superiores.

Acontece ainda que, em certos casos de corrimentos uretrais, não é possível verificar a existência de gonococos, nem a de quaisquer outros germes, dizendo-se então que se trata de uretrites amicrobianas (11).

Admitida a hipótese de El-Rei sofrer duma uretrite, ocorre perguntar: tratar-se-ia duma uretrite *gonocócica* ou *blenorragica* ou estaria antes em causa uma *uretrite não específica*?

A idade de 11 anos, em que o Rei contraiu a sua uretrite, levar-nos-ia a crer que tal doença não seria uma blenorragia, porque tal doença é essencialmente venérea e contaminada geralmente durante o coito. Mas, nem sempre assim acontece, porque se tem verificado o aparecimento de uretrites e vaginites, de natureza blenorragica, em criancinhas que dormiam com pessoas que expeliam pus blenorragico. E de todos é sabido que muitas crianças recém-nascidas aparecem com supuração blenorragica nos olhos, porque as suas mães sofrem de vaginites gonocócicas.

Poderia o jovem D. Sebastião receber no seu meato urinário uma contaminação indirecta de pus gonocócico? Sem dúvida, é uma hipótese, que temos de admitir, tanto mais que a blenorragia é uma doença anti-quíssima, a qual, noutros tempos, em que não havia terapêuticas específicas, lavrava a torto e a direito e poucos mancebos lhe escapavam.

Há porém outra hipótese: El-Rei podia ter uma uretrite, não blenorragica ou gonocócica, mas sim devida a outros agentes ou mesmo sem a interveniência de quaisquer agentes microbianos.

E esta hipótese é tanto mais admissível quanto é certa a frequência com que estas uretrites amicrobianas, não gonocócicas, se propagam a outros órgãos uro-genitais, dando lugar a cistites rebeldes, prostatites e orquites (12). Devia ser a esta última complicação, à orquite, que os físicos se referiam, quando punham em dúvida a capacidade geradora do Rei Desejado.

Mas, afinal, teria El-Rei uma uretrite blenorragica ou uma uretrite não blenorragica? Só o exame microscópico do pus, em análises e ensaios sucessivos, poderia tirar as dúvidas. Acontece porém que, para realizar

tais exames, era então muito cedo, porque, embora houvesse muito pus, ainda não havia microscópios, que só apareceram alguns anos depois; e hoje é muito tarde, porque há muitos microscópios, mas falta o pus do doente.

Remetendo-nos porém à vulgaridade dos casos e admitindo que o organismo de Sua Majestade era idêntico ao de qualquer simples mortal, somos levados a admitir que D. Sebastião recebeu, aos 11 anos, por contágio indirecto, uma infecção gonocócica ou blenorragica, que adquiriu grande virulência, triunfou dos tratamentos empregados, complicou-se de infecções secundárias ou mesmo de inflamações amicrobianas e deu lugar a um estado inflamatório de outros órgãos uro-genitais, que persistiu durante muitos anos.

BIBLIOGRAFIA

- (1) — D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Hist. Gen. da Casa R. Portugueza*, Lisboa, 1737, tom. III, págs. 584.
- (2) — MANUEL BENTO DE SOUSA, *O Doutor Minerva*, Lisboa, 1894, págs. 198 a 200.
- (3) — GREGORIO MARAÑON, *Antonio Pérez (El hombre, el drama, la epoca)*, cit. por Prof. Torquato de Sousa Soares, «Antecedentes da crise de 1580», Coimbra, 1962, págs. 12.
- (4) — MANUEL BENTO DE SOUSA, *O Doutor Minerva*, no lugar citado.
- (5) — QUEIRÓS VELOSO, *D. Sebastião*, Lisboa, 1935, págs. 103.
- (6) — MAXIMIANO LEMOS, *Encyclopedia Portugueza*, vol. 5, págs. 418.
- (7) — M. PINHEIRO CHAGAS, *História de Portugal*, Lisboa, 1900, v. 4, págs. 216.
- (8) — JÚLIO DANTAS, *Eterno Feminino*, São Paulo, 1920, págs. 221.
- (9) — *Nouveau Larousse Illustré*, Paris, s. d., tom. 4, págs. 893.
- (10) — OSWALD SWINUNNEY LOWSLEY, *Clinica Urologica*, Barcelona, 1945, tom. I, págs. 652 e 653.
- (11) — L. MORAIS ZAMITH, *Urologia*, Coimbra, 1959, págs. 212 e 213.
- (12) — *Ibidem*.

VILA ROMANA DA HERDADE DA FONTE
DO PRIOR (MONTEMOR-O-NOVO)

pelos

sócios efectivos

Afonso do Paço e João de Lemos

VILA ROMANA DA HERDADE DA FONTE DO PRIOR (MONTEMOR-O-NOVO)

I — NOTA PRELIMINAR *

EM trabalho anterior dissemos¹ ter sido uma notícia de «O Montemorense» que levou o Dr. Alfredo Cunhal a lembrar a um de nós (J. L.) a conveniência de verificar certas antiguidades existentes na *Herdade da Fonte do Prior*, pertença de Joaquim Câmara Mira, situada a Leste da estrada Montemor-Mora, a cerca de 4 km de Montemor-o-Novo, antes de chegar ao antigo Campo de aviação.

Um caminho que existe à direita leva-nos ao *Monte de Benalfange*, e seguindo mais uns 1800 m para leste chegamos à *Fonte do Prior*.

Ora a uns 500 m antes de chegar ao monte da herdade, fica-nos sobre a esquerda uma pequena mancha de eucaliptos e ao lado a malhada e o cabanão dos porcos.

* Comunicação acompanhada de projecções, lida na Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 19 de Março de 1963.

— Trabalhos arqueológicos realizados sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian.

¹ AFONSO DO PAÇO e JOÃO DE LEMOS, *Inscrição romana da Herdade da Fonte do Prior (Montemor-o-Novo)*. «Lucerna», vol. 2.º, n.º 1-2, Porto, 1962.

Numa visita que fizemos a esta propriedade em 16 de Outubro de 1961, depois de várias vicissitudes, tivemos conhecimento de um grupo de paredes que afloram do solo junto da referida malhada, e ao chegar ao local deparamos com uma construção rectangular forrada de *opus signinum*, que era utilizada para recolha do bagaço da azeitona destinado à alimentação do gado suíno.

Sentimos a necessidade de se proceder a um ligeiro reconhecimento do local e para tanto, depois de obtida a permissão do proprietário, solicitamos da benemérita Fundação Calouste Gulbenkian o indispensável apoio financeiro.

*
* *
*

O nosso projecto não passaria daquilo que se chama uma operação de emergência, executada antes que os trabalhos agrícolas consumassem a destruição total de quanto ali aparecera. Em todos os países, quando surgem casos desta natureza, tomam-se providências para se proceder a uma escavação imediata, e este procedimento leva os proprietários dos terrenos a ter confiança, a dar conhecimento de qualquer achado arqueológico, pois os serviços públicos da especialidade não se fazem esperar no cumprimento da sua obrigação, evitando-se que os trabalhos em curso sofram atraso. Entre nós, noticiado o facto aos organismos superiores, estes, em geral, limitam a sua acção a suspender qualquer iniciativa em curso, sem lhe dar remédio. Isto criou nos proprietários, empreiteiros, etc. uma mentalidade hostil à Arqueologia, de modo que, quando surge qualquer antiguidade, mandam destruir tudo imediatamente, antes de chegarem os arqueólogos que, no seu entender tudo empatam e nada solucionam.

E não se julgue que esta aversão existe sòmente entre gentes menos dadas às letras. Estende-se a todas as camadas sociais, mesmo a pessoas com responsabilidades de mando e de cultura.

Foi lutando contra esta rotina que nos propuzemos uma imediata acção, a qual, como veremos foi coroada do melhor êxito.

*

*

*

Os terrenos que continham os restos de ruínas divisados em 1961, além da vegetação que os cobria, continham um depósito de estrumes dos animais das vizinhanças, bem como restos de bagaço de azeitona, e durante uma semana, de 10 a 15 de Setembro de 1962 os trabalhadores limitaram-se a operações de limpeza de tudo o que pudesse dificultar o projectado reconhecimento. Este realizou-se na semana seguinte de 17 a 22, mas antes de relatar alguma coisa do que fizemos, diremos que os lugares onde trabalhamos, ou tinham sido limpos de quase tudo o que continham para neles se guardar o bagaço destinado à alimentação dos suínos, ou, segundo nos informou o «porqueiro», totalmente remexidos há alguns anos na mira de encontrar ricos tesouros.

Algumas sepulturas das imediações tinham sido totalmente destruídas, e restos de ossos e outros materiais lançados nos locais remexidos, facto que os trabalhos que realizamos vieram confirmar.

Na manhã de 17 de Setembro começamos por aliviar um pouco as paredes do recinto forrado de *opus signinum*, Fig. 1, *F* e notamos que dos três degraus que tínhamos visto o ano passado, apenas existia um, Fig. 2, corte 5-6 e Fig. 3, *F*.

A abertura de saída de água existente no canto inferior direito Fig. 1, *G* tinha sido destruída, bem como um troço da canalização que com ela ligava, *H* e *H*¹, e corria na parte inferior do pavimento da divisória *E*, Fig. 2, corte 7-8.

Reconhecemos depois um pouco as paredes *E*, *F*, bem como os recintos *T* e *B*, verificando-se que as divisões *F* e *B*, estavam ligadas à construção principal. Fig. 8.

Procedemos a seguir em *T*, *C* e *B* a um exame muito superficial das paredes, verificando que os respectivos interiores estavam cheios de entulhos remexidos.

Em *C* havia restos de arcarias de tijolos, Fig. 4, que verificamos pertencerem ao sistema de aquecimento de um balneário, provido de uma abertura de entrada *A*, com duas pequenas plataformas laterais: *A'* e *A''*, Fig. 1.

Entre *C* e *B* havia restos de um arco de tijolo, Fig. 7, assente sobre base de pedra, Fig. 2, corte 1-2.

Outro arco ainda quase completo existia entre *C* e *T*, Fig. 2, corte 3-4 e Fig. 5.

Removendo os entulhos, propuzemo-nos reconhecer melhor as divisões *C*, *B* e *T*. Na primeira notamos restos de cinco arcarias, elementos do sistema de aquecimento ou *hypocaustus* de um balneário, Fig. 4.

Os recintos *B* e *T* também continham restos de arcarias, de que só existiam as bases; três em *B* e cinco em *T* (Fig. 6). Numa e noutra havia também muitos tijolos inteiros ou partidos, testemunhas da destruição dos pesquisadores de tesouros.

A Leste deste corpo central ficava o recinto *D*, com sua porta de entrada em *D*¹ e o ângulo inferior direito destruído, de que só observamos o traçado das paredes, Fig. 1.

A Norte do agrupamento, bem como a Sudoeste, notam-se outros vestígios de edificação que não pudemos reconhecer.

*

*

*

Tudo indicando que se trata do conjunto balnear de uma vila rústica ou casa de campo, equivalente ao «monte» dos nossos dias, seja-nos permitido, antes de prosseguir, dizer algumas palavras sobre o uso dos balneários entre os romanos.

Presume-se que este hábito, de influência grega, remonte aos meados do século III a. C., e que no decurso do século II começaram a instalar-se banhos públicos com entradas pagas. Só em 33 a. C. é que o edil Agripa presenteou Roma com os primeiros banhos gratuitos.

Vieram depois as grandes construções, luxuosas e ricas, como as de Caracala com 11 hectares de superfície, ou Diocleciano com 13 hectares, tendo anexos parques, bibliotecas, locais de exposições, etc.

Havia balneários para homens e para mulheres, que no geral tinham de comum, conforme Vitruvius, apenas o sistema de aquecimento.

Quando não havia edifícios separados, os dois sexos utilizavam o balneário em horas diferentes.

Também diremos duas palavras das principais operações que comportava o banho romano, de acordo com as prescrições clínicas do tempo.

Uma sala de entrada, o *Apodyterium*, servia para despir e vestir depois de tudo terminado. Daqui passava-se a um compartimento fortemente aquecido, espécie de estufa, que provocava um suor abundante e se chamava *Laconicum*. Tomava-se depois banho de água quente no *Caldarium*, para desembaraçar do suor e das impurezas.

Certos *Caldariuns* tinham anexas divisões mais pequenas providas também de banheiras de água quente.

Do *Caldarium* passava-se ao *Tepidarium*, espécie de sala de repouso, onde uma temperatura menos elevada preparava a transição para o banho frio do *Frigidarium*.

Desta operação passava-se muitas vezes ao *Elaeotherium* onde o paciente se submetia a massagens e fricções com óleos.

Em certos estabelecimentos havia os *Ephebeum* ou salas para ginástica, que era considerada um complemento do banho.

Muitas vezes os exercícios de ginástica realizavam-se no *Apodyterium*.

O sistema de aquecimento de um balneário, chamado *Hypocaustus*

ficava situado na parte inferior do *Caldarium* e era constituído por arcarias ou pilares de tijolo.

Em certos estabelecimentos este conjunto de salas era disposto em círculo, e noutros em linha.

Os balneários não eram apanágio das povoações importantes, mas também existiam em certas vilas rústicas ou casas de campo, e este é o caso da Fonte do Prior.

Noutro trabalho já um de nós se referiu ao pequeno estabelecimento de banhos existente numa vila rústica romana encontrada no sítio dos Casais Velhos, Areia, não longe da praia do Guincho, concelho de Cascais, hoje tristemente destruído por se não ter cuidado dele ².

Mas voltando à Fonte do Prior, diremos que existia ali uma importante exploração agrária, com dependências para tudo quanto lhe dizia respeito, e casa de habitação para o proprietário, tal qual num «monte» dos nossos dias.

Integrando a nossa Fig. 1 no conjunto de dependências de um balneário a que acima fizemos referência, diremos que as arcarias do recinto *C*, não são mais que os restos do *Hypocaustus* do conjunto balnear desta «vila». Ali crepitaria a fogueira, no geral de lenha, alimentada através da porta *A*.

Este calor do recinto *C* transmitia-se através de outros arcos aos recintos *B* e *T*.

O *Hypocaustus*, que tinha assente sobre as arcarias um sistema curioso de tijolos e canalizações que não vale a pena aqui referir, aquecia a água da piscina do *Caldarium*, *C*, que lhe ficava na parte superior, bem como fornecia ar quente à dependência *B* que lhe ficava ao lado,

² AFONSO DO PAÇO e FAUSTO J. A. DE FIGUEIREDO, *Vestigios romanos de los «Casais Velhos» (Areia-Cascais)*. «Cronica del I Congreso Nacional de Arqueologia — Almeria 1959», Cartagena, 1950.

talvez um *Laconicum*, se bem que, como acima referimos, poderia haver ao lado do *Caldarium* piscinas de água quente, de menores dimensões. Por sua vez o recinto anexo que recebia calor de *C* através de um arco, Fig. 2, corte 3-4, tinha na parte superior das cinco arcarias o *Tepidarium*, *T*, elemento fundamental de um balneário e onde, ao sair do banho quente, se repousava um pouco antes de mergulhar nas águas frias do *Frigidarium*, *F*.

A vizinha sala *E*, cuja aplicação não nos é possível determinar com rigor e por isso nos abstermos de fantasiar, tanto poderia ser um *Elaeotherium* como um *Ephebeum* ou ginásio, ou ter mesmo qualquer outra aplicação.

Por sua vez a sala *D* com a sua porta *D*¹ seria o *Apodyterium*, por onde se entrava para o balneário e onde se deixavam os vestidos, que se viriam retomar depois das operações que o banho prescrevia. Muitas vezes, esta dependência, também desempenhava as funções de ginásio ou sala de conversa.

* *

Não pretendemos nesta singela nota, revelar problemas novos, mas tão somente dar a conhecer o traçado do estabelecimento balnear de uma vila romana do nosso Alentejo e dizer que, das dezenas de esquemas que consultamos, da Itália, da Gália, Germânia, etc., nenhum vimos que lhe fosse igual. Todos os balneários tem um fundo comum, mas cada qual apresenta a sua variante.

Também nos preocupou o problema da sua data, mas pouco encontramos que desvendasse com segurança o enigma.

Permitimo-nos lembrar que apenas removemos entulhos de divisões destruídas pelos pesquisadores de tesouros. Esperamos contudo, que em novos reconhecimentos, a realizar em lugares de menor destruição, se possam colher elementos que agora nos faltaram.

Apenas podemos adiantar que na parte Norte do que teria sido o *Apodyterium*, ao reconhecer a parede, se encontraram junto dela duas moedas bastantes gastas, que enviadas ao ilustre numismata Tenente-coronel João Lopes da F. Guedes, nos disse: «devo informar que o péssimo estado dos seus aversos não permite identificar a quem pertencem. No reverso de uma, lê-se GLORIA ROMANORUM, e no da outra, REPARATO REIPVB, legendas usadas, a 1.^a pelos imperadores romanos desde Constantino I (o Grande) até Valentiano III, ou seja de 306 a 453 d. C., e a 2.^a de Graciano a Honório, portanto de 367 a 423 d. C. Com estes elementos, apenas é lícito supor que não foram enterradas antes de 367 e podê-lo-iam ter sido mesmo depois de 423»³.

Ora este simples elemento, junto a outros que obtivemos nas Herdades da Comenda da Igreja e Comendinha no ano de 1961 e de cujos resultados apresentamos uma comunicação ao XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências — Porto — 1962⁴, e a tantos outros recolhidos aqui e além, permitirá aos historiadores determinar as épocas de maior ou menor esplendor económico do nosso Alentejo sob o domínio de Roma, lembrando-nos de que a história política de que tanto usamos e abusamos, com datas e batalhas, não é mais que uma consequência dos recursos da região.

E por hoje suspenderemos as nossas considerações, na esperança de que em futuros trabalhos se possam recolher os elementos que agora faltam.

³ Pela colaboração prestada, manifestamos ao Ex.^{mo} Tenente-coronel João F. Guedes os nossos mais sinceros agradecimentos.

⁴ AFONSO DO PAÇO e JOÃO LEMOS, *Reconhecimento arqueológico de emergência nas Herdades da Comenda da Igreja e Comendinha (Montemor-o-Novo)*. «Actas do XXVI Congresso Luso-espanhol para o Progresso das Ciências — secção VII — História e Arqueologia», Porto, 1963.

BIBLIOGRAFIA

- R. CAGNAT et V. CHAPOT, *Manuel d'Archeologie romaine*, Paris, 1916.
- ALBERT GRENIER, *Manuel d'Archeologie Gallo-romaine*, 4.ème partie: *Les monuments des eaux*, Paris, 1960.
- JERÔME CARCOPINO, *La vida cotidiana en Roma*, Buenos Aires, 1944.
- ABBÉ BERNARD LACROIX, *Les thermes gallo-romains d'un centre sidérurgique du deuxième siècle*. Domécy-sur-cure (Yonne), 1957.
- DR. ING. FRITZ KRETZSCHMER, *Bildokument Römischer Technik*. Dusseldorf, 1958.
- FRITZ KRETZSCHEMER, *Die entwicklungsgeschichte des antiken bades und das bad auf dem Magdalensberg*. Dusseldorf, 1961.
- OCTAVIO DA VEIGA FERREIRA, *Balneários romanos — Plano e técnica de construção*. «Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores», vol. 11, n.º 2, Lisboa, 1956.
- CRUZ e SILVA, *Sobre o balneário de Mirobriga*. «Arquivo de Beja», vol. III. Beja, 1946.
- M. LYSTER FRANCO. *As ruínas romanas de Milreu e os últimos trabalhos nelas realizados*. «Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências — Porto, 1942».
- DAREMBERG, SAGLIO-POTIER, *Dictionnaire...*, art. *Balneum e Therme*.

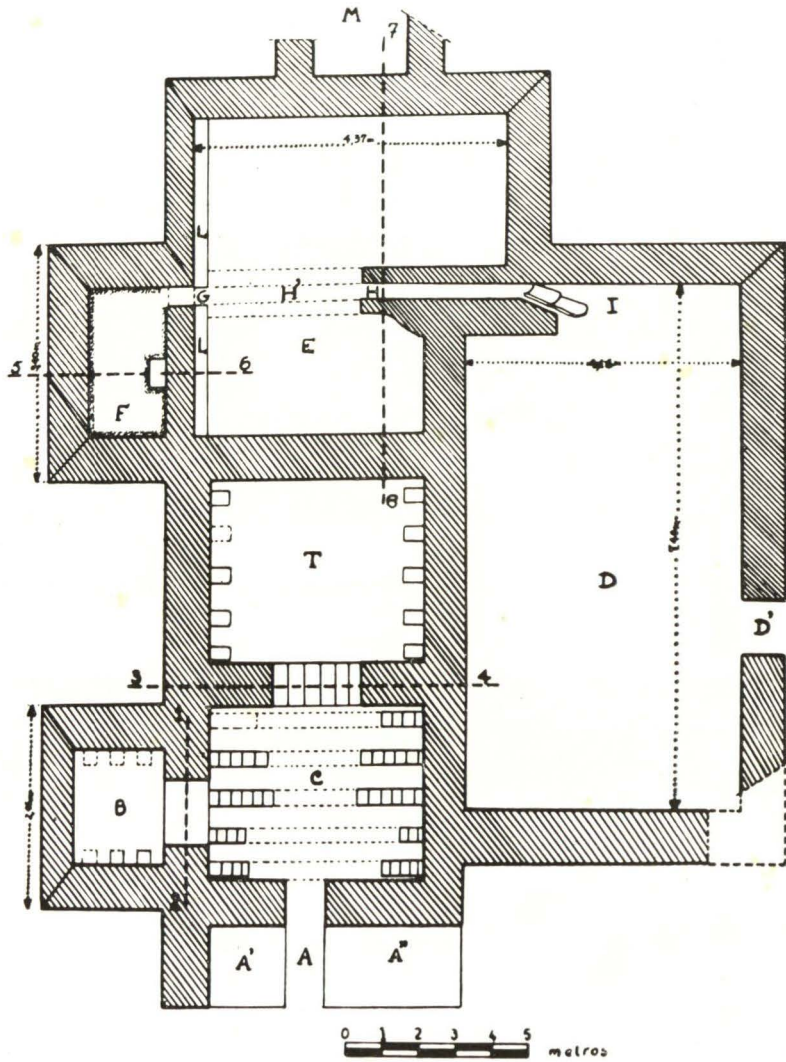


Fig. 1 — Planta do balneário romano reconhecido na herdade da Fonte do Prior (Montemor-o-Novo).

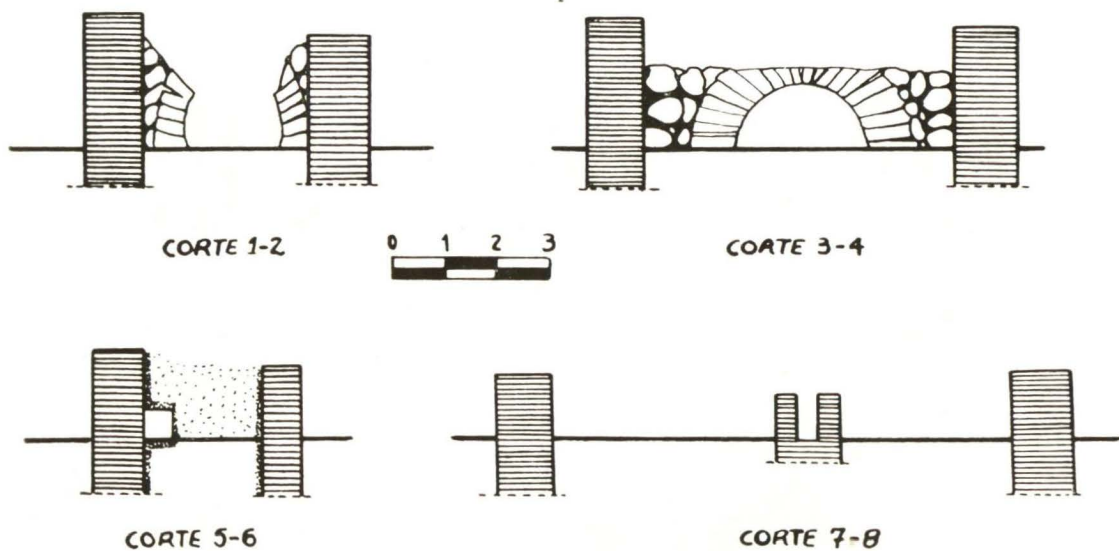


Fig. 2 — Alguns cortes demonstrativos das construções reconhecidas no balneário romano da herdade da Fonte do Prior (Montemor-o-Novo).

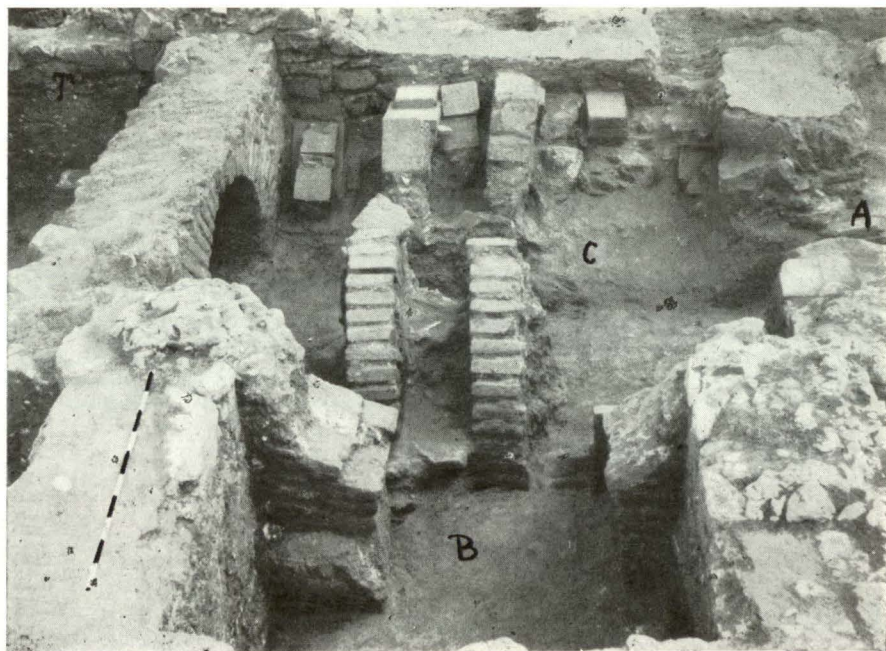
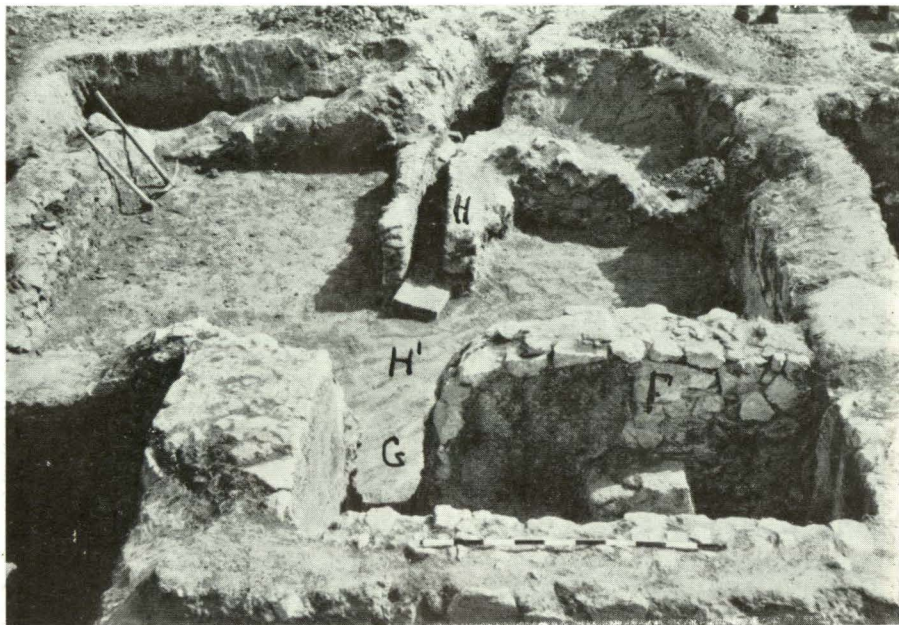


Fig. 4 — Presumível *Laconicum* (B), *Caldarium* (C) e *Tepidarium* (T).

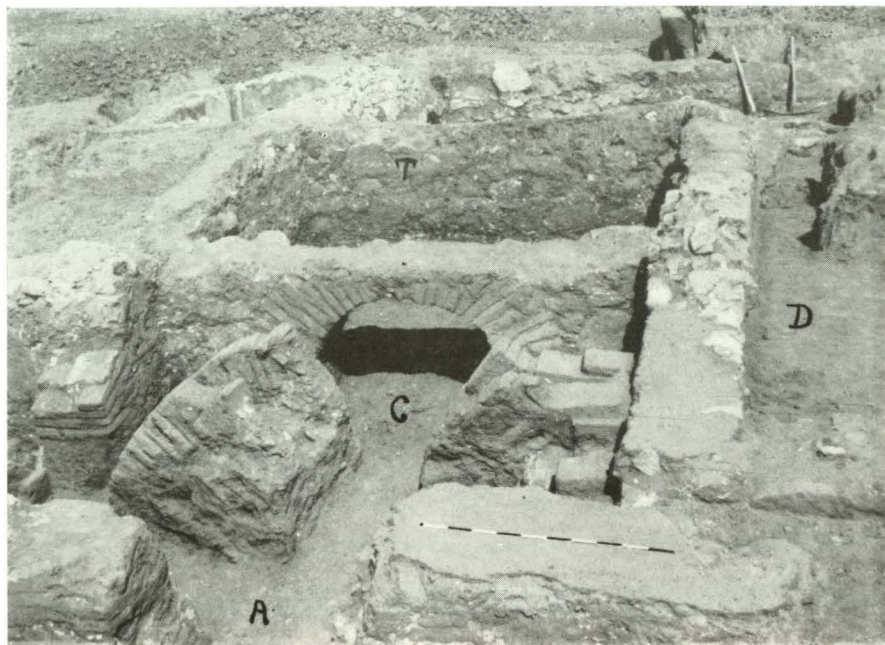


Fig. 5 — Restos do sistema de aquecimento.



Fig. 6 — *Tepidarium* (T).

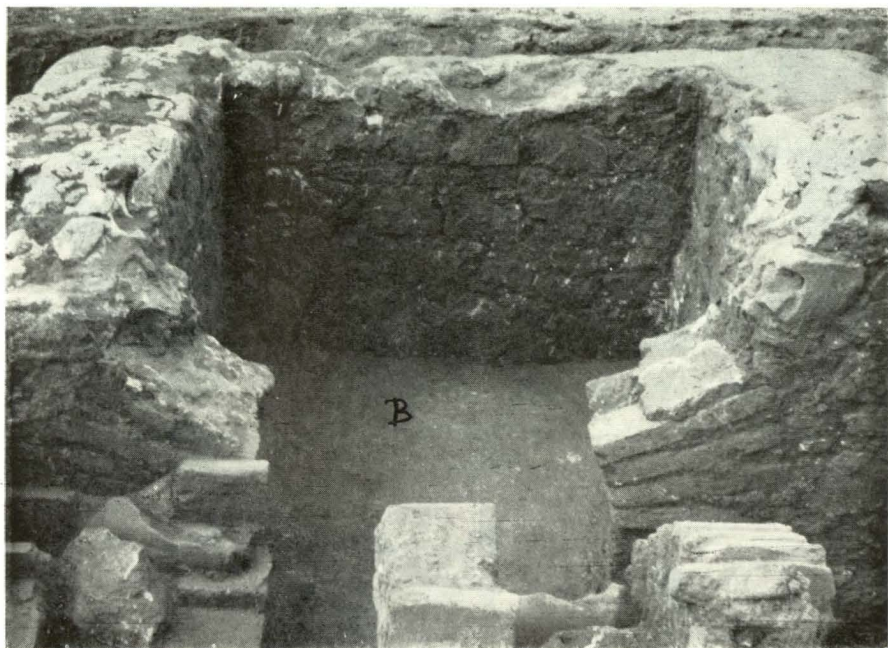


Fig. 7 — Provável *Laconicum* (B).



Fig. 8 — Vista geral da zona reconhecida.

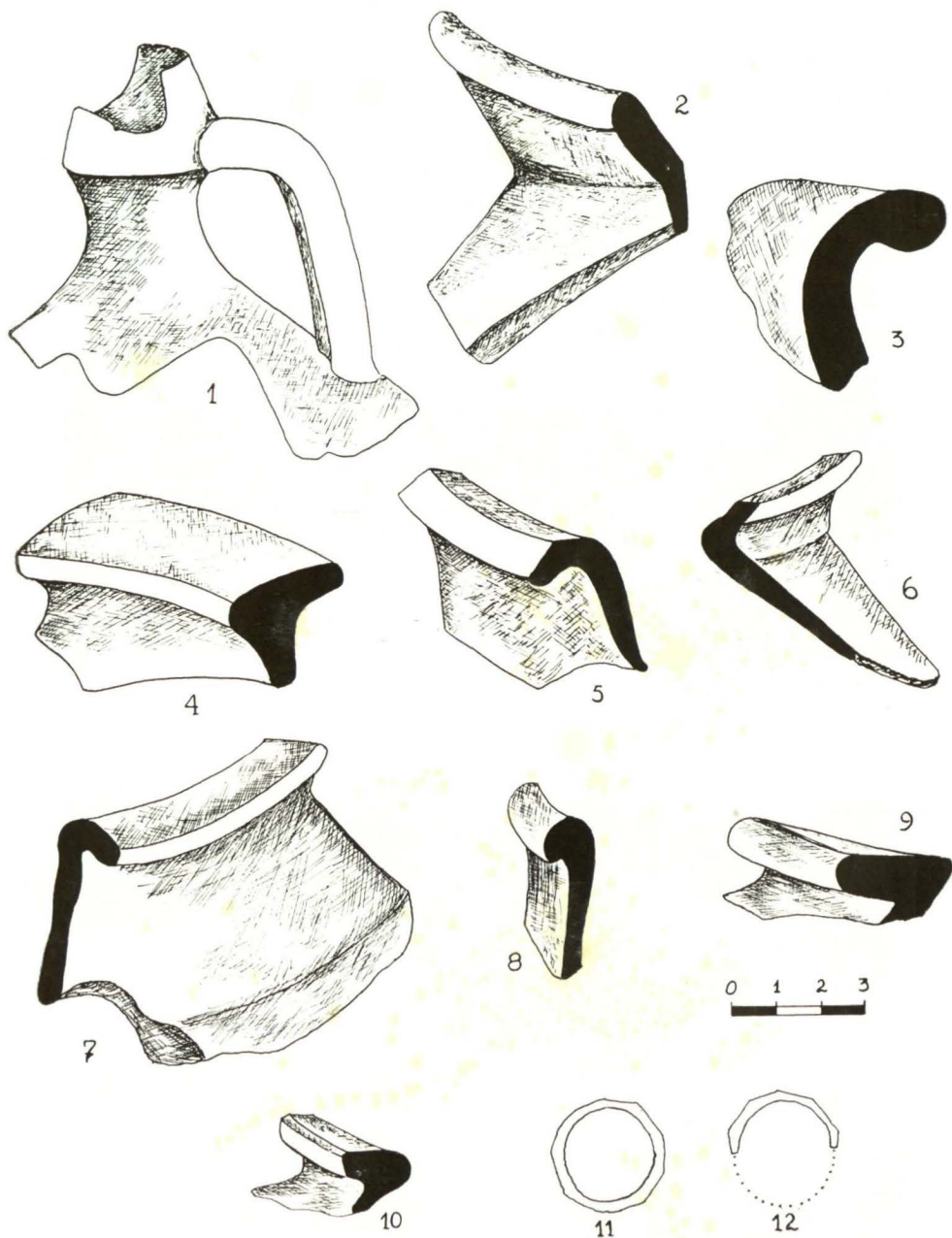


Fig. 9 — Materiais recolhidos no decorrer das escavações: 1-9 fragmentos cerâmicos; 11 e 12 anel e fragmento de anel.

(Desenhos da Dr.^a D. Maria do Carmo Amaral Lemos a quem apresentamos os nossos agradecimentos).

JAZIDAS QUATERNÁRIAS COM FAUNA
DE VERTEBRADOS ENCONTRADAS
EM PORTUGAL

pele

sócio correspondente

Octávio da Veiga Ferreira

JAZIDAS QUATERNÁRIAS COM FAUNA DE VERTEBRADOS ENCONTRADAS EM PORTUGAL

OS depósitos quaternários, quer sejam em grutas ou em qualquer outro tipo de jazida, logo que revelem uma estratigrafia que se possa estudar convenientemente, são de grande importância para o conhecimento do período denominado Antropozoico.

No presente trabalho apresentaremos, justamente, uma vista de conjunto sobre as jazidas consideradas do quaternário onde tem aparecido fauna de vertebrados; umas já são conhecidas e suficientemente estudadas outras, embora já assinaladas em comunicações e em estudos preliminares, ainda não foram totalmente descritas e pesquisadas.

Começaremos por indicar na carta adiante inserta a localização das jazidas que deram restos de vertebrados.

MEALHADA

A primeira estação é a da Mealhada¹ que foi objecto de estudo de diversos investigadores como Carlos Ribeiro, o fundador da geologia portuguesa, Nery Delgado, Paul Choffat, Joaquim Fontes, Carlos Teixeira, G. Zbyszewski, etc.

¹ Esta estação fica perto de Coimbra e não se deve confundir com a Mealhada, à entrada de Loures, nos arredores de Lisboa.



Distribuição em Portugal das jazidas com vertebrados do quaternário.

- 1 — Estação da Mealhada; 2 — Estação de Condeixa; 3 — Algar de João Ramos; 4 — Serra dos Molianos; 5 — Gruta da Furninha; 6 — Gruta das Fontainhas; 7 — Gruta Nova da Columbeira; 8 — Carregado; 9 — Pedreira das Salemas; 10 — Gruta das Salemas; 11 — Santo Antão do Tojal; 12 — Algoz.

Foi assinalada pela abertura de seis poços e galerias que revelaram a existência duma estratigrafia nítida que já foi bem estudada². O corte geológico, segundo G. Zbyszewski³, é o seguinte:

- C.6 — Terras superiores de aluvião (cerca de 1 m).
- C.5 — Areias e calhaus rolados (1,50 a 1,80) — periglaciário wurmiano.
- C.4 — Argila cinzenta (0,50 m).
- C.3 — Argila e areia fina (0,60).
- C.2 — Argila linhitosa com intercalação de cascalheira, ossadas de animais e *Helix* (0,50 m).
- C.1 — Argila linhitosa escura com vegetais, moluscos e ossadas de mamíferos (espessura conhecida mais de 2 m).

A fauna quaternária de vertebrados da Mealhada foi indicada, em primeiro lugar, por Gaudry e Dépéret e mais tarde revista por Harlé⁴. São os seguintes os animais ali identificados: *Elephas antiquus* FALC., *Equus caballus* LINN., *Cervus elaphus* LINNÉ. A. Girard cita os seguintes moluscos: *Limnaea palustris* MULL., *L. limosa* LINN., *Valvata piscinalis* MULL., *Planorbis albus* MULL., *Cyclas* sp. e *Unio* sp.

A flora, primeiramente citada por O. HEER⁵, foi estudada depois, em pormenor, por C. Teixeira⁶ que encontrou as seguintes formas: *Trapa*

² JOAQUIM FONTES, *Station paléolithique de Mealhada*. «Com. da Comissão do Serv. Geol. de Portugal», t. XI, Lisboa, 1915-16.

CARLOS TEIXEIRA, *A estação arqueológica da Mealhada e a sua cronologia*. «Trab. de Antrop. e Etnolog.», vol. X, fasc. II, Porto, 1944.

³ G. ZBYSZEWSKI, *Le Quartenaire du Portugal* «Bol. Soc. Geol. de Portugal», vol. XIII, fasc. I e II, Lisboa, 1958.

⁴ E. HARLÉ, *Les mammifères et les oiseaux quaternaires connus jusqu'ici au Portugal*. «Com. da Com. do Serv. Geol. de Portugal», t. VIII, Lisboa, 1910-11.

⁵ O. HEER, *Contributions à la flore fossile du Portugal*, Lisboa, 1881.

⁶ C. TEIXEIRA, *op. cit.*

bituberculata HEER, *Trapa natans* H., *Salix cinerea* LINN., *Phragmites* do tipo *Ph. oeningensis* e análogas a *Ph. communis* e *Pinus* sp.

A análise polínica das argilas deu os seguintes géneros: *Pinus*, *Rhododendron*, *Quercus*, *Salix*, *Betula*, *Ulmus* e uma representação da família *Ericaceae*.

CONDEIXA-A-VELHA

A segunda estação que encontramos, vindo do norte para sul, é a de Condeixa. Foi mencionada por P. Choffat⁷ em 1895 que deu dela o seguinte corte:

C.4 — Tufo branco espesso. Contém a diversas alturas calhaus rolados.

C.3 — Tufo farináceo contendo areia e calhaus rolados. Restos de *Hippopotamo* e muitos *Helix* (cerca de 3 m).

C.2 — Calhaus englobados numa areia avermelhada. Na base desta camada existe um conglomerado calcário, duro com 5 a 6 m de espessura que forneceu um molar de *Elephas antiquus* FALC.

C.1 — Margas arenosas que cobrem o Jurássico (5 a 6 m de espessura).

Depois E. Harlé⁸ voltou a referir-se a esta jazida. Mais tarde G. Zbyszewski⁹ ao estudar os elefantes fósseis do quaternário de Por-

⁷ P. CHOFFAT, *Note sur les tufs de Condeixa et la découverte de l'Hippopotame en Portugal*. Com. da Dir. dos Trab. Geol. de Portugal», t. III, Lisboa, 1895-98.

⁸ E. HARLÉ, *op.... cit....*

⁹ G. ZBYSZEWSKI, *Les éléphants quaternaires du Portugal*. «Com. Serv. Geol. de Portugal», t. XXIV, Lisboa, 1943.

tugal cita a fauna e flora de Choffat e junta o dente de *Elephas antiquus*. A flora encontrada consta de: *Vitis vinifera*, *Rubus cassius*, *Olea europaea*, *Laurus nobilis*, *Quercus pedunculata* ou *lusitanica?*, *Alnus gentinosa*, *Smilax mauritanica* e *Scolopedrum officinalis*.

A fauna é a seguinte: *Limnaea auricularia* LINN., *Bythinia tentaculata* LINN., *Rumina decollata* LINN., *Helix barbula* SHARP. e *Helix nemoralis* LINN. Como vertebrados temos: *Elephas antiquus* FALC. e *Hippopotamus amphibius major*. LINN.

Até o presente não é conhecida qualquer indústria humana.

ALGAR DE JOÃO RAMOS

A terceira jazida foi assinalada no fundo de um algar em pleno maciço jurássico perto de Turquel-Alcobaça. Desconhecemos a sua estratigrafia pois nenhum dos autores antes de nós a cita. Por outro lado não encontrámos nos Serviços Geológicos qualquer documento sobre a exploração.

Algar de João Ramos foi citado por P. Choffat¹⁰, por E. Harlé¹¹ e por G. Zbyszewski¹².

A fauna assinalada foi a seguinte: *Hyaena striata* ZIMM., *Meles taxus* SCHREBS., *Canis lupus* LINN., *Felis pardina* OKEN, *Equus caballus* LINN., Grande Bos, *Cervus elaphus* LINN., *Lepus timidus* LINN., *Lepus cuniculus* LINN. e por último um fragmento de fémur dum *Elephas antiquus* jovem.

¹⁰ P. CHOFFAT, «Com. da Coms. do Serv. Geol. de Portugal», t. IX, Lisboa, 1912-13.

¹¹ E. HARLÉ, *Op... cit...*

¹² G. ZBYSZEWSKI, *Les éléphants... op... cit...*

Não foi encontrada qualquer indústria anterior ao paleolítico superior.

SERRA DOS MOLIANOS

Esta jazida em gruta, vizinha da anterior, é conhecida por Gruta da Serra dos Molianos. Fica situada perto da Vila de Turquel à entrada de Alcobaça.

P. Choffat enviou a E. Harlé alguns ossos que este cientista determinou como: *Ursus arctos* LINN., *Rhinoceros mercki* KAUP., *Cervus elaphus* LINN. e *Equus caballus* LINN.

Não conhecemos pormenores sobre a estratigrafia desta gruta e não nos consta que tenham aparecido indústrias a acompanhar estes restos de mamíferos pelistocénicos.

FURNINHA

A Furninha, também conhecida pela gruta da descida do mar, abre-se numa falésia abrupta nos calcários do Lias superior a sul do Farol do Cabo Carvoeiro na ponta da Península de Peniche.

O poço que deu a fauna de vertebrados é constituído por sete níveis ossíferos no meio de areias amareladas.

O nível mais alto é constituído por areias brancas micáceas mais ou menos cimentadas por um calcário estalagmítico terroso. A espessura desta camada andava à volta de 1,50 m.

O material ósseo recolhido neste complexo arenoso é muito uniforme, nos diversos níveis, salvo o *Rhinoceros mercki*, que não apareceu senão no terceiro nível ossífero.

O conjunto da fauna foi estudado por E. Harlé sobre as escava-

ções e indicações de Nery Delgado¹³. Mais tarde G. Zbyszewski¹⁴ fez o estudo deste depósito da Furninha relacionando-o com o quaternário de Portugal em geral. Foram recolhidas e estudadas as seguintes espécies: Mamíferos: *Ursus arctos* LINN., *Meles taxus* SCHEREB., *Mustela foina* LINN., *Foetorius erminea* KEYS e BLAS, *Canis lupus* LINN., *Hyaena striata* ZIMM., *Felis catus* LINN., *Felis pardus* LINN., *Felis pardina* OKEN, *Vespertilio (Murinos)* LINN., *Rhinolophus ferrum-equinum* LINN., *Erinaceus europeus* LINN., *Rhinoceros mercki* KAUP, *Equus caballus* LINN., LINN., *Sus*, Grande bóvido *Cervus elaphus* LINN., *Lepus cuniculus* LINN., *Arvicola amphibius* DESM. Aves—*Turdus musicus* LINN., *Turdus iliacus* LINN., *Turdus pilaris* LINN., *Pyrrhocorax alpinus* KOCH, *Pica rustica?* SCOP., *Corvus corone?* LINN., *Strix flammae* LINN., *Bubo ignavus* FORST., *Phalacrocorax graculus* LINN., *Cygnus olor?* GMEL, *Querquedula crecca* LINN., *Oedemira nigra* LINN., *columba livia* BONNAT, *Caccalis rufa* LINN., *Perdrix cinerea?* LATH., *Puffinus kuhli* BOIE.

Chelonios — *Testudo graeca* LINN.

Peixes — *Galeus canis* RONDEL.

Indústria abundante do tipo mustierense apareceu neste complexo arenoso.

FONTAINHAS

A sexta jazida da nossa exposição está localizada nos contrafortes da Serra de Montejunto. É conhecida pelo nome da Gruta das Fontainhas. Fica situada no primeiro planalto calcário daquela serra numa altitude de 400 m e a poucos quilómetros SSW da Vila do Cercal.

¹³ M. F. N. DELGADO, *La grotte de Furninha à Peniche*. «Cong. Intern. d'Anthrop. et d'Archeol. pré-h.», Lisboa, 1880.

¹⁴ G. ZBYSZESKI, *Le quartenaire... op... cit...*

A fauna encontrada foi citada em primeiro lugar por P. Choffat (1891)¹⁵ e depois estudada por H. Harlé (1910)¹⁶ e consta de: *Ursus arctos* LINN., e possivelmente também *Ursus speleus* BLUM. *Canis lupus* LINN., *Hyaena crocuta* LINN., raça *spelaea* GOLD, *Felis pardus* LINN., *Felis pardina* OKEN *Felis catus* LINN., *Equus caballus* LINN., *Sus scropha* LINN., *Cervus elaphus* LINN., *Capra hispanica* SCHIMP., *Lepus cuniculus* LINN.

Aves — *Vanellus vulgaris* BECHST.; *Pyrrhocorax alpinus?* KOCH., *Corvus monedula* LINN., *Caccalis rufa* LINN.

GRUTA NOVA (Columbeira)

A sétima jazida denominada Gruta Nova aqui relatada foi encontrada há muito pouco tempo. Fica situada no Vale Roto, na Columbeira e foi descoberta por George de Almeida Monteiro¹⁷. Ainda não sofreu

¹⁵ P. CHOFFAT, *Passeio geológico de Lisboa a Leiria*, Lisboa, 1891.

¹⁶ E. HARLÉ, *Les mammifères... op... cit...*

¹⁷ Sobre as grutas do Vale Roto, as modernas, há um artigo de Leonel Ribeiro no jornal «Ecos do Bombarral», n.º 109, de 15 de Maio de 1962. Nesse artigo L. Ribeiro chama a atenção para a importância dessas jazidas. Existe nos Serviços Geológicos o espólio duma gruta da Columbeira que pode muito bem ter pertencido à Lapa do Suão. Não temos outra indicação a não ser a de Gruta da Columbeira. Deve ter sido explorada por Carlos Ribeiro pois Néri Delgado já a este espólio se refere. Santos Rocha na sua nota sobre as grutas da Columbeira fala nas Lapas Larga, do Caixão, do Suão e gruta do Palheiro. No *Bol. Soc. Arch. Santos Rocha*, vol. 1, além deste artigo de Santos Rocha, vem uma outra comunicação sobre as escavações de Artur Sales Henriques na Gruta da Lapa do Suão. Daqui se depreende que esta gruta já foi muito devassada. No Museu da Figueira da Foz (Museu Santos Rocha), guarda-se o espólio destas escavações.

Agradecemos ao nosso amigo Jorge de Almeida Monteiro todas as informações e esclarecimentos que nos deu sobre a gruta Nova e as grutas da região assim como o ter-nos facultado o exame dos restos de mamíferos quaternários desta gruta. Agradeço aqui ao meu velho amigo e colaborador de sempre Leonel Trindade a comunicação destas descobertas e a sua sempre leal e amigável companhia.

exploração metódica ¹⁸ mas nos trabalhos preliminares que aí se fizeram pôs-se a descoberto uma jazida com fauna quaternária com os seguintes níveis:

- C.1 — Camada estalagmítica.
- C.2 — Camada de terra negra com muitos carvões e cinzas que atinge toda a superfície do depósito e que pertence a um nível de ocupação (0,20 a 0,50 m).
- C.3 — Camada castanho-avermelhada com calhaus, ossos, restos de utensílios, carvões, etc., fazendo uma espécie de brecha de relativa dureza (0,50 a 1,00 m).
- C.4 — Camada arenosa negra de que ainda não se sabe a espessura.

O depósito formou-se no fundo dum algar inclinado. Até o presente foram já retirados restos ósseos que pertencem às seguintes formas: *Ursus arctos* LINN., *Hyaena stritata* ZIMM. *Bos*, *Equus caballus* LINN., *Cervus elaphus* LINN., *Rhinoceros mercki*. Fragmentos de grandes ossos podem ter pertencido a *Elephas* ou a *Rhinoceros*.

CARREGADO

A jazida que a seguir tratamos, que é a oitava do nosso mapa, fica situada perto do Carregado. Há duas localidades donde provêm os restos de *Elephas antiquus* estudados por R. de Serpa Pinto ¹⁹ e G. Zbyszewski ²⁰: Casal do Torquato e Quinta do Campo. A formação fica abaixo dum depósito fluvio-marinho com *Cardium edule* e *Scrobicularia plana* que G. Zbyszewski coloca no Flandriano e é constituída por uma camada de

¹⁸ Foi depois internamente escavada pelo pessoal técnico dos Serviços Geológicos de Portugal.

¹⁹ RUI DE SERPA PINTO, *Sobre Elephas meridionais cf. antiquus de Casal de Torquato (Alenquer)*. Anais da Fac. de Ciências do Porto», t. XXVII, 1932.

²⁰ G. ZBYSZEWSKI, *Les Elephants... op... ct...*

areias amareladas com vários silices. O resto do Casal do Torquato foram encontrados num nível a 5-6 m de profundidade.

SALEMAS (Ponte de Lousa)

As jazidas a seguir indicadas estão uma perto da outra e, como iremos ver, intimamente relacionadas. Situam-se a cerca de meio quilómetro para sul do pequeno povoado das Salemas em Ponte de Lousa ²¹. A primeira foi descoberta quando da abertura duma pedreira que ainda hoje continua em exploração. Esta pedreira está estabelecida em pleno lapiaz e é justamente nos algaes aí existentes que se encontram as indústrias e a fauna quaternária. O corte de cima para baixo dá o seguinte:

- C.5 — Nível de terra negra humosa que corresponde a um «habitat» neolítico ou seja a um povoado (0,50 a 1,20 m).
- C.4 — Terra vermelha com restos humanos e indústrias do Paleolítico superior (0,50 m).
- C.3 — Espesso nível de terra rossa estéril (varia entre 1,00 e 5,00).
- C.2 — Terra avermelhada escura com leitos de argila esverdeada com indústria de tipo mustierense e fauna quaternária com *Ursus speleus*, etc. (0,50 m).
- C.1 — Calcário margoso do fundo do algar correspondendo ao Cenomaniano.

A fauna recolhida, e em parte estudada, é a seguinte: *Ursus sepleus* BLUM., *Ursus arctos* LINN., *Hyaena crocuta* LINN. raça *spelaea* GOLD., *Bos primigenius* BOJANUS *Equus caballus* LINN., *Cervus elaphus* LINN., *Felis pardus* LINN., *Felis pardina* OKEN, *Canis lupus* LINN., *Lepus cuniculus* LINN.

²¹ O estudo do material desta jazida está a ser efectuado nos Serviços Geológicos de Portugal por G. Zbyszewski, e O. da Veiga Ferreira.

A segunda jazida das salemas é uma gruta e está aberta no mesmo maciço lapizieficado no bordo do vale. Foi descoberta por Martins Ferreira e explorada por G. Zbyszewski, J. Camarate França, L. de Albuquerque e Castro e pelo autor destas linhas. Os estudos feitos em pormenor com a colaboração do cientista francês Padre Jean Roche serão publicados nas Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. As escavações revelaram quatro níveis arqueológicos a saber:

C.4 — Camada negra com cerca de 1,00 m de espessura média correspondendo a um nível neolítico bem marcado.

C.3 — Nível de terra acinzentada escura correspondendo ao Solutrense superior com a espessura média de 0,30 m.

C.2 — Nível de terra castanha-avermelhada com indústrias do Perigordense com 0,50 m de espessura média.

C.1 — Nível de terra rossa com indústrias do paleolítico médio e com fauna quaternária.

A fauna já identificada desta última camada é a seguinte: *Ursus arctos* LINN., *Felis pardus* LINN., *Hyaena striata* ZIMM., *Canis lupus* LINN., *Felis pardina* OKEN, *Canis vulpes* LINN., *Lepus cuniculus* LINN.

SANTO ANTÃO DO TOJAL

Em 1941 G. Zbyszewski²² identificou, no baixo terraço grimaldiano de Santo Antão do Tojal, na baixa de Loures, quando da abertura dum canal de regularização, restos de ossadas que classificou como pertencendo a *Elephas antiquus* FALC.

²² G. ZBYSZEWSKI, *Les Elephants... op... cit...*

A jazida principal situa-se a 1080 m S 27 W da Igreja de Santo Antão do Tojal. Os restos de *Elephas* estavam associados a um dente de *Equus caballus* LINN., a um cuprolito de Hyena e a uma abundante indústria mustierense.

Uma outra jazida, com restos de ossos, foi encontrada a 1020 m S 33 W da Igreja de Santo Antão do Tojal.

ALGOZ (Algarve)

Quando da abertura dum poço a 100 m da fábrica de cerâmica «Lusitana» em Algoz numa propriedade do Sr. M. Corte-Real foram recolhidos vários ossos, fragmentos de outros e alguns dentes. Por intermédio do saudoso amigo Doutor José Formosinho, o fundador e Director do esplêndido Museu de Lagos, esses restos vieram para os Serviços Geológicos onde o Doutor G. Zbyszewski²³ os estudou.

As indicações de estratigrafia são um pouco imprecisas mas segundo as informações dos operários que abriram o poço ter-se-ia encontrado a seguinte formação:

C.2 — Na parte superior argilas amarelas arenosas com concreções calcárias e cascalheira.

C.1 — Argila cinzenta com zonas folheadas e argila compacta de cor cinzento esverdeada com *Unio* e vegetais. Este depósito deu, justamente, as ossadas de vertebrados.

A fauna estudada por G. Zbyszewski é a seguinte: *Hippopotamus amphibius major* LINN., *Cervus elaphus* LINN., *Cervus elaphus* LINN. raça *canadensis* e *Lepus timidus* LINN.

²³ G. ZBYSZEWSKI, *Les restes d'Hippopotame et de Cerfs d'Algoz*. «Com. Serv. Geol. de Portugal», t. XXXI, Lisboa, 1950.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que acabamos de expor atrás várias conclusões se podem tirar. Em primeiro lugar temos, até agora, dois tipos de jazida onde se encontraram níveis quaternários com fauna de vertebrados: Grutas ou algares e depósitos de ar livre.

Nas grutas, as condições estratigráficas não são tão completas e bem definidas como nas estações de ar livre. A estratigrafia, por exemplo, da Mealhada, de Condeixa e do Casal do Torquato não deixa dúvidas a ninguém.

Em grutas, como por exemplo nas Salemas, a estratigrafia da camada inferior com fauna quaternária é impossível de distinguir perfeitamente.

Nas estações portuguesas, conhecidas até o presente, podemos constatar que desde o Tirreneano II, correspondendo ao nível de praia de 12-20 m com *Elephas antiquus*, se sobe até à glaciação wurmiana com *Hyaena crocuta* e *Ursus speleus* e a um período de indústria humana que pode ir até o Languedocence inferior.

O período mustierense, mais rico em Portugal em estações de superfície, está representado pelo Tirreneano III, praia de 5-8m, com abundante fauna de vertebrados tais como: *Elephas antiquus*, *Hippopotamus amphibius major*, *Cervus elaphus*, *Cervus elaphus* raça *canadensis*, *Ursus speleus*, *Ursus arctos*, *Hyaena crocuta*, *Hyaena stritata*, *Felis pardus*, *Felis pardina*, *Canis lupus*, *Rhinoceros mercki*, etc., etc.

Podemos precisar geologicamente algumas das jazidas referidas nesta nossa nota. Assim, por exemplo, o *Elephas antiquus* do Carregado deve ter vivido no interglaciar Riss-Wurm, primeiro período. O *Elephas antiquus* de Santo Antão do Tojal pode-se colocar no começo da regressão wurmiana, o mesmo sucedendo ao *Hippopotamus amphibius major* e ao *Cervus elaphus* raça *canadensis* do Algoz.

O nível ossífero da Furninha, com fauna de *Rhinoceros mercki*,

Hyena raiada, pantera, urso, etc., que corresponde a um nível inferior a 6-8 m, demonstra um clima mais quente, interglaciar, que precedeu, de certo, a glaciação wurmiana.

A jazida da Mealhada, como se viu, muito diferente da da Furninha, deve corresponder, no entanto, à mesma época. Indica um clima semelhante ao actual, mas mais quente e húmido. A presença de *Elephas antiquus* e de *Hippopotamus amphibius major* indica, sempre, uma época interglaciar. Já a jazida das Fontainhas corresponde a um clima péri-glaciar relativamente frio onde se nota a presença de *Hyaena crocuta* ao lado de *Ursus arctos*.

A jazida de Condeixa não se pode datar convenientemente por falta de elementos, no entanto comparando os tufos de Condeixa com os de Pernes, de Rio Maior e outros, com uma flora em que se nota uma espécie de palmeira *Charmarops humilis*, podemos concluir tratar-se de um clima quente e húmido. Isto, associado a *Elephas antiquus* e a *Hippopotamus amphibius major*, indica um período interglaciar, ou começo duma glaciação.

A presença nos polens da Mealhada do género *Bétula* indica também um clima frio, de estepe, que a presença de *Pinus silvestris* vem confirmar. Resulta daqui que a Mealhada deve ter apanhado a transição dum clima quente e húmido a um clima frio.

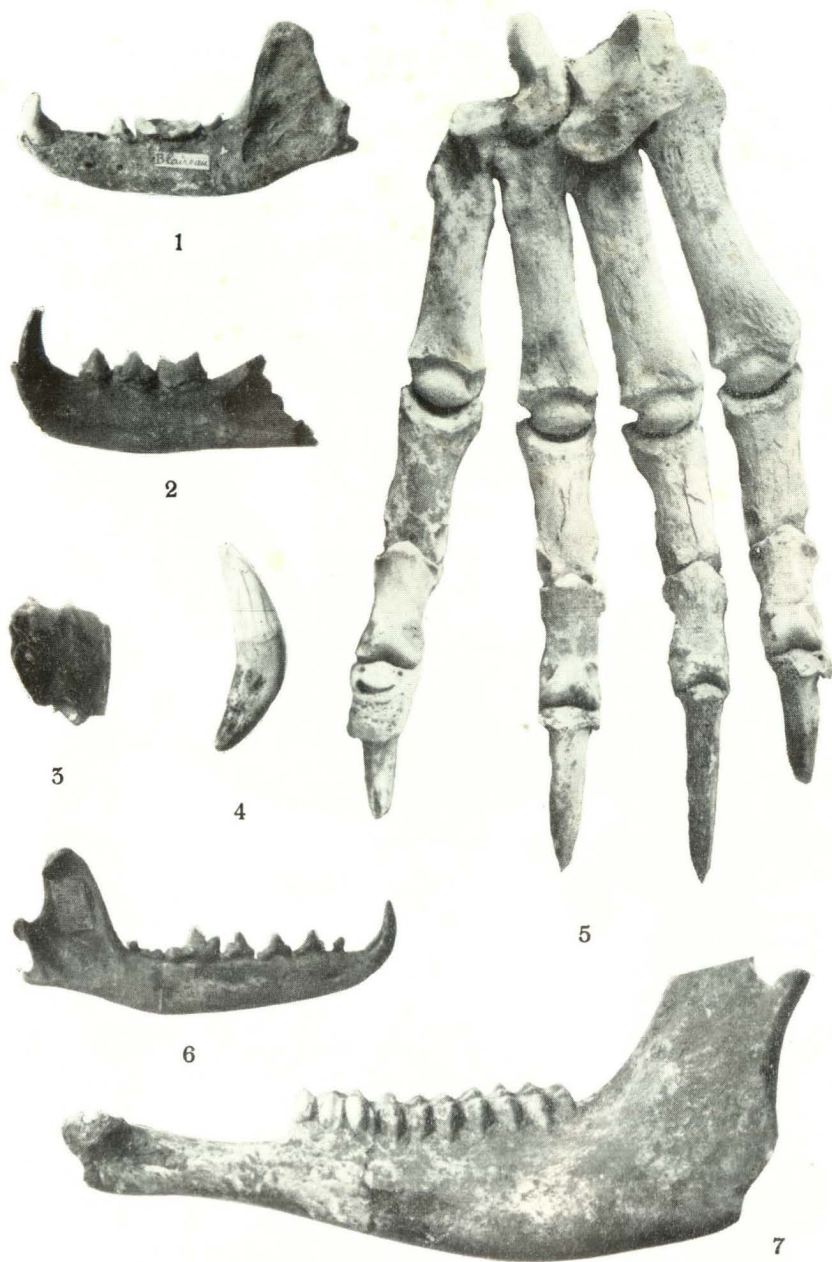
As jazidas quaternárias das Salemas devem corresponder à glaciação wurmiana. A fauna da gruta é muito semelhante à da célebre jazida de Chapelle-aux-Saints, onde se encontrou pela primeira vez a sepultura do homem da Neandhertal, apenas nas Salemas não identificamos, com segurança, a presença de *Rhinoceros* embora um fragmento do osso possa ser atribuído aquele género.

O nível quaternário das Salemas deu o primeiro resto de um homínido do tipo neandhertaliano. Trata-se apenas dum dente de leite que a especialista Denise Farembach identificou e estudou.

No estudo das grutas com nível quaternário em Portugal há uma indicação preciosa; em todas elas o nível com restos de vertebrados é sempre um depósito avermelhado com calhaus, cinzas, carvões, etc., fazendo uma espécie de brecha ossífera de relativa dureza.

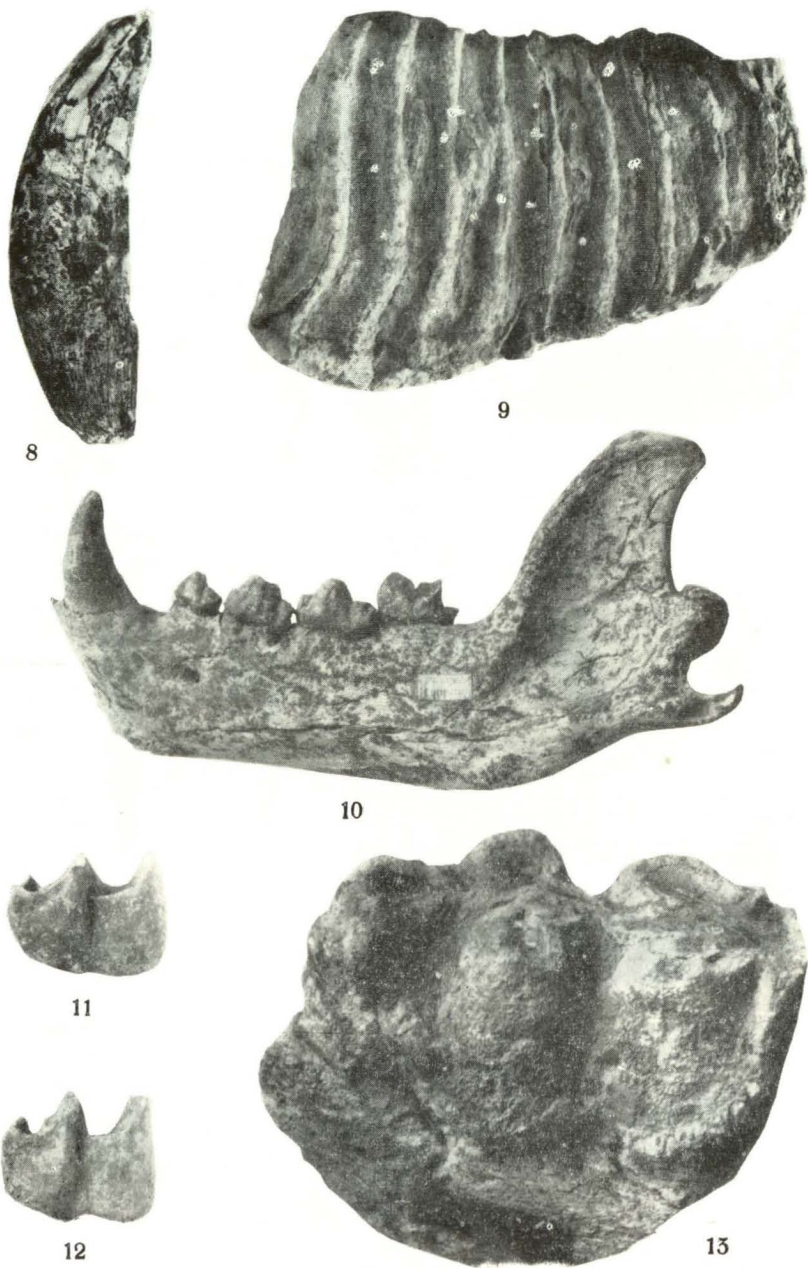
Há certas jazidas que tudo indicam terem tido um nível quaternário onde apareceram vertebrados como, por exemplo, a gruta da Casa da Moura (Cesareda).

Eis o que se nos oferece dizer sobre as jazidas com vertebrados do quaternário encontradas em Portugal. Temos esperança que as condições futuras se modifiquem de maneira a que as entidades responsáveis encarem o problema do estudo do quaternário em Portugal em moldes que, ao menos, acompanhem os países civilizados.



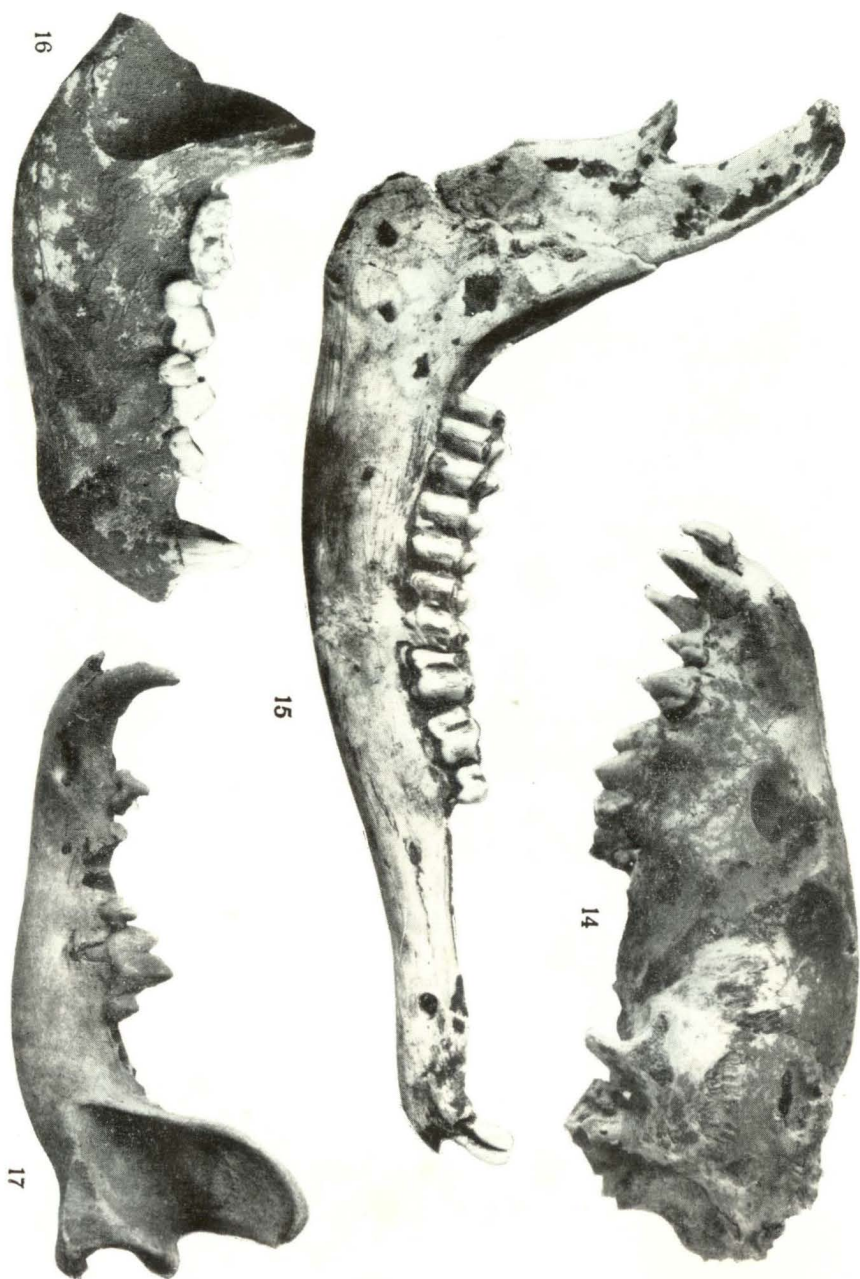
I — Vertebrados do Pleistocénico.

1 — Mandíbula de *Meles taxus* SCHREBS (Gruta da Furninha). 2 — Mandíbula de *Felis pardina* OKEN (Gruta da Furninha). 3 — Molar de *Cervus elaphus*, raça *canadensis* L. (Algoz). 4 — Dente de *Felis pardus* L. (Salemas). 5 — Pé de *Ursus arctos* L. (Gruta da Furninha). 6 — Mandíbula de *Canis vulpes* L. (Gruta da Furninha). 7 — Mandíbula de *Capra hispanica* SCHIMP. (Gruta das Fontainhas).



II — Vertebrados do Pleistocénico.

8 — Dente de *Ursus speleus* BLUM (Pedreira das Salemas). 9 — Molar de *Elephas antiquus* FALC. (Condeixa). 10 — Mandíbula de *Hyaena striata* ZIM. (Gruta da Furninha). 11 — Dente de *Rhinoceros mercki* KAUP. (Gruta da Furninha). 12 — Dente de *Rhinoceros mercki* KAUP. (Gruta Nova). 13 — Dente molar de *Hippotamus major* L. (Condeixa).



III — Vertebrados do Pleistocénico.

14 — Crânio de *Hyaena striata* ZIM. (Gruta da Furninha). 15 — Mandíbula de *Cervus elephus* L. (Gruta das Fontainhas). 16 — Mandíbula de *Hyaena crocuta* L. raça *spelaea* GOLD. 17 — Mandíbula de *Canis Lupus* L. (Gruta da Furninha).



IV — Vertebrados do Pleistocénico.

18 — Crânio de *Hyaena crocuta* L. raça *spelaea* GOLD. 19 — Mandíbula de *Cervus elaphus*, raça *canadensis* L. (Algoz). 20 — Mandíbula de *Ursus arctos*. L. (Gruta de Furninha).

PINTURAS RUPESTRES DO MONTE CHINHAMA-
PERE, CONTRAFORTE DA SERRA VUMBA, EM VILA
DE MANICA (MOÇAMBIQUE)

pelo

sócio correspondente

Octávio Rosa de Oliveira

PINTURAS RUPESTRES DO MONTE CHINHAMA-
PERE, CONTRAFORTE DA SERRA VUMBA, EM VILA
DE MANICA (MOÇAMBIQUE)

ESTUDIOSOS como Henri Breuil, Cabré, Neville Jones, Jalhay, Amorim Girão, Santos Júnior, António de Almeida, Mendes Correia e tantos outros dedicaram parte dos seus estudos à arte rupestre que aparece em todos os locais habitados pelos humanos, com uma delicadeza de pormenores e uma tão magistral harmonia de linhas, que o amor despendido por esses artistas nas pinturas e gravuras rupestres deixadas tem sido muito discutido.

Esses artistas da Antiguidade viviam, segundo se presume, da caça, pesca e guerrilhas, tendo largos repousos forçados em que procuravam reproduzir todos os seres que os rodeavam, ou pela gravura ou pela pintura executada em rochas, abrigos-sub-rochas, contrafortes das mesmas e nas paredes tectos das cavernas. Gravaram e pintaram elefantes rangíferos, mamutes com defesas recurvadas, ursos de fronte hirsuta, bisões, peixes de várias espécies, equídeos, bovídeos, girafídeos, figuras humanas, etc., insuflando-lhes vida com tão surpreendente naturalidade, com traços tão firmes feitos por vezes no primeiro golpe de mão, deixando-nos conjuntos artísticos tão perfeitos que, ainda hoje, decorridos que são séculos, podemos saber com bastante segurança e sem hesitação as espécies zoológicas reproduzidas, a confirmarem-nos

os animais contemporâneos desses povos de tempos distantes e desaparecidos.

É que a arte rupestre ficou para a posteridade como resultante dos esforços de muitas gerações, como uma arte emancipada já muito distante do seu berço, como poderosa auxiliar dos arqueólogos.

Inicialmente os artistas não sabiam distinguir as sombras nem davam às suas realizações o relevo de vida, aplicando o vermelho a toda a figura de maneira uniforme, sem transição. Depois, lentamente, por meio de lavagem, provavelmente pela aposição de ocre, vermelhão e mineral preto de manganés, começaram a dar relevo e tonalidades mais hábeis às suas criações.

Há muito tempo, segundo se presume, que os humanos empregavam matérias corantes, como óleos e gorduras, nas pinturas rupestres e a água era sàbiamente aplicada para esbater os coloridos onde as misturas de negro com o vermelho deixaram magníficas transições.

Os paleoantropologistas afirmam que os coloridos deviam ter sido muito mais variados, atendendo a que só as cores minerais se conservaram através das idades, tendo desaparecido todos os tons obtidos por meio de substâncias orgânicas e vegetais. Dizem mais, que a parte exterior das rochas que constituem os abrigos sub-rochas também teria sido pintada muitas vezes, o que é de crer porque a evolução das pinturas rupestres aparecidas, na maioria das vezes, mostra imagens interiores, únicas que provavelmente restam por estarem ao obrigo das intempéries. Presume-se, mesmo, que as representações em cor eram executadas com traços a ocre, com materiais corantes triturados e preparados em estado líquido, provavelmente como medulas e túbias de animais e outras gorduras, fazendo desta maneira uma verdadeira pintura a óleo, que aderiria fortemente à superfície da rocha e, fossilizando-se, a pouco e pouco, se conservou até aos nossos dias.

Também, segundo se tem verificado, quando faltava espaço, os artistas trabalhavam sobre outras representações que por vezes lavavam

à pressa ou deixavam subsistir, cobrindo-as com novas cores, mais frescas, mais vivas, acumulando assim figuras das gerações anteriores, fazendo dos conjuntos artísticos autênticos palimpsestos que os arqueólogos hoje estudam com bastante segurança, embora necessitem de aliar às pinturas e gravuras rupestres os resultados obtidos pela estratigrafia dos solos junto das mesmas, bem como material lítico recolhido, para completa obtenção da cultura a estudar.

Ao inverso da pintura, a gravura rupestre interrompe a continuidade dos traços, na maioria das vezes, desfigurando certos pormenores ou acentuando-os, a fim de darem mais evidência ao conjunto artístico com o realçamento dos elementos principais. Capitan, admitiu mesmo que a delicadeza da acentuação dos pormenores era indispensável nestas manifestações artísticas para actos espírito-sagrados ou rituais religiosos quando se tratava da captura ou multiplicação desejada dos animais pintados ou gravados.

Existem inúmeros tipos de gravuras rupestres. A maioria são gravadas directamente na rocha sem que os artistas se tivessem inspirado no conjunto do acidente rochoso ou nos gretados provocados pela fustigação erosiva; noutras, que são as mais raras, aproveitaram o acidente rochoso ou o estalado provocado pela meteorização da rocha em contacto com a Natureza para gravarem as mais extraordinárias figuras animalísticas que, como as pinturas rupestres, apresentam desenhos que nos levam a interpretar sem hesitação as espécies zoológicas que os artistas deixaram para as gerações subseqüentes, nos entalhes que executaram com elegância de traços.

Foi neste último grupo que colocámos a gravura rupestre do bovívdeo que localizámos a meia encosta do monte Chimbanda, da serra do Zembe, em Moçambique, a latitude Sul 19° 18', longitude Este de Greenwich 33° 21', estudada num trabalho apresentado em comunicação ao XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado na cidade do Porto em Junho de 1962.

Todas as pinturas e gravuras rupestres indicam a omnipresença do Homem em todas as zonas do globo terrestre, mesmo nos lugares mais desprotegidos como o Sáara.

Em Moçambique, a arte rupestre está representada nas regiões montanhosas e, a seguir às pinturas descobertas por François Balsan a és-nordeste de Vila Cabral, no Niassa, as mais importantes de que temos conhecimento são as existentes no contraforte da serra Vumba, monte Chinhamapere¹. Este monte é bem visível da estrada internacional que liga Vila de Manica a Umtali (Rosédia do Sul), do lado esquerdo. Por uma pequena picada existente, na mesma direcção do abrigo sub-rocha onde estão as pinturas, pode passar-se com um carro até uma pequena povoação nativa existente no sopé do referido monte. A escalada é relativamente fácil até meia encosta, sendo mais difícil dali para cima.

Num grandioso abrigo sub-rocha localizam-se as pinturas, do lado oeste, que ocupam uma área de três metros quadrados.

Nestes três metros quadrados conseguiram os artistas enquadrar um conjunto artístico maravilhoso, já no estado de fossilização, que demonstra dois períodos, dos dez mencionados pelo saúdoso pré-historiador Abade Henri Breuil, com duas sobreposições distintas, assim cremos.

Ao primeiro período (Fig. 1), que podemos atribuir ao Paleolítico, correspondem as figuras que primeiro foram pintadas na rocha a vermelho e alaranjado e que são constituídas por um negróide segurando

¹ Os nativos Chimanicas dão três nomes a este monte, pertencente ao contraforte da vertente do planalto formado pela serra Vumba: *monte Chinamapere* — monte onde existe gente com lepra; *monte Chinhamacunga* — monte onde existe pássaro preto com pescoço branco; *monte Chinhamunambué* — monte onde existe pedra pintada.

o que se presume seja um atado de milho, pois que provàvelmente se tratava de povos agricultores; um grupo de várias outros negróides, com arcos e flechas, outros a segurarem às costas com mortos e feridos, certamente após combate, pois era crença destes povos que os mortos ressuscitavam noutra vida. Todo este conjunto inicial está, devido às intempéries, borrado com riscos a escorrerem pela rocha, mas todo ele em completo estado de fossilização.

As figuras que atribuímos ao segundo período, constam de dois antílopes, em vermelhão um e em alaranjado outro (que também pode pertencer ao primeiro período) e várias figuras humanas em vermelhão estilizadas, montando uma delas um antílope em alaranjado, compreendendo a primeira sobreposição deste segundo conjunto, vindo depois a segunda sobreposição, pintada posteriormente em chocolate, dos seis caçadores Bosquímanos (Figs. 2 e 3).

Embora não tivéssemos feito escavação junto às pinturas, não só porque não estávamos devidamente autorizados para a fazer como também a mesma era desnecessária, atendendo a que por ali andou alguém, desconhecendo quem fosse, que abriu uma trincheira desordenada, sem método arqueológico, como autêntico atentado contra a Ciência.

Mesmo assim, ainda conseguimos colher seis micrólitos da cultura viltoneana (Wilton), três dos quais são autênticos (Fig. 4) e os restantes duvidosos, no formato decrescentes.

Aqui deixamos o nosso protesto pelo remeximento desordenado de terra, sem método arqueológico, feito junto das pinturas e que impossibilitou um estudo perfeito da cronologia desta jazida.

Segundo fomos informados no próprio local, têm sido vários os visitantes destas manifestações artísticas que, sem perceberem nada do assunto, não se limitam a ver e a fotografar e vão mais longe nas observações, pois é crime punível pelas leis vigentes estragar vestígios com interesse científico.

Presumimos que os seis caçadores pintados a chocolate sejam Bosquímanos, pelas inconfundíveis características estratopégicas².

Quanto aos pintores destas manifestações, que provavelmente foram os Bosquímanos, estavam forçosamente dependentes do meio que os cercava, para a obtenção dos materiais dependentes do meio que os cercava, para a obtenção dos materiais necessários à manufactura dos vários coloridos, usando, como atrás dizemos, pigmentos minerais, misturados com gorduras, onde o óxido de ferro magnético aquecido a diferentes temperaturas dava cores desde amarelo ao vermelhão e chocolate. O pigmento a preto, quando aparece nestas manifestações, é proveniente do manganés; no entanto, o carvão também é muitas vezes usado para produzir esta cor.

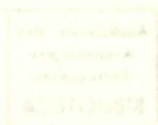
As pinturas em branco, como as localizadas nos montes Malambué, Lussambagué e Lua, a és-nordeste de Vila Cabral, foram obtidas provavelmente do caulino e talvez mesmo de excremento de aves.

Os coloridos em azul e verde, raríssimas vezes perduram, atendendo a que foram extraídos de matérias vegetais, arqueologicamente perecíveis.

No que diz respeito às pinturas rupestres do monte Chinhamapere, podemos dividir os aglomerados de magnetite em três coloridos, tendo a atenção os pigmentos usados pelos artistas:

- A) As cores a vermelhão, devem derivar da hematite (óxido de ferro anídrico);

² Estratopégia ou saliência excessiva das nádegas, causada pela acumulação de gorduras na região subcutânea, notando-se que, como lipoma fisiológico que é, a gordura não abandona a região, embora o resto do corpo emagreça, por doença. A estratopégia é característica da sub-raça Bosquímana e os casos que se encontrem em outros povos são devidos ao exagero da gordura entre as fibras musculares e não ao aumento da camada adiposa subcutânea. É mais vulgar nas mulheres, desde a puberdade, mas também se observa entre os homens.



- B) As cores em alaranjado, devem derivar da limonite (sexquióxido de ferro hidratado);
- C) As cores em chocolate, devem ser provenientes dum mineral mais escuro, de um pseudo-derivado da magnetite (óxido de ferro magnético).

Em face do exposto, tendo em atenção as classificações do saudoso Abade Breuil e o material lítico recolhido, cremos poder corresponder o primeiro período destas pinturas ao Paleolítico africano e o segundo período entre o Mesolítico e Neolítico, praticamente coevo, aliado à cultura viltoneana (Wilton de Grahamstown).

Quanto aos executantes, não nos repugna admitir que foram Bosquímanos.

BIBLIOGRAFIA

- O. R. DE OLIVEIRA — *A Arte rupestre na África Austral*, 1957.
- *Chimbanda da serra do Zembe, gravura rupestre*, «Boletim da Agência Geral do Ultramar», Junho-Julho, 1960.
- *Pinturas rupestres do abrigo sub-rocha do Vumba*, «Boletim da Agência Geral do Ultramar», Junho-Julho, 1960.
- *Pinturas rupestres dos contrafortes da serra Vumba (monte Chinghamapere)*, «Cadernos de Divulgação Cultural», N.º 1. Editados pelos Serviços culturais da U. N. da Beira, Outubro de 1962.
- L. ANTUNES BARRADAS, *Arqueologia de Manica e Sofala*, 1960.
- PIRES DE CARVALHO, *Velba Macequece*, 1946.



Fig. 1 — Grupo de vários negróides pintados a vermelho.



Fig. 2 — Antílopes e negróides pintados a vermelho e alaranjado.

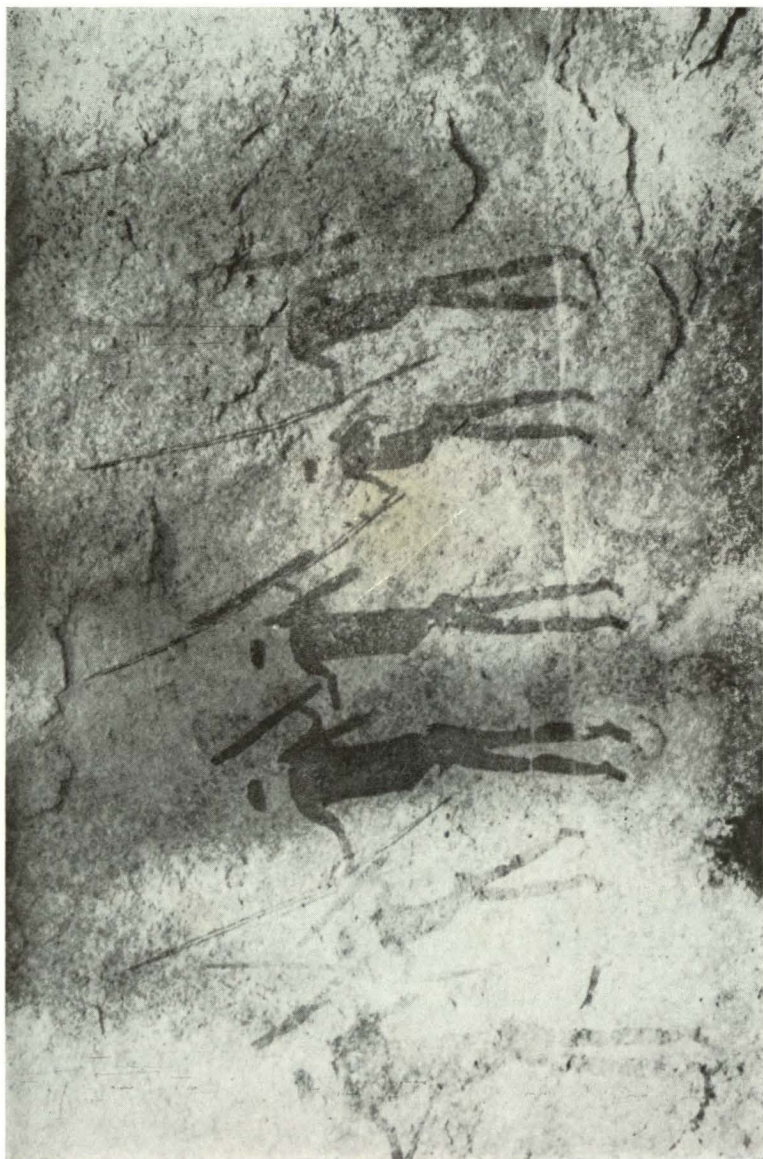


Fig. 3 — Seis guerreiros bosquimanos pintados a chocolate.

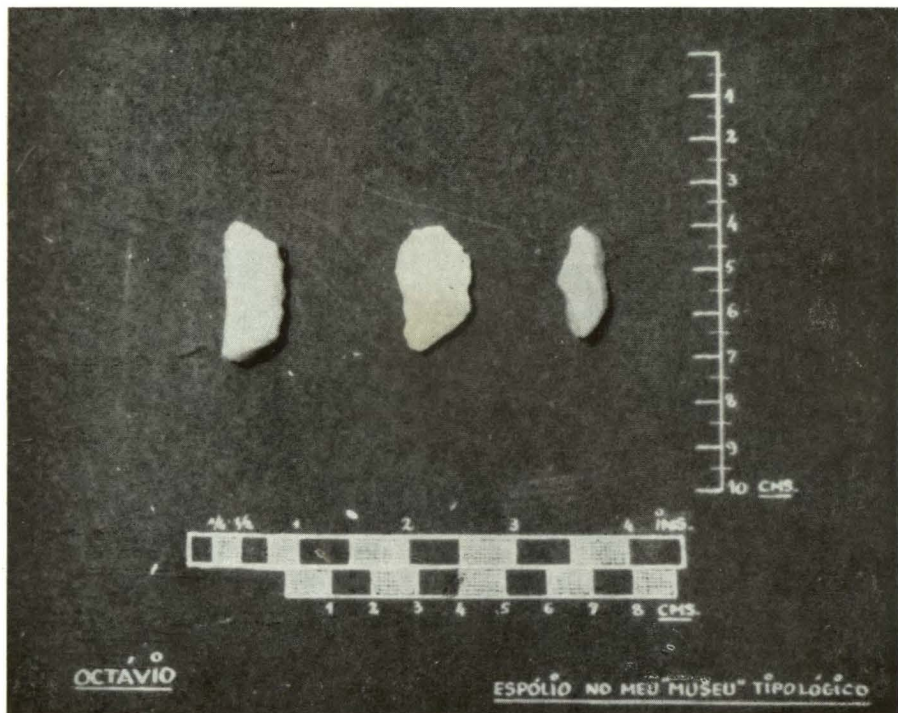


Fig. 4 — Três crescentes da cultura de Wilton.



Fig. 5 — Conjunto das pinturas.

A CASA DE BRAGANÇA E A
ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

pelo

sócio efectivo

Afonso do Paço

A CASA DE BRAGANÇA E A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

EM tempos recebemos convite para proferir algumas palavras numa série de conferências que tiveram lugar no Paço Ducal de Vila Viçosa * que foi berço de brilhante dinastia de reis. Sentimo-nos confuso para semelhante empreendimento, do mesmo modo que outrora, menino e moço dos primeiros anos do liceu de Viana do Castelo, no meio de multidão luzida e esfusiante de aclamações a D. Manuel II, que então visitava a Princesa do Lima. A nossa capa negra de estudante de então, perdia-se num mar de gente esmaltado de garridas lavradeiras e fardas brilhantes, num ambiente sonoro de músicas, de foguetes e tilintar de armas.

Acedendo a tão honroso encargo, propuzemo-nos reunir alguns factos dos seus ilustres reis e príncipes, que estivessem mais ligados à nossa arqueologia pré e proto-histórica e fazendo de tudo um bem singelo ramo, disposto como melhor pudéssemos e soubéssemos, nos permitiríamos depositar no Panteão Real, muito particularmente diante do ataúde do último rei, o único que nossos olhos viram e bem cedo começaram a venerar,

* Tendo-se interrompido a série de conferências culturais realizadas no Paço de Vila Viçosa, estas palavras foram proferidas em 14 de Julho de 1962, na Associação dos Arqueólogos Portugueses.

pois nunca se nos apagou da memória, apesar das vicissitudes da vida do país, aquela radiosa página de infância.

A tarefa que nos propuzemos tratar «A Casa de Bragança e a Arqueologia Portuguesa», não é coisa fácil, não por transcendência do assunto, mas pela sua dispersão, que nos obrigou, em trabalho insano e inglório, a respigar factos aqui e além, na noite escura de documentos não ordenados.

*
A CASA DE BRAGANÇA E A
ARQUEOLOGIA PORTUGUESA
* * *

Remonta às origens da Casa de Bragança, o interesse dos seus membros pela arqueologia.

O fundador, D. Afonso, Conde de Ourém, Marquês de Valença e depois primeiro Duque, filho bastardo de D. João I que casara com D. Brites Pereira, filha herdeira do Condestável D. Nuno, foi em 1415 com El-Rei seu pai e seus irmãos à conquista de Ceuta e depois da tomada desta praça, apenas desejou para si como despojo do inimigo, várias colunas de mármore e pedras com inscrições, além da mesa da casa de jantar de Sala-ben-Sala, que ofereceu à Igreja da Senhora da Fanqueira, onde ainda hoje serve de altar-mor, que como trofeus de glória trouxe para Portugal.

Este proceder de D. Afonso, que denota a sua predilecção, desenvolveu nele o gosto pelas antiguidades e levou-o a reunir nas suas viagens muitos objectos arqueológicos, que collocava numa sala dos seus paços de Conde de Ourém, situados em Lisboa, a Norte da praça do Rossio, mais ou menos na parte oriental do Teatro de D. Maria II e casas da Rua Eugénio dos Santos que lhe ficam por detrás.

Este primeiro museu de que temos notícia, ascende aos princípios do século XV.

O segundo Duque aumentou em muito as colecções paternas, mercê principalmente de funções que exercera: a embaixada de que o encarregou

seu tio El-Rei D. Duarte junto do concílio celebrado em Florença e a missão de que fora incumbido por D. Afonso V, seu primo, de acompanhar a imperatriz D. Leonor, irmã de El-Rei, aos estados de seu marido o imperador Frederico III da Alemanha.

Isto dera-lhe ensejo de visitar as principais cortes da Europa e nestas longas e demoradas viagens, por impulso próprio ou recomendação paterna, fazer importantes aquisições, umas por compra, outras por ofertas de príncipes.

Este museu, como dissemos iniciado nas salas do palácio do Rossio, foi ainda pelo seu fundador transferido para o solar que o primeiro Duque possuía, próximo da igreja paroquial de S. Cristóvão.

Sofreu nova mudança no tempo do terceiro Duque, que o instalou em novo paço edificado próximo das portas de Santa Catarina, onde se conservou até ser devorado pelas chamas do incêndio que se seguiu ao terramoto de 1755. Por sua vez, o quinto duque, D. Teodósio I, mandou transportar do Outeiro de S. Miguel para Vila Viçosa várias lápides que foram colocadas na frontaria do mosteiro de Santo Agostinho e organizou mesmo uma colecção manuscrita de inscrições de toda a península.

Tais factos, que por estarem nos fundamentos da Casa de Bragança nos permitimos referir em primeiro lugar, justificariam por si só e a nosso ver, a ideia de se organizar na casa ducal de Vila Viçosa um grande museu evocativo, onde a arqueologia não podia deixar de ter lugar.

Esta predilecção dos Braganças fez escola, e bem cedo vemos outras casas nobres, como a do Duque de Cadaval, Marquês de Abrantes e Marquês de Angeja, empenhadas em coligir documentos, objectos arqueológicos, moedas, etc., preciosidades estas que ou o terramoto destruiu, ou são ainda fontes valiosas da História Pátria.

Este movimento tornou-se maior, logo que à Nação foram restituídas, na heróica manhã de 1 de Dezembro de 1640, as roupagens de

gala de que andara esbulhada por mais de meio século, mercê do esforço, bem lusiada, de uma mão cheia de patriotas que atearam as brazas cobertas pelas cinzas da escravidão.

Sentado um príncipe da Casa de Bragança no trono de D. Afonso Henriques, recuperadas as parcelas do império de que a cobiça internacional se tinha apropriado, cicatrizadas as feridas que o castelhano rasgara e depois fizera sangrar abundantemente durante a guerra da restauração, pôde o país lançar-se na esteira do desenvolvimento comercial, industrial, artístico e científico do seu tempo.

Um dos homens que bem se distinguira no consolidar da independência e depois fora hábil político, D. Luís de Meneses, Conde da Ericeira, criou no seu palácio da Anunciada, tal qual o fizeram os Braganças, um museu de antiguidades, curiosidades naturais e numismática.

O autor do «Portugal Restaurado», instituiu também naquele solar, no último quartel do século XVII, uma academia literária, ao gosto da época, denominada *Academia das Conferências Eruditas*.

Seu filho D. Francisco Xavier continuou as tradições paternas e o palácio da Anunciada transformou-se não só em precioso museu como repositório de documentos. A *Academia das Conferências Eruditas* reformada em 1717, passou a denominar-se *Academia Portuguesa* e dela nasceu em 1720 a *Academia Real da História Portuguesa*, que logo de início expôs a D. João V a necessidade de salvaguardar o património arqueológico da Nação, levando El-Rei a promulgar o alvará de Agosto de 1721, que contém uma série de sábias e ponderadas disposições, que a burocracia de hoje não permitiria que se puzessem em prática:

Reza assim o documento:

«Eu El-Rei Faço saber aos que este Alvará de Ley virem, que por me representarem o Director, e Censores da Academia Real da Historia Portugueza, Ecclesiastica, e Secular, que procurando examinar por si, e pelos Academicos os monumentos antigos, que havia, e se podião descobrir no Reyno, dos tempos, em que nelle dominarão os Phenices, Gregos, Persos, Romanos, Godos, e Arabios, se achava que muitos que

puderão existir nos edificios, estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moédas, e outras artefactos, por incuria e ignorancia do vulgo se tinham consumido, perdendose por este modo hum meyo muy proprio, e adequado, para verificar muitas noticias da veneravel antiguidade, assi Sagrada, como Politica; e que seria muy conveniente á luz da verdade, e conhecimento dos Seculos passados, que, no que restava de semelhantes memorias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este damno em que pode ser muito interessada a gloria da Nação Portugueza, não só nas materias concernantes á História Secular, mas ainda á Sagrada, que são o instituto a que se dirige a dita Academia. E desejando eu contribuir com o meu Real poder, para impedir hum prejuizo tão sensivel e tão damnoso á reputação e gloria da antiga Lusitania, cujo Dominio, e Soberania foi Deus servido dar-me; Hey por bem, que d'aqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaca ou destrúa em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daquelles tempos, ainda que em parte esteja arruinado; e da mesma sorte as estatuas, marmores e cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras ou tiverem letreiros Phenices, Gregos, Romanos, Goticos, e Arabicos; ou laminas, ou chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres; como outro-si medalhas, ou moédas, que mostrarem ser d'aquelles tempos, nem dos inferiores até o reynado do Senhor Rey D. Sebastião; nem encubirão, ou occultem algumas das sobre-ditas cousas: e encarrego ás Camaras das Cidades, e Villas deste Reyno tenham muito particular cuidado em conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de semelhante qualidade, que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu districto; e logo que se achar, ou descobrir alguma de novo, darão conta ao Secretario da dita Academia Real, para elle o communicar ao Director e Censores e mais Academicos; e o dito Director e Censores com a noticia que se lhes participar, poderão dar a providencia que lhes parecer necessaria, para que melhor se cõserve o dito monumento assi descoberto; se o que assi se achar, e descubrir novamente, forem laminas de metal, chapas, ou medalhas, que tiverem figuras, ou caracteres, ou outro si moedas de ouro, prata, cobre, ou de qualquer outro metal, as poderão mandar comprar o Director, e Censores do procedido da consignaçon, que fui servido dar para despezas da dita Academia; e as pessoas de qualidade que contravierem esta minha disposiçon, desfazendo os edificios daquelles Seculos, estatuas, marmores, e cippos; ou fundindo laminas, chapas, medalhas, e moedas sobreditas; ou tambem deteriorando-as em forma, que se não possam conhecer as figuras, e caracteres; ou finalmente encobrindoas e occultandoas, além de incorrerem no meu desagrado, experimentarão tambem a demonstraçon que o caso pedir, e merecer a sua desattençon,

negligencia, ou malicia; e as pessoas de inferior condição incorrerão nas penas impostas pela Ordenação do Liv. 5. Tit. 12 § 5., aos que fundem moedas; e porque os que acharem algumas laminas, chapas, medalhas, e moedas antigas, as quererão vender e reduzir a moeda corrente, as Camaras serão obrigadas a compral-as, e pagal-as promptamente pelo seu justo valor, e as remetterão logo ao Secretario da Academia, que fazendoas presentes ao Director, e Censores, se mandará satisfazer ás Camaras o seu custo;».

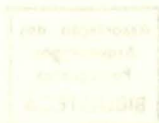
Sofreu este alvará ligeira alteração, quando nos fins do século XVIII a Academia Real da História Portuguesa cessou todas as suas actividades e o Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Lisboa expôs a Sua Majestade:

«a importância de que seria não só para o conhecimento das Antiguidades Sagradas e Politicas, e para illustração das Artes e Sciencias, mas para ornamento da mesma bibliotheca, formar-se nella huma grande Collecção de Peças de Antiguidade e raridade, que possa servir aos indicados fins...».

D. João VI, então príncipe regente, ordenou por alvará de 4 de Fevereiro de 1802, que as funções que na legislação de seu régio avô eram atribuídas ao Secretário da Academia Real da História Portuguesa, quanto a correspondência com as Câmaras sobre os monumentos que se achassem, ficassem pertencendo ao Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Lisboa:

«devido o mesmo fazer-Me presente pelo Conselheiro, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, Inspector Geral da Real Biblioteca de Lisboa, para Eu ordenar as providencias necessarias, assim á compra das Medalhas, Laminas e outros objectos semelhantes por conta da Minha Real Fazenda, como á conservação dos mesmos objectos, e outros quaesquer sejam convenientes nesta matéria».

Estas disposições legais de D. João V e D. João VI, adaptadas convenientemente à evolução política, podemos dizer que só foram totalmente



revogadas em 1894, isto, 173 anos mais tarde, quando da criação da Comissão dos Monumentos Nacionais.

Bastante se escreveu depois desta última data em matéria de legislação arqueológica, mas nunca a eficiência foi tão grande como então. Os regulamentos de hoje não permitem resoluções tão rápidas como aquelas que o Rei Magnânimo prescreveu há 230 anos.

*

*

*

Mas pondo de parte estas referências a leis e regulamentos, sempre de grande aridez, vejamos outros contactos mais directos de Braganças com a arqueologia nacional, começando por um facto, que bem nos deixa perceber, que na educação dos seus príncipes, a cultura histórica ocupava lugar de relevo.

Com luzido séquito de cortesãos, em vistosas embarcações, seguia a princesa filha de D. José, pela margem esquerda do Sado, em frente de Troia, a caminho da Herdade do Pinheiro, então pertença da casa do Infantado.

Um grupo de dependências em ruína daquela tão notável estação arqueológica, que divisava junto à praia entre a Ponte do Verde e Boca da Lagoa, impressionou tão vivamente aquela que depois subiu ao trono com o nome de D. Maria I, que na viagem de regresso desembarcou em Troia para ver tudo mais de perto. Foi tal o entusiasmo da jovem princesa, que mandou fazer escavações que deram como resultado acharem-se numerosos objectos arqueológicos, uns logo distribuídos pelos fidalgos da comitiva, outros que recolheram aos Museus do Marquês de Abrantes, Marquês de Angeja, etc.

Em lembrança do facto e do interesse manifestado pela neta de D. João V — não é de hoje como vemos a predilecção das senhoras pela

arqueologia — deram os cortesãos ao trato do terreno entre as casas em ruínas e a praia, o nome de Rua da Princesa.

Dos materiais postos a descoberto pela escavação figurava uma bela coluna coríntia de mármore branco com veios escuros, que Sua Alteza mandou se erigisse numa praça de Setúbal.

Em cumprimento desta determinação real elevou-se a coluna à entrada da Rua dos Sapateiros, que se fazia pela Porta Nova. Porém, como neste local embarçava o trânsito das seges, não tardou que dali fosse retirada e oferecida aos frades do Espírito Santo, que a implantaram no largo fronteiro ao seu convento situado à Fonte Nova, onde permaneceu por alguns anos. Mas como neste local também servisse de estorvo às corridas equestres que tinham lugar por ocasião de festejos ali realizados, apearam-na e enterraram-na no mesmo lugar.

Pouco tempo depois mandou Pombal destruir o pelourinho da vila que ostentava as armas de Santiago, por ser Setúbal uma das comendas desta Ordem, pertencendo o seu exercício ao Duque de Aveiro.

O engenheiro Cabedo que fora encarregado da construção de novo monumento que substituísse o demolido, soube dos inglórios destinos que tivera a coluna coríntia e mandando-a desenterrar, erigiu-a como novo pelourinho, na praça Marquês de Pombal, onde ainda hoje se conserva.

Nesta velha Troia, onde qualquer ia buscar pedras, telhas ou tijolos para construções, passava o itinerário Lisboa-Setúbal-Melides... Algarve e por isso sofreu as maiores devastações nos séculos passados.

Acontecia que na viagem do Algarve a Lisboa, quando o estuário se apresentava tempestuoso, aguardavam os viandantes em Troia que o tempo amainasse, alojando-se irreverentemente na capelinha de N. S. dos Prazeres, edificada no século XV. Mais tarde construíram-se ali hospedarias para os passageiros, bem como acomodações para o pessoal e animal empregado nos transportes. Quando um vereador de Setúbal mandou abrir no ano de 1700, caboucos para a construção de estalagens, encontrou um templo gentílico com colunas e capitéis, sepultado totalmente

pelas areias. Nada mais nada menos que o célebre templo dedicado ao deus Mitra, cujo baixo relevo que tão maltratado tem sido, é uma das mais curiosas peças arqueológicas da nossa proto-história.

Mas em Troia lampejou por algum tempo certa grandeza.

Nos fins da primeira metade do século XIX vivia em Setúbal o Rev.^{do} Manuel da Gama Xaro, beneficiado da freguesia de S. Sebastião, que depois chegou a cónego da Sé Patriarcal de Lisboa. Dado a estudos arqueológicos passava muito do seu tempo a escavar nas ruínas de Troia e a meditar sobre elas, procurando uma indicação geográfica que lhe revelasse o nome da cidade destruída. Reunia em sua casa um cenáculo literário que foi o germen da *Sociedade Arqueológica Lusitana*, organismo criado em Setúbal para exploração de tão venerandas ruínas.

No decorrer do ano de 1849 foram redigidos os seus estatutos que se remeteram ao Duque de Palmela com o pedido de que os tomasse sob o seu patrocínio.

Acedendo ao encargo respondeu o Duque que em breve iria a Setúbal proceder à inauguração, e a 8 de Novembro chegou em vistosa cavalgada, sendo recebido pela cidade com honras militares, bandas de música, foguetes e grande festança popular.

No dia seguinte dirigiu-se o Duque a Troia acompanhado dos membros da Sociedade. Percorreu tudo longamente e ficou maravilhado do que vira.

Ao findar da tarde desse dia 9 de Novembro, em Setúbal, sob a presidência de Palmela, em brilhante sessão, procedeu-se à instalação da Sociedade. Quiseram nomeá-lo protector, mas aceitou para si apenas a presidência, reservando a protecção para Sua Majestade D. Fernando, a quem iria em breve, disse, solicitar tal honra.

Por entre animadas discussões e alvitres, houve mesmo quem reclamasse para a Sociedade o título de «Real», coisa com que o Duque não concordou.

Em 1 de Dezembro desse ano, luzido grupo arqueológico sob a che-

fia de Palmela, foi recebido por D. Fernando que prometera toda a sua protecção à Sociedade nascente.

À noite houve grandioso jantar e recepção no palácio ducal, da rua da Escola Politécnica a que assistiram os membros da *Sociedade Arqueológica Lusitana* e as mais altas individualidades da política e das letras do tempo.

No ano seguinte iniciaram-se as escavações. A primeira campanha teve lugar de 1 de Maio a 2 de Julho, com excelentes resultados, que deram grande alegria a S. M. El-Rei e ao Duque.

A segunda, que se iniciou em 4 de Outubro desse ano, prolongou-se até 15 de Março de 1851.

Durante ela, a 12 de Outubro de 1850 faleceu o Duque, facto este que teve enorme repercussão na vida da jovem Sociedade.

Os capitais para os trabalhos provinham de dávidas e cotizações dos associados, entre os quais se encontravam algumas senhoras, entusiastas pelas coisas de arqueologia — é bom não esquecer o interesse de uma princesa pelas ruínas de Troia. O próprio Garrett foi agremiado da Sociedade Arqueológica Lusitana.

Porém os recursos, depois daquelas campanhas, esgotaram-se e a Sociedade, sem dinheiro, caiu num verdadeiro marasmo. Reuniu contudo alguns capitais e energias, e num arranco final procedeu a nova escavação, de 5 de Novembro de 1855 até 12 de Abril de 1856.

Depois foi a queda total, de que não houve possibilidade de a levantar, apesar de todos os esforços do próprio D. Fernando, que chegou mesmo a visitar as ruínas e por intermédio do seu secretário particular ofereceu todo o auxílio e qualquer cooperação.

Os Braganças manifestaram sempre particular predilecção por Troia, visitando-a além de D. Fernando, D. Pedro V, D. Luís e D. Carlos.

Em 26 de Outubro de 1867, quase onze anos depois da última escavação, dois sócios fundadores da Sociedade Arqueológica, pediram ao Estado, ao abrigo daquela legislação que nos vinha dos tempos de

D. João V, que tomasse conta do espólio disperso, mandando-o recolher à Academia Real das Belas Artes, em Lisboa.

Gastaram-se ao todo nas escavações 1.418\$60, tendo D. Fernando contribuído para este montante com 300\$00 e Palmela com 200\$00.

O cônego Manuel da Gama Xaro, agitou e coordenou durante alguns anos o esforço de um grupo de setubalenses ilustres à volta de uma das mais ricas e durante muito tempo mais abandonadas ruínas arqueológicas que existem no nosso país. O que os velhos escritos rezam que se tem retirado daquele povoado é verdadeiramente fantástico, e corta o coração saber que tudo aquilo está disperso ou totalmente aniquilado pelo rodar dos tempos e incúria dos homens.

Os setubalenses, parece que desdenhando do que se passava na outra margem do Sado — o rio é largo — assistem impávidos ao dismantelar de uma das jóias mais preciosas das suas cercanias, vendo com indiferença o destroço que todos faziam naquilo que seria um dos seus pontos turísticos de boa nomeada, não tiveram mesmo um acto de repulsa para um navio de guerra de potência amiga que fizera desembarcar um troço de gente próximo da cidade, para se apropriar de mosaicos e tubos antigos no terreno de Troia, feito este que se realizou com o conhecimento de todos, e até das instâncias oficiais.

A Setúbal dos nossos dias, parece que enebriada pelo nectar delicioso do Moscatel, apenas se preocupa com os pomos doirados dos seus laranjais e o brilho prateado do peixe que o mar lhe fornece.

Deliciada na soalheira margem direita do rio, abrigada dos frios do Norte, dispõe-se quando muito a subir à Arrábida ou a banhar-se no Portinho, mas desdenha o património espiritual e artístico sepultado nos areais da margem esquerda do Sado, a dois passos da sua praia de veraneio.

Sobre todo aquele grandioso passado que em qualquer outro país, que não fosse o nosso, seria motivo do maior carinho, chegou a projectar-se a instalação de grandiosa indústria, reduzindo a mísero e inútil

farrapo uma página gloriosa dos nossos maiores, porque eram ascendentes nossos aqueles industriais e mercadores que ali viveram e traficaram com naus de Roma e do Oriente.

Há alguns anos foi-nos dado folhear um bem elaborado trabalho que propunha nada mais nada menos, do que instalar na península de Troia, uma *zona franca e industrial*, contendo no seu extremo, do lado do Oceano, *instalações petroleiras* e no local da estação arqueológica, um *Estaleiro Naval*.

Ficaria alguma coisa depois de se estabelecer do lado do rio «uma ponte cais acostável para embarcações do tráfego fluvial e para barcos de pequeno calado» e da «consolidação dos molhes da boca da lagoa, feita possivelmente por meio de estacas e pranchas metálicas, tendo como fim principal a dragagem» da sua entrada?

Na obra projectada «considerava-se de necessidade a dragagem da abertura do canal de acesso à lagoa a fundos de — 6 m e a criação de uma bacia de flutuação à mesma cota».

Pobre Troia por quem uma princesa e um D. Fernando se interessaram, e onde um beneficiado rebuscou nas tuas areias uma lápide que pudesse revelar às gentes de hoje o teu nome ignorado!

O que dirá o mundo científico — porque a arqueologia é considerada por todos, menos por nós, uma verdadeira ciência — quando souber de tudo isto?

Mas tendo as coisas mudado, felizmente, atravessemos depressa o Sado, por isto não ser assunto da nossa conta e vejamos outras actividades arqueológicas a que os reis da casa de Bragança estiveram ligados.

*
* *

Corria já adiantado o mês de Novembro do ano da graça de 1863, quando um grupo de architectos à frente dos quais se encontrava Joaquim Possidónio Narciso da Silva, reuniu numa das salas do *Grémio Popular*,

situado à Calçada do Combro em Lisboa, resolvido a fundar uma agremiação científica da sua classe.

Discutidos e ordenados os estatutos, foram os mesmos submetidos à assinatura de El-Rei D. Luís a 24 de Janeiro do ano seguinte.

Os membros da «Associação dos Arquitectos Civis», assim ficou a denominar-se o novel agrupamento, eram pessoas de correcção e pouco depois subiram as escadas do Paço, Possidónio da Silva à frente, a agradecer a Sua Majestade a graça de que houvera, aprovando o regulamento porque haviam de reger-se. O presidente pronunciou na ocasião um pequeno discurso a que El-Rei se dignou responder de modo muito lisongeiro.

Não possuindo sede associativa, trataram de buscar uma que estivesse de acordo com as suas artes.

Encontrava-se ao tempo totalmente transformado em vasadouro público e depósito de estrumes, o que nos ficara depois do terramoto de 1755, das naves e capelas do convento carmelita que o vencedor de Aljubarrota fundara em memória desta batalha, algum tempo antes de trocar o arnez pelo burel, depois de consolidar no trono o seu dilecto amigo Rei de Boa Memória e bem alicerçar a Pátria para iniciar as jornadas heróicas através dos mares nunca dantes navegados, e trazer novos mundos ao mundo, no dizer do cantor da grei lusiada.

Os novos agremiados, como architectos e cultores da arte que eram, indignaram-se com a finalidade que se dava a tão venerandas ruínas as quais seja-nos permitido lembrá-lo, na sua origem tão ligadas estão com o início da Casa de Bragança, pois o fundador do mosteiro fora sogro do 1.º Duque e era seu neto o 2.º.

Resolveu a nova Associação pedir ao Estado para sua sede aquela miséria que vergonhosamente se ostentava no coração da cidade, a dois passos do Rossio e do Passeio Público.

Em fins de Novembro de 1864, Possidónio da Silva era recebido pelo

Ministro das Obras Públicas, que aconselhava a pedir ao Ministro do Reino as capelas do edificio do carmo.

A pretensão fora deferida e em Abril de 1865 já os novos agremiados discutiam a maneira como se havia de fazer a vedação da parte arruinada da igreja do Carmo pertencente à Associação. Porém os respectivos autos só foram lavrados e assinados em 3 de Maio seguinte. Deles consta que o Comando Geral da Guarda Municipal entregava à Intendência das Obras Públicas do Distrito de Lisboa, e esta por sua vez fazia dádiva à Associação dos Architectos Civis Portugueses, «da parte da Igreja velha do extinto Convento do Carmo que servia de depósito de estrumes à 2.^a companhia da referida Guarda!»

Profundas limpezas e arranjos foi preciso executar. Basta dizer que só de lixos citadinos que ali se acumulavam foram retirados 8000 carroçadas.

Mas tais obras custavam caro e os novos associados não dispunham de quantia que para tudo chegasse.

Foi a bolsa particular de El-Rei D. Luís que se abriu para fazer face às avultadas despesas, facto este que nos é revelado por uma acta de 9 de Junho de 1865, donde consta um voto de agradecimento a Sua Majestade, por ter mandado fazer à sua custa, todos os caixilhos e vidraças das capelas das ruínas do Carmo em posse da Associação.

Encontram-se, portanto, desde o início, os reis da Casa de Bragança, ligados à Associação dos Architectos Civis Portugueses.

Removidos os lixos e tornadas as ruínas um pouco habitáveis, realizou-se a primeira reunião associativa em uma das capelas, a 13 de Julho desse ano.

Alguns dos architectos fundadores eram dados a estudos arqueológicos e bem depressa agruparam à sua volta os archeólogos do tempo, constituindo-se logo um museu da especialidade, o primeiro no seu género em Lisboa, e mesmo no país.

Possidónio da Silva era architecto da Casa Real e tratou de aliar

alguns membros da família reinante à obra de que incontestavelmente fora a alma. Em 9 de Outubro de 1866, com outros associados subiu ao Paço das Necessidades a ofertar ao Rei D. Fernando, um medalhão com a effigie do architecto Botaca ou Boytaca, que tão ligado anda às obras de delineamento e construção do Mosteiro dos Jerónimos e ao mesmo tempo solicitar de Sua Majestade a graça de aceitar a presidência de honra e a protecção da nova Sociedade e Museu que nela se começava a instalar.

Ao rei artista que fora Bragança pelo coração muito devem os nossos monumentos e a arqueologia. À sua indignação pelo abandono a que estava votado o Mosteiro da Batalha quando o visitou em 1836, se deve o ter-se começado a reparar condignamente aquella jóia architectónica.

Nesse mesmo ano adquiriu D. Fernando o Castelo dos Mouros em Sintra, e logo o prior da igreja de S. Martinho, P.^o António Gomes Barreto, oferece a Sua Majestade uma memória sobre as antiguidades da região, sugerindo que na velha fortaleza, depois de preparado o local, se reunissem todas as lápides romanas do concelho.

À preciosa colecção de antiguidades de que Sua Majestade era possuidor, foram ofertados vários objectos recolhidos no cemitério luso-romano de Tavira e por ela transitou o espólio de feitura grega proveniente das propriedades da família do Professor Doutor Francisco Gentil, em Alcácer do Sal.

Em 1883, adquiriu por intermédio de Possidónio da Silva, pela quantia de 700\$00 escudos, bem avultada para o tempo, o célebre colar de Penela — que um pastor de 7 anos achara por acaso e pela qual lhe ofereceram 500 reis — preciosa jóia da nossa ourivesaria pré-histórica que nos dizem ter desaparecido inglòriamente do Paço das Necessidades quando da revolução de 5 de Outubro de 1910.

Escusado será dizer que D. Fernando cumpriu bem o encargo que tomou de presidente de honra da Associação e protector do Museu, vin-

cando sempre, por ambos, muito particular estima, ofertando-lhe uma colecção fotográfica dos objectos de arte que mandara à exposição de Viena e o seu busto que retirara da galeria real existente no Paço das Necessidades.

A fusão científica dos architectos e arqueólogos, bem como o carinho dos Braganças, ficou demonstrado num alvará que D. Luís assinara em 1872, concedendo o título de «Real» à *Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*.

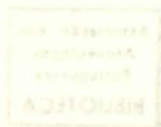
Em 1876 quis a Associação galardoar os serviços prestados à arqueologia nacional por algumas individualidades, bem como mostrar o seu apreço por obras que se publicaram sobre a matéria. Para isso, brilhante sessão solene se realizou nas ruínas do Carmo, a que se dignou assistir D. Fernando, que durante a sua vida, presidiu a algumas das festas associativas, vindo às vezes para isso expressamente do seu castelo de Sintra.

Não queremos passar adiante sem lembrar outro Rei, que no seu curto governo deixou após si um rasto de saudade que os anos não apagaram ainda da memória dos povos nem das páginas da História. Referimo-nos a D. Pedro V, que também não desdenhou da Arqueologia.

Transpos um dia o Sado e foi a Troia, como já referimos, e quando da sua visita a Braga em 1862 com o Marquês de Sousa Holstein, examinou atentamente o célebre monumento da Fonte do Ídolo. O seu proprietário, João de Abreu Gomes do Couto, num rasgo de gentileza ofertou-o a Sua Majestade, que o aceitou na intenção de o fazer transportar para a Quinta dos Falcões, hoje Colégio dos Órfãos de S. Caetano, onde, com a protecção real se projectava estabelecer um museu lapidar.

Que riqueza epigráfica não possuiria hoje Braga e Sintra se tivessem seguido por diante as sugestões de D. Pedro V e do Prior de S. Martinho!

D. Luís, o Rei numismata, cuja valiosíssima colecção de moedas e medalhas se acha hoje diluída no Museu Numismático Português insta-



lado no edifício da Casa da Moeda e Valores Selados, provocou o belo estudo de Teixeira de Aragão sobre os exemplares que a constituíam.

A Numismática é uma das ciências tidas como preciosas auxiliares da Arqueologia e da História.

Que o digamos nós que, fundamentados numa brecha aberta na muralha n.º 1 da Citânia de Sanfins e moedas sobre ela dispersas, fomos levados a determinar uma data, provavelmente o ano 22 a. C., para uma luta violenta das tropas de P. Carisius legado de Augusto para a Lusitânia, Calécia e Astúrica, com os naturais daquele poderoso castro de Entre Douro e Minho.

D. Luís I, que como vimos, foi desvelado protector da Associação instituída nas ruínas do Convento do Carmo, também era possuidor de uma bela colecção estrangeira de objectos pré-históricos, bem valiosa para o tempo.

Depositada nos Serviços Geológicos, aí permaneceu por largos anos, até que ultimamente foi entregue ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. Este estabelecimento, por sua vez, cedeu a título precário, em 1952, à Fundação da Casa de Bragança, 55 objectos de pedra e 6 moldes de gesso, para figurarem entre as colecções existentes no paço ducal de Vila Viçosa.

*

*

*

De 20 a 29 de Setembro de 1880 reuniu em Lisboa o IX Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, que teve em Suas Majestades desvelada protecção.

D. Fernando, como presidente de honra, assistiu à sessão de abertura, e depois, a 25, honraram ambas as Majestades com a sua presença uma das sessões de trabalhos.

E não ficaram por aqui as gentilezas reais para com os cientistas reunidos na nossa capital. No dia 26 ofertou-lhes El-Rei D. Luís um

banquete na Ajuda e na noite de 28, num ambiente feérico, Sua Majestade a Rainha D. Maria Pia distinguiu-os com uma grandiosa recepção e baile de gala em Cascais, que coroou as visitas havidas durante o dia às grutas desta localidade e a D. Fernando no seu palácio de Sintra.

Quanto estes actos reais sensibilizam os que trabalham nas coisas do espírito, podemos medi-lo por nós mesmo, quando em 1936, numa congresso arqueológico celebrado em Oslo, tivemos a honra de beijar e apertar a mão a Suas Majestades a Rainha MAUD e Rei HAAKON VII, que distinguiram com uma recepção os cientistas reunidos na capital da Noruega.

Descendo rapidamente deste voo a 60 graus de latitude Norte, diremos ainda que a Rainha D. Maria Pia, visitou em 1883 com seus Augustos Filhos o Museu do Carmo e para recordar a sua presença naquela casa ofereceu para a sala das sessões da Real Associação, um retrato seu, mandado fazer expressamente para tal fim.

*

*

*

Voltando a página, evoquemos agora a figura de D. Carlos I, monarca que com idêntico à vontade envergava o imponente manto real ou os simples safões do camponês alentejano, exímio no manejo das armas de guerra e pincéis de artista.

Ainda Príncipe Real, dois anos depois da visita acima referida ao Museu do Carmo, manifesta extraordinário interesse pela arqueologia, criando nos princípios de 1885 um curso deste ramo das ciências, o primeiro devidamente organizado que existiu no país, inteiramente pago pelo seu bolso particular.

Funcionava à noite na sede da Real Associação dos Arqueólogos e era seu professor Joaquim Possidónio da Silva, tendo de início 32 alunos inscritos.

Destes, sujeitaram-se nove a exame da primeira parte do curso, que teve lugar no Carmo, das 11 horas da manhã às 4 da tarde do dia 4 de Janeiro de 1886. A prova que durou cinco horas e compreendia 32 perguntas, foi prestada perante um júri assim composto:

Visconde de Castilho

Visconde de Alenquer

Carlos Munró

D. José Saldanha

Joaquim Possidónio Narciso da Silva.

E já agora digamos quem foram os alunos examinados:

D. António José de Melo

Alfredo da Ascensão Machado

Luís Saldanha de Oliveira Daun de Sousa

José Carlos Aranha Gonçalves

José Rodrigues Ferreira

Joaquim Severino Pereira Júnior

José Ribeiro de Almada

Adolfo Benarus

António Eduardo Romeiras de Macedo (Fig. 1).

D. Carlos estabeleceu ainda do seu bolso três prémios para os melhor classificados. Um primeiro de 50\$00 e dois segundos de 25\$00 cada um.

A distribuição das recompensas deste Curso Elementar de Arqueologia realizou-se no domingo 23 de Março, em luzida sessão que esteve muito concorrida e selecta, no dizer do «Diário de Notícias» do dia seguinte.

Sua Alteza o Príncipe Real não pôde assistir por dificuldades da última hora, mas fez-se representar pelo seu official às ordens, Tenente Coronel Manuel Novais Sequeira, que entregou o primeiro prémio a D. António José de Melo, os segundos a Alfredo da Ascensão Machado e Luís Saldanha de Oliveira Daun de Sousa e menções honrosas a José Carlos Aranha Gonçalves, José Rodrigues Ferreira, Joaquim Severino Pereira Júnior e José Ribeiro de Almeida.

O aluno primeiro classificado, que também era estudante laureado da Escola do Exército, por incumbência do professor, proferiu uma bem elaborada dissertação onde, além de patentear os conhecimentos adquiridos, pôs em destaque a pessoa do Príncipe Real, pois ao referir-se aos estudos arqueológicos em Portugal disse que quisera:

«Sua Alteza o Sr. D. Carlos comunicar-lhe forte impulso e nesse louvável desejo, inspirado por um amor ao progresso, tomou sob a sua valiosa protecção o *Curso Elementar de Arqueologia*»,

acrescentando depois:

«deste modo S. Alteza mostrou mais uma vez quanta consideração lhe merecem todos os estudos científicos e o engrandecimento material e intelectual da nação sobre que um dia há-de reinar».

*

*

*

A primeira vez que D. Carlos presidiu a uma sessão da Associação dos Arqueólogos foi em 20 de Setembro de 1885, em representação de seu Augusto Avô, D. Fernando, que naquela ocasião se encontrava doente.

Pela uma hora da tarde (era assim que se dizia ao tempo) o Príncipe Real tomava lugar na cadeira de espaldar assente sobre o estrado,

tendo à esquerda o seu ajudante. Logo abaixo Possidónio da Silva, presidente em exercício e os dois secretários, Visconde de Sanches de Baena e Visconde de Alenquer.

A luzida assistência ouviu os elogios históricos, curtos mas bem vincados, do general José Maria Feijó, D. Francisco de Almeida, Dr. Augusto Filipe Simões e architecto Lucas José dos Santos Pereira, figuras de relevo na arqueologia do tempo que a morte ceifara, e cujos retratos nesse dia foram descerrados.

Nos intervalos fez-se ouvir em trechos escolhidos a Banda da Guarda Municipal.

No final D. Carlos fez entrega de diplomas e prémios a associados que se haviam distinguido pelos seus trabalhos.

Pouco tempo depois, a 10 de Novembro desse mesmo ano, a Assembleia Geral deliberava conferir ao Príncipe Real o diploma de Sócio Benemerito, galardão que bem merecera pela criação, do referido Curso de Arqueologia.

O falecimento de D. Fernando em 1886 deixara vaga a Presidência de Honra da Associação e o Protectorado do Museu, e a 10 de Maio desse ano uma comissão constituída pelo presidente em exercício Possidónio da Silva, pelos secretários Visconde de Alenquer e Visconde de Castilho e dois sócios, General Azevedo e Zeferino Brandão, subiu ao Paço e foi solicitar de Sua Alteza Real o Príncipe D. Carlos que lhes concedesse a honra de aceitar ser seu Presidente Honorário e Protector.

Diz Possidónio da Silva: «Recebeu-nos à 1 hora da tarde, S. Alteza o Príncipe Real com a afabilidade que lhe é peculiar pelo seu bondoso character. Ouvindo do Presidente o pedido para que se dignasse ocupar na mesma Real Associação o lugar de seu Augusto Avô El-Rei o senhor D. Fernando de saudosíssima memória, Sua Alteza dignou-se aceder ao que a Associação tanto desejava, manifestando estar disposto a proteger este instituto, contribuindo com tudo que ele precisasse para o seu progressivo desenvolvimento».

Depois de felicitar ainda Sua Alteza, em nome da Associação, pelo seu venturoso consórcio, manifestou também quanto esta lhe estava reconhecida por haver protegido generosamente os estudos pré-históricos em Portugal, facto glorioso que ficará assinalado na vida de tão augusto Príncipe.

O novo Presidente Honorário e protector desvelado, voltou à Associação em 2 de Dezembro de 1888, acompanhado do seu ajudante de campo Conde de Seisal, ao som do hino de El-Rei o Senhor D. Luís tocado pela banda da Guarda Municipal quando transpunha a carcomida portaria, ainda cheia da figura do que fora o maior general dos seus tempos e o mais humilde frade carmelita — D. Nun'Álvares Pereira.

Ao soar do meio dia nas torres vizinhas e cada um começar no seu íntimo o rezar o Angelus, S. Alteza Real ocupava a cadeira disposta no estrado, tomando a presidência de uma das mais notáveis sessões que no Carmo se realizara. No degrau abaixo, Possidónio da Silva, presidente em exercício, acompanhado do vice-presidente Visconde de S. Januário e dos secretários Visconde de Castilho e Visconde de Alenquer.

Em lugar distinto Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Bispo de Beja, D. Francisco Xavier Sousa Monteiro com seus trajos purpúreos.

Na primeira fila, Billot ministro de França, Conde de Colobiano ministro da Itália e Lewis ministro dos Estados Unidos. Depois os cônsules destes países, o conselheiro e par do reino Dr. Tomás de Carvalho, o General Moreira Comandante da Guarda Municipal, Conde Ribeiro da Silva administrador da Casa de Sua Majestade a Rainha D. Maria Pia, Carlos Mardel, Tenente-Coronel Maldonado e tantos outros que seria longo enumerar, casacas e fardas reluzentas de condecorações.

Possidónio da Silva pede vénia a Sua Alteza e diz os motivos daquela reunião: homenagear trabalhadores do espírito que tinham escrito obras notáveis em que Portugal era exaltado, amigos que nos ofereceram colecção pré-históricas, um prelado protector da arqueologia. Estava no primeiro caso Emile Cartailhac que em 1886 publicara «Les âges préhis-

toriques de l'Espagne et du Portugal». No segundo Reynolds, que ofertara ao país uma importante colecção arqueológica. No terceiro o Bispo de Beja que criara no seu Seminário, por sugestão da Associação, uma cadeira de Arqueologia. Também nesse dia se perpetuara a memória de um sábio italiano que fora membro da Real Associação dos Arqueólogos, o Conde de Gozzodini, de que se inaugurava o retrato oferecido pela filha, Condessa Zuchine de Boulogne.

D. Carlos voltou por várias vezes ao Carmo ou fez-se representar em sessões solenes e sempre que visitava qualquer terra com museu, de Guimarães a Faro, não deixava de transpor as suas portas. Ao museu desta última cidade ofertou uma espécie de estoque da época do bronze.

O conhecimento que havia desta predilecção arqueológica do Príncipe levou o Dr. Abel da Silva Ribeiro a ofertar-lhe um grupo de contas púnicas recolhidas em Almogrebe, perto de Odemira, conjuntamente com outros objectos, «desejando deste modo concorrer para que o futuro Rei continuasse a interessar o seu mui cultivado espírito pelo estudo das antiguidades da nação», no dizer de Estácio da Veiga.

Para terminar as referências a D. Carlos I diremos que manifestou em 1897 ao Morgado Francisco Cabral, dono das ruínas de Troia, o desejo de obter alguns dos muitos objectos que ali estão soterrados. Mandou o Morgado imediatamente seis homens, que sob a inspecção de El-Rei ali trabalharam no sítio do chafariz da Hortinha, nos dias 16 e 17 de Novembro do referido ano. Os resultados não foram compensadores e depois da recolha de vários materiais e algumas moedas, El-Rei voltara para a capital. (Figs. 2 e 3).

*

*

*

Para este nosso rebuscar insano através de jornais, revistas ou publicações, labor inglório, como dissemos, não buscamos outro mérito

senão o de abrir estreita vereda, por onde mais tarde se possa traçar ampla estrada.

No começo destas despreziosas palavras, salientamos o interesse que as ruínas de Tróia mereceram a uma princesa que depois foi rainha.

Terminemos as nossas considerações pelo amor devotado pela última Rainha, também Bragança pelo coração, às nossas coisas de arte e arqueologia.

O lápis maravilhoso que ilustrara o «Paço de Sintra» do Conde de Sabugosa, exerceu acção de relevo no restauro de monumentos architectónicos, levados a cabo principalmente nas regiões de Alenquer e Coimbra, bem como na criação e catalogação de museus desta cidade, entre os quais o de arqueologia do Instituto.

Para tais trabalhos, concedeu Sua Majestade além de sua valiosa protecção, muito substanciais donativos.

A velha Conimbriga, ou o castro romano de Condeixa-a-Velha como então se dizia, mereceu-lhe especial carinho, sendo muitas das antiguidades ali recolhidas, levadas para o museu a expensas suas.

A Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, cujo museu visitou em 20 de Abril de 1890, mereceu-lhe também muito particular estima, ofertando à sua biblioteca, um exemplar do volume «O Paço de Sintra».

Não deixou a Associação de reconhecer tanta dedicação régia pela arte e arqueologia, e em sessão de 30 de Dezembro de 1902, o sócio Vítor Ribeiro, propôs que fosse endereçada a Sua Majestade uma mensagem de agradecimento, da qual foi portador o Presidente, Conselheiro Augusto José da Cunha. D. Amélia recebeu tal manifestação com muito agrado, mostrando-se sumamente lisonjeada pelo que ela representava. O interesse da rainha pelas coisas arqueológicas, não só pessoal mas que procurava incutir nos seus augustos Filhos, está bem patente na viagem

que com eles fizera pelo Mediterrâneo, a bordo do *Yacht Amélia* nos princípios de 1903 e que, no dizer de C. Malheiro Dias:

«...era como nenhuma outra, própria para gravar nas imaginações juvenis dos príncipes a noção grandiosa e teatral do mundo antigo, rasgando-lhes incomensuráveis horisontes retrospectivos desde as milenárias civilizações egípcias até aos finos requintes gregos e latinos de Herculano e Pompeia».

*
* *
*

Mas estas palavras já vão longas em demasia e é forçoso por-lhes termo.

Alguém poderá objectar que quanto dissemos são apenas factos inerentes à função real, mas eu creio bem que é preciso ver neles mais alguma coisa que a presença ou dádiva material.

Há em tudo isto muito do coração, de sensibilidade artística, de desejo de engrandecimento do país, um incentivo para se fazer mais e melhor.

Os reis não eram simples autómatos, mas viviam mais ou menos intensamente os problemas que lhes apresentavam. A todos os que trabalham nos mais variados campos da actividade científica, por vezes abandonados de todos e de tudo, quanto lhes apraz e quanto pode um simples conforto moral ou palavra amiga, tão rara nos tempos de hoje.

Em muitos dos documentos consultados, parece que ainda sentimos aquele frémito que alevanta os corações e dá forças para maiores empreendimentos.

E porquê? Grandes honrarias e glórias concedidas a cada um? Nada disso. Simplesmente porque Sua Majestade recebera com a maior simpatia e agrado uma delegação que a fora cumprimentar, acedera à solicitação para comparecer numa assembleia magna, à presidência de

honra de certa colectividade, ou contribuíra com donativos para determinado fim.

Tudo isto serão pequenos nada, ninharias, vistas pelos olhos utilitários da era presente, mas representavam muito para aquela época em que tanto se vivia do sentimento, de uma boa graça, de uma suave maneira.

Este amor dos Braganças pela arqueologia mantém-se depois de banidos do trono e de terem baixado ao panteão da História os seus últimos reis, pois continua vivo no Paço-museu onde últimamente se pretendem reunir os achados pré e proto-históricos, exumados em terrenos que foram da sua casa (1).

¹ O presente estudo, terminado em 1950, não refere factos arqueológicos passados posteriormente em Tróia.

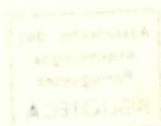




Fig. 1 — Grupo de alunos que fizeram exame no 1.º Curso de Arqueologia que funcionou no Museu do Carmo em 1885, a expensas de S. A. o Príncipe D. Carlos e de que foi professor Possidónio da Silva:

Luis Saldanha Oliveira Daun de Sousa, José Rodrigues Ferreira, Alfredo d'Ascensão Machado,
João Carlos Aranha Gonçalves, D. António José de Melo,
....., José Ribeiro de Almeida
Adolfo Benarus, Joaquim Pereira.



Fig. 2 — Lugar do desembarcadouro — Tróia.

(Desenho de El-Rei D. Carlos, feito quando das escavações realizadas em Tróia em 16 e 17 de Novembro de 1897).

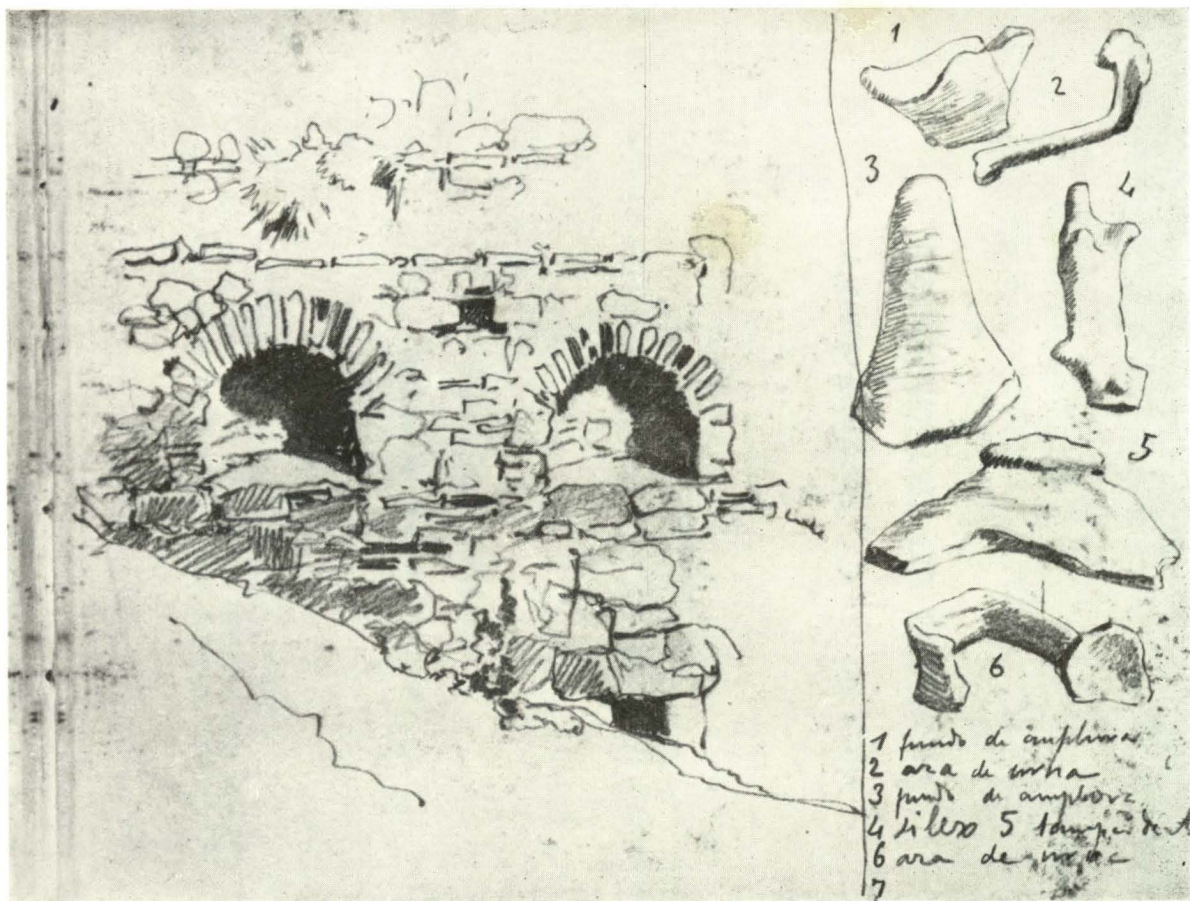


Fig. 3 — Desenhos de materiais exumados por El-Rei D. Carlos no decorrer das escavações que realizou em Tróia.

(Do trabalho: *Maria de Lourdes Bártholo* — *Obra Artística de El-Rei D. Carlos* — *Inventário das coleções oficiais, vol. I. Em publicação pela Fundação da Casa de Bragança*).

(À *Ex.^{ma} Fundação da Casa de Bragança* e à *autora*, os nossos agradecimentos).

ANTIGUIDADES DA EGITÂNIA
ALGUNS ACHADOS DIGNOS DE NOTA

pelo

sócio efectivo

D. Fernando de Almeida

e pelo

sócio correspondente

Octávio da Veiga Ferreira

ANTIGUIDADES DA EGITÂNIA

ALGUNS ACHADOS DIGNOS DE NOTA

NAS escavações efectuadas em Idanha-a-Velha (Egitânia) têm surgido, todos os anos, nos escombros dessa antiga cidade, muitos objectos dignos de museu e, por isso, de serem conhecidos dos Arqueólogos. De entre algumas dessas antiguidades, destacam-se as que serão apresentadas nesta nota, pois constituem peças muito bem conservadas e até de certa raridade.

Começaremos pelas mais antigas, e assim estudemos uma jóia de bronze, outrora pertencente a um colar (Est. II, fig. 9). Os pendentés deste tipo, também chamados em «sanguessuga», aparecem já em cistas argáricas; porém, são feitos de barro, como os encontrados nas Caldas de Monchique, (cistas argárias de Vagarosa) (1). Sobre tais ornamentos fez Maluquer de Motes (2) um bom estudo. Este tipo de jóia constitui um elemento muito característico da joalheria do Ocidente peninsular. Os metálicos como o da Idanha, muito típico, aparecem no fim da Idade do Bronze, princípios da Idade do Ferro: são os mais usuais.

Numa rápida revisão da bibliografia pudemos constatar ter esta jóia aparecido em muitas estações portuguesas: Lagôa (Algarve), Mértola, Castro de Santa Olaia (Figueira da Foz), Castro de Cendufe (Arcos de Valdevez), Condeixa-a-Velha, Monte Redondo e Alcácer do Sal (na necró-

pole). Foi também assinalada em Terras Frias (Beja), Castro da Azougada (Moura) e Alto da Chã (Alto-Alentejo).

De entre os vários arqueólogos portugueses que se lhes têm referido, citemos Leite de Vasconcelos (3), Santos Rocha (4) e Abel Viana (5).

Em Espanha, Maluquer de Motes cita muitas jazidas onde elas apareceram, quer soltas, quer em gargantilha como em San Fortebau del Sil (6), em Lara, no castro de Solarana (7), na necrópole de Candeleda (Ávila), em Caparra e Alconétar (8). Segundo Taracena, são muito abundantes em jazidas celtibéricas. Por último, podemos vê-las em Sevilha, no seu Museu Arqueológico (9). O trabalho de Maluquer de Motes, no qual nos baseamos, revelou uma série de magníficos colares com muitas peças semelhantes a aquela encontrada agora na Idanha.

Pelas áreas onde aparecem estas jóias é costume classificá-las como célticas; em nosso entender, devem ser filiadas nos pendentes tipo «sanguessuga» das cistas argáricas acima referidas, muito vulgares no Alentejo e no Algarve. De resto, a técnica metalúrgica é ainda a da fusão com o tradicional molde; isso indica-nos estarmos em presença de uma simples artesanaria ou artesanato, imitado em todos os centros metalúrgicos a partir dos protótipos fixos e definidos. A impressão que nos dão estas peças é a do sistema de pendentes e colares usados no Eneolítico: apesar de se poderem classificar ou situar no Bronze Final ou no Ferro I, têm a sua origem no confuso Eneolítico ou no Argárico. Dimensões da peça: comp. 22 mm, larg. 23 mm.

Outro objecto de bronze aparecido em Idanha-a-Velha é uma fíbula anelar romana. Sobre estes objectos do vestuário civil ou militar, usados também para segurar os bandós dos complicados penteados romanos, escreveu José Fortes um longo artigo (16).

Dois outros elementos dignos de registo começaram a aparecer também na Idanha. A cerâmica ibérica pintada (Est. I, fig. 8 e Est. II, fig. 10) do tipo «Santa Olaia» e as contas de pasta de vidro policromas, do tipo «Bensafrim» (10). Qualquer destes elementos caracteriza bem a

época pré-romana (Est. I, fig. 2); constituem, uma prova de a Idanha ter sido um povoado pré-romano de certa importância. Dimensões da conta: 13 mm × 9 mm.

A cerâmica tem muita importância pois vem demonstrar as relações entre os povos da Meseta e os de Entre-Douro-e-Tejo. Às contas podem atribuir-se-lhes relações longínquas (até púnicas), por intermédio do comércio com o Sul da Lusitânia.

Apareceu também um elemento bastante curioso e raro no nosso país: o fragmento de estatueta céltica (?) ou romana (?) de osso como os das colecções do Museu de Belém (Ameixial, Torre de Palma) e do Museu Arqueológico de Mérida (11), etc.

De entre as antiguidades de Idanha-a-Velha, salienta-se ainda uma pedra de anel talhada em carnalina (Est. II, fig. 8), pedra preciosa muito usada nos tempos romanos. Tem gravada, em baixo relevo, a figura de um cavalo alado (Pégaso); o trabalho é muito correcto e perfeito. A firmeza do desenho e a elegância da figura são de excelente artista. Como dissemos, esta pedra preciosa era usada nos tempos romanos. Alguns anéis deste tipo têm aparecido em quase todo o país, com destaque nas províncias de Alentejo e do Algarve. Aqui, na Beira-Baixa, referimos já um magnífico exemplar quando estudámos a colecção do Sr. Dr. José Trindade (12).

Igualmente em «O Arch. Português» (13) encontrámos uma notícia onde se fala duma sepultura romana aparecida no Algarve; continha vários objectos e entre eles um anel de ouro com uma pedra de carnalina onde se nota um desenho em baixo relevo. A pedra é muito semelhante à da Idanha e gravada em sinete.

O exemplar da Idanha é de forma elíptica e tem as seguintes dimensões: eixo maior — 10 mm; eixo menor — 8 mm.

Os anéis do tipo romano, de vidro e de metal, são muito abundantes nas ruínas de Egitânia. Não falamos agora nos de metal por serem mais vulgares. Quanto aos primeiros, encontrados até agora, são ou de

vidro preto: opaco, ou muito brilhante, ou de vidro claro irisado (Est. I, fig. 5 e Est. II, fig. 5). O de vidro preto, aqui descrito, é maciço, de forma circular e destinava-se a ser usado por uma criança, dado o seu pequeno diâmetro. No lugar da pedra de encaστοamento, e a substituir esta, tem um alargamento ornamentado por traços verticais paralelos; os intervalos entre os traços mostram riscos oblíquos. Anéis deste tipo têm sido encontrados muito principalmente no Alentejo. Dimensões dos dois anéis citados: 11 mm de diâmetro.

Outras curiosidades dignas de atenção são os botões de vidro para serem forrados de pano. Alguns autores consideram também estas pequenas rodellas: verdes, azuis, pretas ou brancas, como marcas de jogo. De qualquer forma não são assim tão abundantes que os deixemos de mencionar neste ligeiro resumo (Est. I, figs. 3, 4, e 7, Est. II, fig. 6). Peças deste tipo e forma foram identificadas por um de nós (V. F.) no cemitério lusitano-romano de Val-Doca (Aljustrel) (14).

Havíamos já notado o aparecimento, com alguma frequência, de cerâmica «sigillata» furada para ser consertada, ora perto dos bordos, ora no fundo. Este ano (1961) tivemos a sorte de encontrar a solução para o caso. Um dos fragmentos de «sigillata», o pertencente a um lado do prato ou taça baixa, do século IV, conserva três furos: o do meio mostra ainda, em posição, o «gato» de bronze. Conhecíamos já da época romana vasilhas grosseiras, tipo doméstico, com «gatos» de chumbo.

Mais tarde, no Maxial, na colecção do nosso saudoso amigo Dr. Aurélio Belo e com a benevolência de sua Ex.^{ma} Esposa, o que muito agradecemos, fomos encontrar uma bela taça de «terra sigillata» tardia, com um «gato de chumbo» no bojo do mesmo tipo.

As vasilhas assim tratadas não são muito abundantes, pelo que achamos bem relatá-las aqui.

Vamos referir-nos agora a um pequeno objecto que nos parece inédito, pelo menos em Portugal. Trata-se de um verdadeiro selo de vidro irisado (Est. II, fig. 4), partido pela péga ou asa por onde se segurava

ao documento que devia selar. Tem a forma redonda, com rebordo e no meio a figura de um cavalo (?) olhando à direita. Não conhecemos, publicado, nada de semelhante, pelo menos no que tivemos ocasião de consultar.

Como se sabe, o emprego do selo foi largamente usado no Médio Oriente e no Egipto. No Império Romano, a não ser na cerâmica com marca de oleiro, não se conhece, frequentemente, qualquer objecto para selagem. Este autêntico selo da Idanha não deixa dúvidas, assim como também não o deixam a sua antiguidade e época. O vidro e a figura do cavalo (?) são, evidentemente, de fabrico romano. Diâmetro, 17 mm.

Por último, e já da época romano-visigótica, apresentamos um fusilhão de fivela de bronze; tem gravada no espelho uma caricatura ou um desenho esquemático de avestruz. É bastante curioso tal tipo de ornamento e sobretudo a sua apresentação (Est. II, fig. 6).

Relatamos, ainda que muito sumariamente, a presença da delgada asa de um possível vaso litúrgico romano, fusilhões de fíbulas hallstáticas uma agulha de bronze para fazer rede (pode situar-se no fim da época romana ou princípios da época visigótica), além de muito curiosa cerâmica doméstica romana que fará parte de um estudo pormenorizado.

São estas algumas das peças, aparecidas até agora nas nossas escavações e que se nos afigura serem de interesse para juntarmos mais um testemunho da longa vida na vetusta «Civitas Igaeditanorum», mais tarde chamada Egitânia. Assim, no período romano, em trabalhos posteriores, continuaremos a inventariar o espólio de Idanha-a-Velha, muito rico em vasilhas de barro; mencionaremos desde já cerâmica abundante dos séculos I e II, com formas de «sigillata» hispânica e sud-gálica (rara itálica, apenas um fragmento).

As marcas de oleiro mais importantes e sobre as quais escrevemos uma nota (15) são as seguintes:

ALBUS, ANTHUS, ATEIUS, RASINUS, SECUNDUS, SEMPRONIUS, FAUSTUS CALIDIUS e SURIUS (estas duas últimas novas para

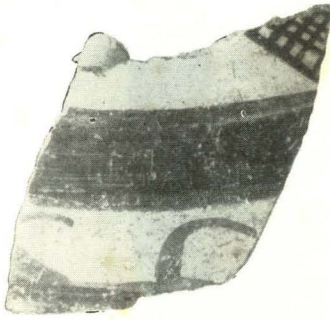
Portugal). Só por si a enumeração demonstra já bastante bem a importância que a Egitânia teve, principalmente nos Sécs. I e II da era cristã, pois a maioria das marcas situa-se, justamente, entre os Sécs. I e II A. D.

Em futuras escavações, tudo nos leva a supor, novos elementos surgirão com bastante interesse para o estudo dessa antiga cidade.

BIBLIOGRAFIA

- (1) — ABEL VIANA, JOSÉ FORMOSINHO e O. DA VEIGA FERREIRA, *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XIV, fasc. 1-4, Porto, 1953-1954, pág. 66.
- (2) — J. MALUQUER DE MOTES, *Um interessante lote de bronzes, hallado en el Castro de Sanchorreja (Avila)*. «Zephyrus», VIII, Salamanca, 1957, pág. 241.
- (3) — LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos da época do ferro em Portugal — Espólio funerário dos arredores de Lagoa*. Arch. Português, vol. XXII, pág. 100, 1917. Lisboa.
- (4) — SANTOS ROCHA, *Estações pre-romanas da idade do ferro...* «Portugália», II, Porto, 1905-1908, pág. 328-29, fig. 50.
- (5) — ABEL VIANA, *Notícias históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*. «Arquivo de Beja», XII, 1955, Beja, pág. 3.
- (6) — F. LÓPEZ CUEVILLAS, *Armas de bronce ofrendadas del rio Sil*. «Zephyrus», VI, pág. 233.
- (7) — S. GONSALEZ SALAS, *Lerma, Solarana (Burgos)*. «Noticiário arqueológico Hispânico», Madrid, 1935, pág. 73, est. XXXVIII.^a.
- (8) — J. MALUQUER DE MOTES, *op. cit.*...
- (9) — B. TARACENA, *Brazaletes célticos, de bronze, Adquisiciones del M. A. N.*, 1940, 1945, pág. 55.
- (10) — ABEL VIANA e A. DIAS DE DEUS *Campos de urnas do Concelho de Elvas — Paço Ducal de Vila Viçosa — Materiais da secção arqueológica*. Coimbra, 1958.
- (11) — *Memórias de los Museos arqueológicos Provinciales*. Vol. IX-X, Est. V, Madrid, 1950.
- (12) — D. FERNANDO DE ALMEIDA e O. DA VEIGA FERREIRA, *Antiguidades de Monsanto da Beira*, «Rev. de Guimarães», vol. LXVI, fasc. 3-4, Guimarães, 1956, pág. 407.

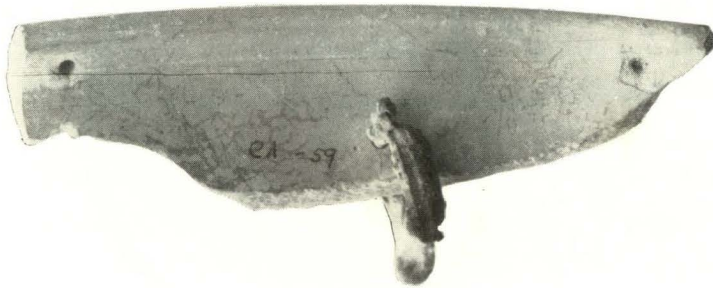
- (13) — J. LEITE DE VASCONCELOS, *Sepultura romana*. «O Arch. Português», vol. XII, Lisboa, 1907, pág. 367.
- (14) — R. FREIRE DE ANDRADE, O. DA VEIGA FERREIRA e ABEL VIANA, *A necrópole céltico-romana de Aljustrel*. «XXIII Cong. Luso-espanhol para o Prog. das Cienc.», tomo VIII, Coimbra, 1957, pág. 193.
- (15) — D. FERNANDO DE ALMEIDA e O. DA VEIGA FERREIRA, *Algumas marcas de oifeiro na «sigillata» encontrada em Idanha-a-Velha (no prelo)*.
- (16) — JOSÉ FORTES, *As fíbulas do noroeste da península*. «Portugália», II, op. cit., pág. 15.
- (17) — PARIS, PIERRE, *Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*, 1903, vol. II, pág. 263.
- (18) — MORTILLET, (A. DE), *Classification des fibules d'après leur ressort*. «Rev. Anthropologique», 1913, n.º 6.



1



2



3



4



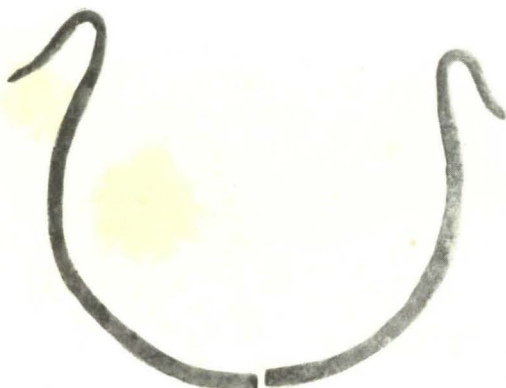
5



1



2



3



4



5

UM PEQUENO MUSEU ARQUEOLÓGICO
REGIONAL

pele

sócio efectivo

Eduardo da Cunha Serrão

UM PEQUENO MUSEU ARQUEOLÓGICO REGIONAL

AS considerações que vou fazer * sobre o conteúdo de um pequeno museu arqueológico regional, que não chega a contar quatro anos de existência, têm dois objectivos principais e para nada servirão se os não atingir, ou por falta de poder de persuasão ou por culpa de quem as não escutar: *explicar às entidades a quem compete aceitar, ou não, a nova unidade museológica, porque foi inevitável criá-la; incutir na actual e futura população de Sesimbra, estima e respeito por essa parcela do seu património, para que sempre a apreciem, protejam e valorizem.*

*

*

*

I — DADOS PARA A HISTÓRIA DO MUSEU

Dominando a vila de Sesimbra, o mar em grande extensão, os campos salpicados de aldeias e casais, olhando de longe uma lagoa, duas serras, uma grande cidade, dominando este variado e excepcional panorama, o *Castelo de Sesimbra* está ali, no alto daquele escarpado monte,

* Comunicação feita em assembleia geral ordinária de 16 de Janeiro de 1964.

que foi admirável posição defensiva e é, nestes tempos de euforia turística, um precioso miradouro.

Como exemplar de antiga construção militar, não é peça arquitectónica corriqueira no nosso País, uma vez que, por *Castelo de Sesimbra*, é designado o conjunto: alcáçova e cintura completa de muralhas que, na idade média, defendiam a povoação, hoje totalmente transferida para junto do mar. Do casario da Sesimbra antiga, só resta, praticamente, a Igreja de *Santa Maria do Castelo* com alicerces antigos de mais de 7 séculos e um pequeno anexo, no rés-do-chão do qual está a sacristia e, no 1.º andar, o *Museu Arqueológico Municipal* (oportuna-mente, justificarei tão pomposo título).

A modéstia das suas instalações e do conteúdo, pode suscitar ironia ou desdém de irreverentes, daqueles para quem um museu terá de ser cofre de fascinantes tesouros e obras de arte. Sofrerá grande desilusão, ao entrar, quem vier com os olhos cheios de *Louvre* ou de *Prado*, ou com os miolos vazios de todas as noções sérias. De facto, ali, não se guardam riquezas antigas, ou colecções que sejam exibição de luxo e beleza, acumuladas pelo peso do ouro, ou pelo favor das ofertas. Quase tudo o que está exposto — e nisto reside o seu real valor —, foi encontrado na região, apanhado do solo, ou saído da terra e das arrecadações, quase tudo encontrado nos mesmos locais onde, diversas gerações desaparecidas, abandonaram, há milénios na maioria dos casos, os produtos da sua indústria e arte. Há algumas peças únicas e raras, mas o conjunto vale, principalmente, pelos quadros de vida regional que ressuscitam, como ressuscitam os nossos antepassados familiares as peças que deles herdámos, ao passo que nada nos dizem as antiguidades compradas no bricabraque embora por preços elevados.

Se assim é, quem melhor do que o sesimbrense pode estimar este museu arqueológico, o mostruário dos únicos vestígios palpáveis que subsistem dos seus antepassados? E, por isso, ficam devendo simpatia e gratidão àqueles que, de alguma maneira efectiva, de longe destacada

de simples intervenções efémeras, contribuíram para a organização do museu e que foram: o Engenheiro José Brás Roquete, presidente da Câmara Municipal de Sesimbra desde 1948 a 1958, que, quando abandonou esse lugar, deixou preparado o fundamental para que o museu fosse uma realidade; Rafael Monteiro, que, durante vários anos, se entregou, com desvelo, ao espólio do Castelo e da Lapa do Bugio (gruta necrópole que encontrou), primeiros passos de ordem metódica para a organização de uma colecção base; José Manuel Marques Palmeirim, presidente da Câmara Municipal que, quando da inauguração do Museu, desvelada e compreensivamente, se esforçou no sentido da concretização do que até essa altura se tinha feito e que ficara a dois passos da meta (os mais difíceis quase sempre).

Quanto à quota-parte de esforço que me possa ser atribuído, admitam todos que tive a suficiente compensação no prazer que a tarefa me deu, por formação (ou deformação) profissional, e que esse esforço faria e essa compensação sentiria, tanto em Sesimbra como em qualquer outro lugar. Sentir-me-ia retribuído por alguns dissabores que também tive (como também teria, certamente, em qualquer outra parte), se as gerações sesimbrenses futuras compreendessem a realização e a encaminhassem sempre num sentido melhor; tenho esperanças de que assim será, porque, talvez mais bem preparadas do que as actuais (é do progresso), já libertas daquele humano sentimento de indiferença, ou até de emulação, pelo que se viu fazer, meditarão conscientemente no conceito de um museólogo: *«um povo sem museu, é um povo sem tradição e sem alma»*.

*

*

*

Mas, vamos às origens do nosso museu, obedecendo, assim, a uma regra de método muito útil, não cabendo agora aqui discussão metafísica sobre o início e final dos factos no tempo.

Durante as obras de restauro do chamado *Castelo de Sesimbra* (isto passou-se há cerca de 20 anos), surgiram, das terras revolvidas, numerosas antiguidades, na maioria em deplorável estado de conservação, muitos cacos, ferros deformados e ferrugentos, etc.; mas também havia moedas, adivinhavam-se pelos seus fragmentos, armas, utensílios, ferramentas, e muitas outras coisas.

Foi isto que eu encontrei no Castelo quando, em Setembro de 1955, fui convidado, pelo já referido presidente da Câmara Engenheiro José Roquete, a contribuir, com alguma experiência que deveria ter, no sentido da classificação e valorização do espólio referido. Fiz o que me foi possível, colaborando comigo Rafael Monteiro, cuja quota-parte na tarefa já foi devidamente posta em relevo.

Mas, a ideia da organização de um museu, só tomou forma na minha mente (cada um sabe de si), quando outras estações apareceram e, à monotonia do espólio medieval existente, aliás pouco notável, foi possível juntar materiais pré e proto-históricos resultantes do aparecimento de outras estações (aparecimento em condições já publicadas em diversos trabalhos especializados). De facto, não me parecia possível que, no concelho de Sesimbra, nessa altura (em 1955), quase mudo relativamente às épocas mais brilhantes pré e proto-históricas portuguesas, só houvesse o Castelo para dar largas à minha curiosidade arqueológica. Também alguns materiais pré-históricos encontrados no Castelo — principalmente uma meia dúzia de machados de pedra polida extraordinariamente usados —, sugeriam que, na região, devia haver estações neolíticas ou eneolíticas.

E, na realidade, era assim mesmo. Achadas em condições também sobejamente narradas em diversos estudos, apareceram três grutas necrópoles e dois cemitérios dos limiares da história. Era só escutar informações, estar atento a trabalhos agrícolas e de construção civil e dar voltas pelos arredores da vila.

Em certa altura, estávamos já na posse (eu sempre considerei que quem estava na posse era a Câmara Municipal) de volumoso, interessante e variado espólio arqueológico e encontrámo-nos perante um problema com certas dificuldades, fundamentado na relutância do meio arqueológico pela criação de museus sem conservadores e na noção de que outras soluções poderiam ser tanto ou mais perigosas.

As outras soluções seriam:

Entregar o espólio a um grande museu central, ao *Museu Dr. Leite de Vasconcelos*, por exemplo. Ora, aí, por muito seguros que estivessem, os materiais seriam ofuscados, quase todos, pela abundância de peças óptimas e clássicas, ao passo que, no seu ambiente, na região onde foram fabricados e utilizados, teriam, *todos*, grande valor documental, teriam o seu significado máximo. Num museu central o seu destino seria, portanto, o inevitável depósito das reservas, de onde nunca mais sairiam.

Deixá-lo ficar na posse dos achadores, constituindo assim, cada quinhão, uma pequena colecção particular para entreter as visitas? A falta de sentido desta solução é tão evidente, que quase nem vale a pena comentá-la. Conjuntos fragmentados ou desligados entre si, destinos diversos, conforme a deliberação de cada possuidor ou dos seus herdeiros, materiais desviados da observação do público e dos estudiosos... que sei eu mais? Esta opinião que manifesto, resulta do meu intransigente ponto de vista sobre colecções arqueológicas particulares, opinião o mais pessimista possível, sendo até daqueles (e estou bem acompanhado) que consideram que a monomania de coleccionar revela uma série de inferioridades e desperta outras. Começa-se, pela vaidade em ter; para suscitar emulação em quem não tem o que nós temos; desperta sentimentos de inveja, leva a falsificações e até ao roubo, sendo fácil documentar estas afirmações, pois há abundantes exemplos que nos contam o descrédito de individualidades de elevada categoria que, fraudu-

lentamente, quiseram valorizar as suas colecções. Por outro lado, também muitas colecções hoje notáveis, que fazem o orgulho de museus célebres, resultaram do esforço de coleccionadores de bom senso, cujos herdeiros, ou tiveram também bom senso, ou foram obrigados a tê-lo. Quanto a mim, posso afirmar que só vejo os materiais arqueológicos como elementos de estudo; considero-os materiais de carácter científico, que pertencem a todos e que, portanto, devem estar à guarda das entidades que representam a população.

A última hipótese possível, seria, então, deitar os materiais de Sesimbra para um monturo e, caso curioso, teria sido esta uma hipótese que não escandalizaria ninguém, nem levantaria obstáculos quanto a conservadores, quanto a competências, etc., claro que, desde que ninguém mais soubesse o que tinha acontecido. Um dia, surgiria uma estranha estação arqueológica que, pela variedade e heterogeneidade dos materiais, levantaria questões transcendentais a fazer correr rios de tinta.

Achou-se, então, preferível estabelecer a seguinte fórmula, que vigora ainda hoje:

A Câmara Municipal seria a entidade detentora dos materiais que constituíam a colecção arqueológica; uma instituição cultural, a *Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra*, por delegação da Câmara, ficaria encarregada da sua conservação e orientação técnica, desempenhando — com vantagens — o dispendioso cargo de conservador, não se podendo dizer que isto significava entregar materiais científicos à guarda de um simples curioso, que é mortal e com ele morre o objecto da sua obsecção, objecto que, neste caso, é uma *colecção arqueológica*, que poderá intitular-se ou não *museu*, a não ser que na expressão *museu* esteja implícita a situação de *patente ao público*. E, não será generoso patentear uma colecção científica ao público para que fique ao alcance de todos e para que todos compreendam o seu significado? O termo *museu*, acabou por vencer e agregou-se-lhe outro muito legítimo, *municipal*.

Ora, quando se pretendeu patentear a colecção municipal ao público, tomou-se a atitude, como: *inauguração do museu arqueológico municipal*; porque se quis dar certa solenidade a esse momento, o Município enquadrou-o num conjunto de inaugurações que se realizaram em 28 de Maio de 1960, tendo acontecido que, à inauguração do museu, assistiram testemunhas de importância: Sua Ex.^a o Ministro do Interior, então o coronel Arnaldo Schultz, o Sr. Governador Civil do Distrito de Setúbal, Dr. Miguel Bastos, o já referido presidente da Câmara, Sr. José Manuel Marques Palmeirim, além de outras destacadas individualidades do séquito ministerial, representantes da imprensa, etc. A Emissora Nacional, a Radiotelevisão Portuguesa e quase todos os jornais, registaram o facto, tendo o Diário da Manhã, de 29 imediato, comentado nestes termos: *uma das principais realizações de Sesimbra que o Ministro do Interior teve ontem ensejo de apreciar, foi o Museu Arqueológico instalado no Castelo... etc.*

Pouco tempo depois, era eu convidado, pela Câmara Municipal, para dirigir o Museu, tarefa que muito me honrou e que com muito gosto aceitei, tanto mais que, como até aí, eu continuaria contribuindo para a valorização de um sector da vida sesimbrense, com a única retribuição de me ser possível tirar, da experiência resultante, maior soma de conhecimentos no campo da ciência a que me dediquei.

Aqui está porque existe um *museu* (poderia denominar-se apenas *colecção*), *arqueológico* (porque contém *materiais arqueológicos*), *municipal* (porque a colecção pertence ao *Município*), em Sesimbra.

Acreditemos em que a Câmara, a Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra e o dirigente, aguentem a sua posição, até ao momento *mais feliz* (que depende de oportunidades financeiras), em que um conservador nos possa substituir a todos.

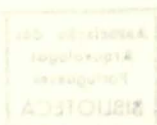
*
* *

II — CARACTERÍSTICAS E ADAPTAÇÃO AO CASO DE ALGUNS PRINCÍPIOS DE ORDEM MUSEOLÓGICA

Como vimos, o nosso museu apareceu desta maneira não tão desusada como pode parecer a um leigo: impôs-se, surgiu espontaneamente da terra, como por exemplo (e salvas as devidas proporções), o museu de Pompeia, que se foi formando, pela força imperiosa das circunstâncias, quando, no século XVIII, escavações célebres, punham à luz do dia uma cidade desaparecida há cerca de 2000 anos. Excepção à grande quantidade de museus que, até então, se formavam à custa de colecções reais, ou de ricos coleccionadores de obras de arte e de antiguidades, surge então um novo tipo de museu, o museu que, de simples depósito patente a visitantes, toma as proporções de *promotor de pesquisas*.

É desta categoria o pequeno museu de Sesimbra. Resultou de *pesquisas* e estimula o prosseguimento de *pesquisas*. É como que um laboratório onde se vão reconstituindo, relacionando, as antiguidades do concelho, um laboratório onde se restaura o passado da região. É depósito, porque as antiguidades que as escavações nos proporcionam não se podem deitar fora (já o vimos), mas é laboratório, insisto, porque, aí se forjam deduções e conclusões; e também é gabinete de estudo, para quem pretenda obter cultura geral e especializada.

Situado, como já disse, no *Castelo* (e surge a primeira questão que toca em *sabedoria* museológica... *situação*), não está mal de todo nesse lugar. Vejamos porquê; «...en ce qui concerne les musées d'archéologie, la tendance actuelle consiste à ouvrir le musée au lieu même de la fouille»... — é o que nos diz Luc Benoist, conservador honorário dos museus de França, e foi o que aconteceu em Sesimbra, isto é, o museu está onde se fizeram as primeiras pesquisas e escavações, no *Castelo*... e



seria ironista quem nos propusesse: «já agora, visto que estão aí materiais doutras proveniências, organizem um museu próximo de cada estação arqueológica sesimbrense».

Para mim, o museu é precisamente o conjunto: *Castelo, Igreja de Santa Maria*, algumas *ruínas* da antiga Sesimbra bem patentes, e *colecção arqueológica* no anexo da igreja.

Diz-se muitas vezes, em Sesimbra, que o Museu deveria estar na vila. Além de que, na vila, o ofuscariam outras atracções mais palpitantes de actualidade (que hoje já lá estão montadas, para satisfazer as ondas de turistas que, no verão, a invadem), é ainda favorável à sua actual situação, a corrente partidária da instalação de museus relativos ao passado em antigos monumentos célebres e se fundamenta em exemplos objectivos diversos, um deles verificar-se que o Louvre, um dos mais ricos museus do Mundo, é menos visitado do que o Monte de Saint-Michel.

Assim, quem visite o Castelo — e aí, despejam-se, com frequência, autocarros de turistas —, num ambiente altamente evocativo do passado, encontra, além do castelo que é o elemento evocativo fundamental, uma igreja com talhas e azulejos dos séculos XVII e XVIII de certo valor, ainda de maior valor a sua padroeira (*Nossa Senhora do leite*), esculpida, no século XIII ou XIV, em fino calcário pintado, e, finalmente, mesmo ao lado, o museu em causa, com as suas já valiosas colecções de *pré-história*, *numismática* e *iconografia* (escultura e pintura). É, realmente, um conjunto harmónico, evocativo, cultural e de grande atracção turística.

Vejamos, agora, qual o critério que se seguiu para a arrumação do seu conteúdo, critério que não será aquele que mais agradará a um público *ligeiro*. «...le classement par fouilles, est le plus scientifique»... também nos diz Luc Benoist e, não porque conhecesse ainda este princípio, mas por obediência ao que me parecia lógico, desde o início que arrumei os materiais por estações e, dentro desta ordem, por campanhas, a não

ser para casos especiais em que, outra ordem, daria um melhor sentido à exposição.

Assim, por exemplo, as cerâmicas da Lapa do Fumo, que quase descrevem a evolução desta indústria, desde o seu aparecimento até aos nossos dias, estão arrumadas de maneira especial, por culturas e, dentro do possível, por épocas. Quase tudo o resto, está distribuído de acordo com o referido critério (por ordem de estações e campanhas), tão diferente do habitual em museus de outra natureza, visto que os materiais arqueológicos têm um carácter essencialmente científico, mais do que artístico ou recreativo.

Outros problemas museológicos, que tanto surgem em Museus grandes como pequenos, tais como: *condições de luz, variação de temperatura, instalações para serviços anexos, identificação das peças expostas, catalogação*, etc., têm sido encarados com atenção, mas nem todos estão resolvidos, dada a modéstia dos meios de que se dispõe.

Para a identificação de alguns dos objectos expostos, o que não é um problema exclusivamente museológico, tenho sido, por vezes, auxiliado pela opinião valiosa de arqueólogos amigos e vem a propósito recordar o trabalho que, no final da sua vida, levou a cabo o saudoso Dr. Aurélio Ricardo Belo, identificando numerosos numos medievais portugueses, bem como o notável estudo efectuado — e publicado — pelo Dr. Joaquim de Abreu Figanier, sobre certas moedas árabes encontradas numa gruta, que são exemplares únicos em Portugal.

As 3 pinturas sobre tábuas, que figuram no museu, foram observadas, em tempos anteriores à minha actividade arqueológica em Sesimbra, pelo notável especialista Sr. Dr. João Couto (segundo me contaram) e, por ele, classificadas como exemplares da escola portuguesa dos finais do século XVI. Estiveram na extinta capela do Espírito Santo, em Sesimbra e eu levei-as para o Museu, por as ter encontrado, numa arrecadação, correndo riscos diversos. Espero submeter essas tábuas ao exame do Museu Nacional de Arte Antiga (que as restaurará, se forem, como

parece, merecedoras de tal), pois o exame das pinturas põe problemas só possíveis de resolver em laboratórios especializados obtendo-se assim os elementos indispensáveis para a identificação de épocas, escolas e autores, assuntos que dão origem a tantas confusões e debates, especialmente para as pinturas antigas, saídas de *ateliers*, que eram mais oficinas de habilidosos, do que gabinetes de artistas como hoje os concebemos.

Não quero deixar de me referir a outro aspecto complementar de importância, o *guia do Museu*. Preferi organizar um guia que, simultaneamente, remetesse às principais peças expostas, identificando-as, mas também descrevesse a sua proveniência, cronologia e condições gerais do seu aparecimento. Não terá sido organizado de maneira ideal, porque não sou formado em museologia; mas, por força da responsabilidade que assumi, instruo-me como posso sobre a matéria. Sei que, na Faculdade de Letras, não há cadeiras de museologia e que os conservadores só obtêm conhecimentos desta especialidade, por meio de estágio, no Museu Nacional de Arte Antiga.

Conta-nos Luc Bénoist que em França, pioneira da especialidade, o ensino de museologia e história de arte, foi inaugurado em 1882, na Escola do Louvre. Um curso propriamente de museologia, foi aí, iniciado por Gaston Brière, em 1927. Nos Estados Unidos, há cursos de museologia, no Brooklyn Museum e no Fogg Museum de Harvard, e o museu de Stockholm organiza cursos especiais sobre «a arte de conservar obras de arte». São alguns exemplos, a provar a tendência geral de se entregar aos museus este ensino e detive-me um pouco no assunto, para acentuar como os conhecimentos de museologia não são muito acessíveis, entre nós, mesmo aos profissionais, falha que se avoluma, se observarmos que não há, que eu saiba, bibliografia nacional de vulto sobre o assunto. No estrangeiro há já alguma coisa e eu recorro algumas publicações da I. C. O. M. — International Council of Museums — tais como: «Muséographie, architecture et aménagement des musées d'art»,

«Musées et jeunesse», «Musées et personell enseignant» e da Unesco (de 1959) «L'organisation des musées, conseils pratiques». Alguns especialistas têm publicado obras que são guias de valor, tais como: «Musées et conservateurs» de Edouard Michel; «L'art de soigner les oeuvres d'art» de Émile Bayard, etc. e não se deve esquecer, para este efeito, a utilidade da revista internacional «Museum».

Já que falei na I. C. O. M., direi que, em Setembro de 1960, esta instituição pediu, por escrito, sem que consiga saber por que artes teve conhecimento da minha existência e da do modesto museu de Sesimbra, um exemplar do guia que referi, que veio, depois, citado na revista I. C. O. M.. Por esta atenção da I. C. O. M., o nosso jovem museu, sentiu-se muito importante. Não menos o envaideceu o incitamento de vários visitantes estrangeiros, no sentido de se editarem versões do guia em francês e inglês. Já se encontra publicada a versão inglesa, que tem levado o nome de Sesimbra até onde, de outra maneira, levaria tempo a chegar.

Será um museu monótono, do tipo especializado (relativamente especializado... claro), pelo menos só arqueológico, com peças mais antigas ou menos antigas, mais belas (peças artísticas) ou menos belas, mas de maneira nenhuma lá veremos, como é costume acontecer em tantos museus de província, uma cegonha embalsamada ao lado do caco pré-histórico, um sepulcro de estilo gótico cercado de vértebras de baleia.

A especialização do museu é tendência actual, sendo fácil encontrar exemplos demonstrativos desta afirmação. Essa tendência, a tendência da especialização dos museus, resulta do lógico e eficiente critério, segundo o qual, um museu deve tornar-se um centro de *informação e pesquisa* relativamente a uma ciência, uma arte, uma região, um homem ou uma ideia. E não há dúvida, que o de Sesimbra, é hoje um centro em tais condições, relativamente a um assunto específico: o *passado da região onde se encontra*.

Também o seu aparecimento, o aparecimento de mais uma unidade museológica, está dentro do fenómeno natural, a que se poderá chamar,

crise mundial de crescimento (em número), dos museus. Consta que, em todo o mundo, há cerca de 12 000 museus, cabendo à Europa, onde os museus nasceram, metade deste número. Temos, agora, mais um e espero que não exceda a lotação.

III — SIGNIFICADO DOS MATERIAIS EXPOSTOS

São inúmeras as informações que nos prestam todos os materiais expostos no Museu. Tudo aquilo que a um leigo nada diz, que lhe suscita uma rápida e indiferente vista de olhos, fala eloquentemente e em muitos sentidos. Os espólios descrevem quais as culturas e povos que ocuparam a região e quando (elementos para a pré, proto-história e história, gerais e regionais) e, se encarados por outro prisma, são documentos que contam a evolução de alguns artefactos através dos tempos.

Olhando desta última maneira, aquele que for curioso, pode observar, por exemplo, a evolução do *machado* (essa ferramenta que foi grande alavanca do progresso e arma que entrou em muitos milhares de combates), durante cerca de 2 000 anos. Inicialmente, uma pedra, cuja superfície foi desbastada e picada para se lhe dar uma forma alongada (ovoide) e polida apenas numa das extremidades, dos dois lados opostos, para se conseguir um gume cortante (estamos no neolítico e no neo-eneolítico). Depois, por polimento cuidado de todo o corpo, conseguiu-se o machado de secção oval, mesmo rectangular, semelhante aos actuais (as grutas do Forte do Cavallo forneceram belos exemplares), que já figura a par dos machados chatos de cobre ou bronze; eram estes os machados do eneolítico (ou calcolítico, para os que preferirem esta expressão), tendo a G. do Fumo contribuído com um belo exemplar metálico. Por volta dos séculos VIII ou VII a. C., aparecem modelos de machados de

concepção muito diferente, que são característicos da cultura do Bronze Atlântico: deste tipo, o museu possui uma cópia de um perfeito exemplar que apareceu em Pedreiras e que é de alvado, com dois anéis laterais para ligação ao cabo.

Quanto à evolução das cerâmicas, desde o neo-eneolítico até ao final da idade média, possui o museu abundante documentação.

Assim, podemos ver fragmentos de vasos de paredes espessas, mal acabados e sem qualquer decoração, atribuíveis ao neo-eneolítico ou ao eneolítico pois as cerâmicas, para usos comuns, continuam a ser pouco cuidadas no eneolítico e até posteriormente. Dois vasos, cuja reconstituição foi possível, quase esféricos, com pegas perfuradas, decorados com um ponteadado inciso que, no conjunto, lembra *folhas de acácia*, são exemplares raros de uma cerâmica dos primórdios do eneolítico, que encontra paralelos num estilo do neolítico do norte de África. Foram encontrados na gruta necrópole *Lapa do Fumo*.

Depois, aparece-nos a cerâmica com decorações lineares incisas, formando motivos geométricos, característica do pleno eneolítico, figurando exemplares do famoso estilo *campaniforme* que, na Lapa do Fumo, documenta uma etapa tardia e, na Lapa do Bugio, apareceu associado a conjuntos mais antigos.

A cerâmica do estilo peculiar à cultura do Bronze Argárico (estamos entre 1400 e 800 a. C.), está representada, no Museu, em certa abundância e provém exclusivamente da Lapa do Fumo. A técnica dos oleiros havia evoluído alguma coisa e, assim, as paredes dos vasos já eram mais delgadas; desinteressavam então os ornatos por meio de incisões e preferia-se dar à superfície exterior dos vasos, de elegantes perfis carenados, um lustro que valorizava a cor predominantemente castanha escura, ou negra, das pastas.

Este estilo aperfeiçoa-se e aparece-nos, numa época posterior, talvez nos VIII ou VII séculos a. C., uma decoração, geométrica como no eneolítico, mas obtida por meio de linhas e traços brunidos (não incisos),

ornamentos estes que, conjugados com as colorações diversas das pastas, lembra decoração pintada. Só há fragmentos destes vasos, nenhum está completo; mesmo assim, tais fragmentos constituem uma das mais interessantes secções do espólio exposto. Só Sesimbra e só este Museu, possuem quantidade e variedade de exemplares deste tipo cerâmico que o possam impor como *estilo diferenciado*. Também só a Lapa do Fumo o continha. É mesmo difícil encontrar paralelos perfeitos em cerâmicas espanholas e de outros países; admite-se que corresponda a uma cultura peninsular brilhante, fecundada por influências do próximo oriente, opinando um especialista espanhol, o Prof. Maluquer de Motes, que se trata de uma imitação tartéssica das cerâmicas fenícias de Biblo.

E, mais cerâmicas expostas, definem novos tipos, de épocas mais modernas: proto-históricas, algumas com decoração estampilhada; da época lusitano-romana (proveniente do cemitério do Calhariz) já fabricadas a torno rápido, com iniciais do nome do fabricante (ou do possuidor) gravadas e sinais que os identificavam; cerâmica árabe de vários tipos ou portuguesa medieval inspirada nos estilos arábicos (proveniente do Castelo), etc.

Disse eu, que os espólios descrevem quais as culturas que estiveram presentes na região. Analisando-os por este prisma, avalia-se que foi consecutivamente habituada desde o final do 3.º milénio a. C., até hoje (pela análise das cerâmicas, já o vimos). Dos tempos anteriores, também ficaram vestígios de vida, vestígios escassos da adaptação de homínidos aos mesmos locais, aliás quase só identificáveis como os de hoje, pelas coordenadas geográficas, tão desfigurados estariam por diferentes caracteres geo-morfológicos, climáticos, etc. De resto, dos tempos paleolíticos, nada há no Museu; Os poucos materiais atribuíveis a esse longo período de muitas centenas de milhares de anos, encontrados em algumas jazidas da costa, por H. Breuil e G. Zbyszewski, estão noutro museu (no dos Serviços Geológicos).

Conjuntos dos primórdios do eneolítico, talvez mesmo do neo-eneo-

lítico, com micrólitos trapezoidais e triangulares, machados de pedra primitivos e cerâmica não decorada, provenientes das grutas do Fumo e do Bugio, falam-nos desses tempos recuados dos finais do 3.º milénio a. C.

Outros conjuntos (entendamos *conjuntos* na acepção arqueológica pura... não se trata de *agregados*), onde abundam placas ídolos de xisto e onde os ídolos do tipo almeriense aparecem como intrusos estrangeiros, evocam-nos a cultura megalítica de facies alentejana e influências do Levante espanhol. Relações com o Norte de África, impressas nos já falados vasos semi-esféricos com pegas perfuradas, posteriores conjuntos de um exuberante eneolítico, com pontas de seta de base côncava, ídolos cilíndricos de calcário, com evidente influência da cultura campaniforme, tudo isto nos prova continuidade de vida durante todo o 2.º milénio e 1.ª metade do 1.º a. C.. O lapso de tempo que medeia entre 1400 e 400 a. C. é preenchido pelas cerâmicas do Bronze Argárico e com ornatos brunidos da Lapa do Fumo, e instrumentos do Bronze Atlântico de Pedreiras.

Se pudermos localizar os materiais de bronze e ferro, da necrópole do Casalão, entre o início do século III e meados do I a. C., estamos nos limiares da época lusitano-romana, esta também documentada pelas taças com iniciais e sinais gravados, pelas *Tegulae*, *imbrices*, *lateris*, etc. do cemitério do Calhariz.

Não são, portanto, mudos, inexpressivos, insípidos, como se vê (e viu-se muito por alto, sem descer a pormenores técnicos próprios de um trabalho de outra natureza) os materiais expostos no Museu, que tão pouca atenção despertam aos simples apreciadores de grandes dimensões e apenas dos valores que se podem exprimir em numerário. Contam-nos coisas diversas, conforme os agrupamos ou isolamos. Vimos que nos descrevem evolução de tipos, sucessão de culturas e cronologias.

Analisando, ainda, a colecção numismática, constituída, na grande maioria dos casos, por metais pobres e moedas de baixo poder de aquisição quando circulavam (quase tudo *quirates*, *mealhas*, *dinheiros*, *reais*,

ceitis, etc.), podemos vislumbrar os períodos de maior ou menor intensidade populacional no Castelo, conforme as épocas, porque quase todas as moedas foram encontradas no Castelo. Dispersas por coleccionadores particulares, as poucas moedas que ali estão (mesmo assim cerca de oito centenas, contando com repetições), pouco ou nada valeriam e nada descreveriam. Pelo contrário, aqueles numos naquele local, valem alguma coisa, têm um significado substancial, porque se sabe que foram usados pelos habitantes da região nas suas transacções. Assim, descrevem-nos: uma débil ocupação do planalto onde está o Castelo, nos tempos da ocupação romana; levantam-nos à suspeita de que os árabes pouco teriam ligado àquele excelente ponto estratégico (o que não é provável, note-se), mas que estiveram na região — dizem-nos os documentos históricos e os *quirates* e meios *quirates* muçulmanos de Ali ben Iuçufe, Ibn Caci, Handine al-Mansur, Handine ben Moamed e Abdalá ben Wasir, encontrados exclusivamente na Lapa do Fumo. Uma quantidade apreciável de moedas de quase todos os reis da 1.^a dinastia e um número avultado da 2.^a, demonstram-nos considerável actividade humana, até ao momento em que, a *Sesimbra da Ribeira*, triunfou quase totalmente da *Sesimbra alta*. A esse momento, corresponde a queda quase vertical das quantidades numismáticas, observada a partir dos finais da 2.^a dinastia.

Algumas obras de arte religiosa, dão-nos o grau de sumptuosidade de capelas hoje demolidas na vila pós-medieval (já a da Ribeira). São elas, principalmente: três pinturas sobre tábuas, às quais já me referi, atribuíveis à escola portuguesa dos finais do século XVI e um pequeno número de imagens entre as quais se destacam: um S. Sebastião, talvez do século XV, cuja cabeça mostra influências dos anjos do Fra Angélico e um Padre Eterno esculpido em madeira pintada e dourada, atribuível ao século XVII. Até certo ponto, reflecte-se nestas obras de arte a prosperidade da vila durante séculos XV, XVI e XVII, na época das navegações e descobrimentos, suficientemente justificada pela conhecida

actividade marítima de Sesimbra, que chegou a construir navios e cuja população tanto esteve presente nas frotas portuguesas dos séculos áureos da nossa história.

*

* * *

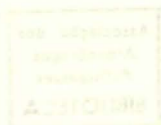
Creio que consegui dar uma ideia das origens, formação, organização do muito recente *Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra*, e, sumariamente, do significado do seu conteúdo.

Acentuei e volto a fazê-lo, que, se entidades particulares podem possuir colecções arqueológicas com as quais muito se envaidecem, indiferentes à natureza científica dos materiais e despreocupadas (grande número) com o destino que lhes será dado depois da sua morte, com muito mais razão de ser, um município (que dura muitíssimo mais do que um homem), pode dar-se a luxo idêntico, aliás, por motivos bastante fortes: zelo pelo seu património científico e artístico (porque não, também sentimental?), difusão de cultura e até valorização turística.

Portanto, Sesimbra deve sentir-se feliz por possuir esse *mal* necessário que é o *museu* (conforme filosofou um especialista, que preferia os materiais repousando nas suas jazidas). E, com esse sentimento, estão de acordo aqueles que entendem que, cada povoação importante, deve ter um museu que, insufismavelmente prove e apregoe, a realidade de algum passado prestigiante.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS BERNARDO (Hernâni de) — *Monografia de Sesimbra; Estudo Geo-económico do Concelho*. Edição Municipal, 1941.
- BAYARD (Émile) — *L'art de soigner les oeuvres d'art*, 1928.
- BENOIST (Luc.), conservateur honoraire des Musées de France. — *Musées et muséologie*. Colecção «Que sais-je?» n.º 904, 1960.



BREUIL (Henry) e ZBYSZEWSKY (Georges), *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire — Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Extremadure et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage*, em «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», tomo XXVI, Vol. II, 1945.

CASTELO-BRANCO (Fernando), *Castelo de Sesimbra*; em «Mensário das Casas do Povo», ano XIII, n.º 148, Outubro de 1958.

— *Hidráulica Agrícola no século XV, no concelho de Sesimbra*; em «Mensário das Casas do Povo», ano XII, N.º 134, Agosto de 1957.

CASTELO DE SESIMBRA, no «Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais» — n.ºs 34-35 — Dezembro de 1943 — Março de 1944.

CUNHA SERRÃO (Eduardo da), *Investigações arqueológicas na região de Sesimbra*, no Vol. XVII dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 1959.

— *Cerâmica proto-histórica da Lapa do Fumo (Sesimbra), com ornatos coloridos e brunidos*. Em Zephyrus, n.º 2 (Julho-Dezembro, 1958), Salamanca.

— *Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra)*, nas «Actas do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia», Lisboa, Dezembro de 1958.

— *Alguns problemas arqueológicos da região de Sesimbra*, em «Arqueologia e História», 20-X-1960.

— *A necrópole proto-histórica do Casarão*. Edição da «Junta Distrital de Setúbal», 1964.

ARTIGOS DE, OU ENTREVISTAS COM O MESMO AUTOR:

— *Achados arqueológicos em Santana*; em «O Sesimbrense» de 18-3-1956.

— *Arqueologia Sesimbrense*; em «O Sesimbrense» de 28-VIII, 2-IX e 9-IX de 1956.

— *A região de Sesimbra tem interesse para o estudo da arqueologia nacional*, em «O Sesimbrense» de 30-IX-1956.

— *O concelho de Sesimbra na arqueologia nacional*, em «O Sesimbrense» de 16-VI e 23-VI-1957.

— *A propósito do Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra*; em «O Sesimbrense» de 7-V-1961.

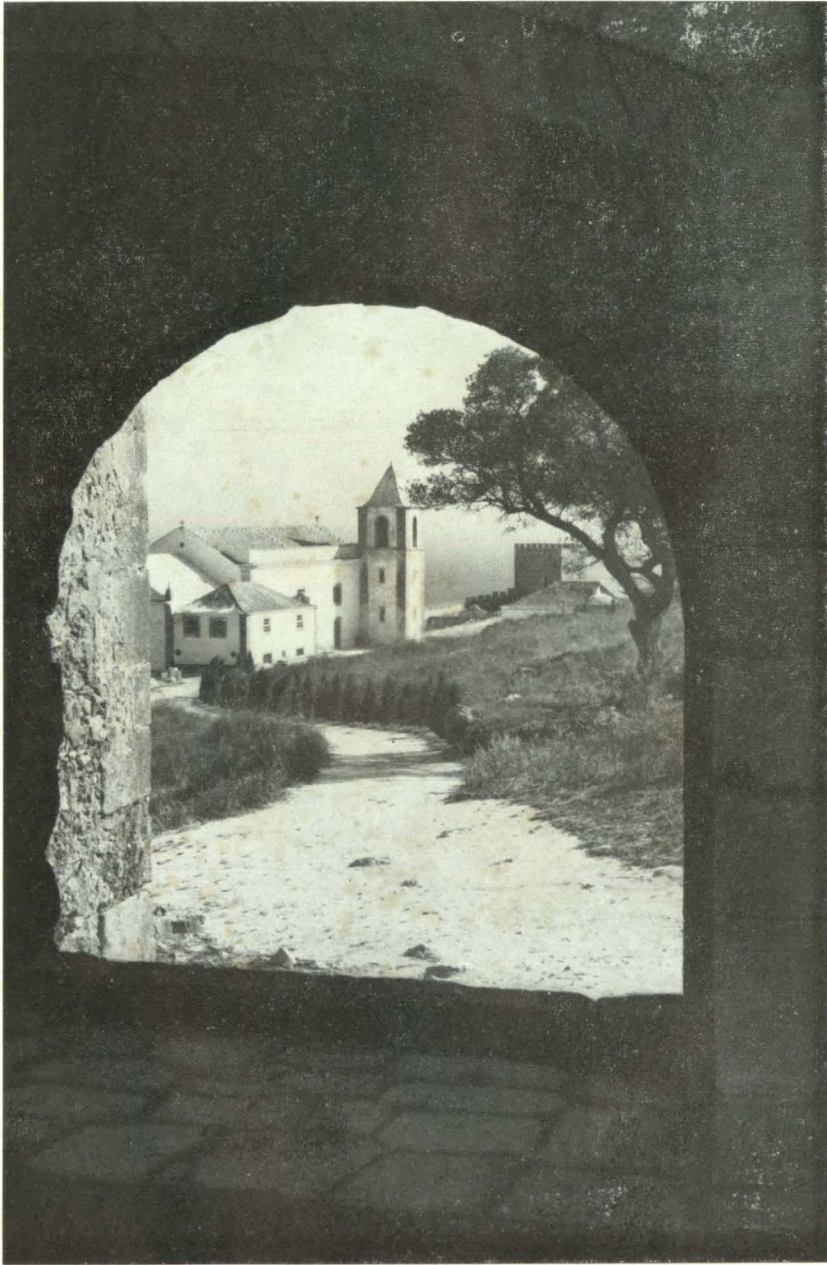
— *O Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra*, no n.º 347 de «O Sesimbrense».

— *Museu Arqueológico Municipal*, no n.º 351 de «O Sesimbrense», de 1-VII-1962.

— *Sobre as origens de três estilos cerâmicos pré e proto-históricos*, em «O Sesimbrense» de 17-II e 24-II-1963.

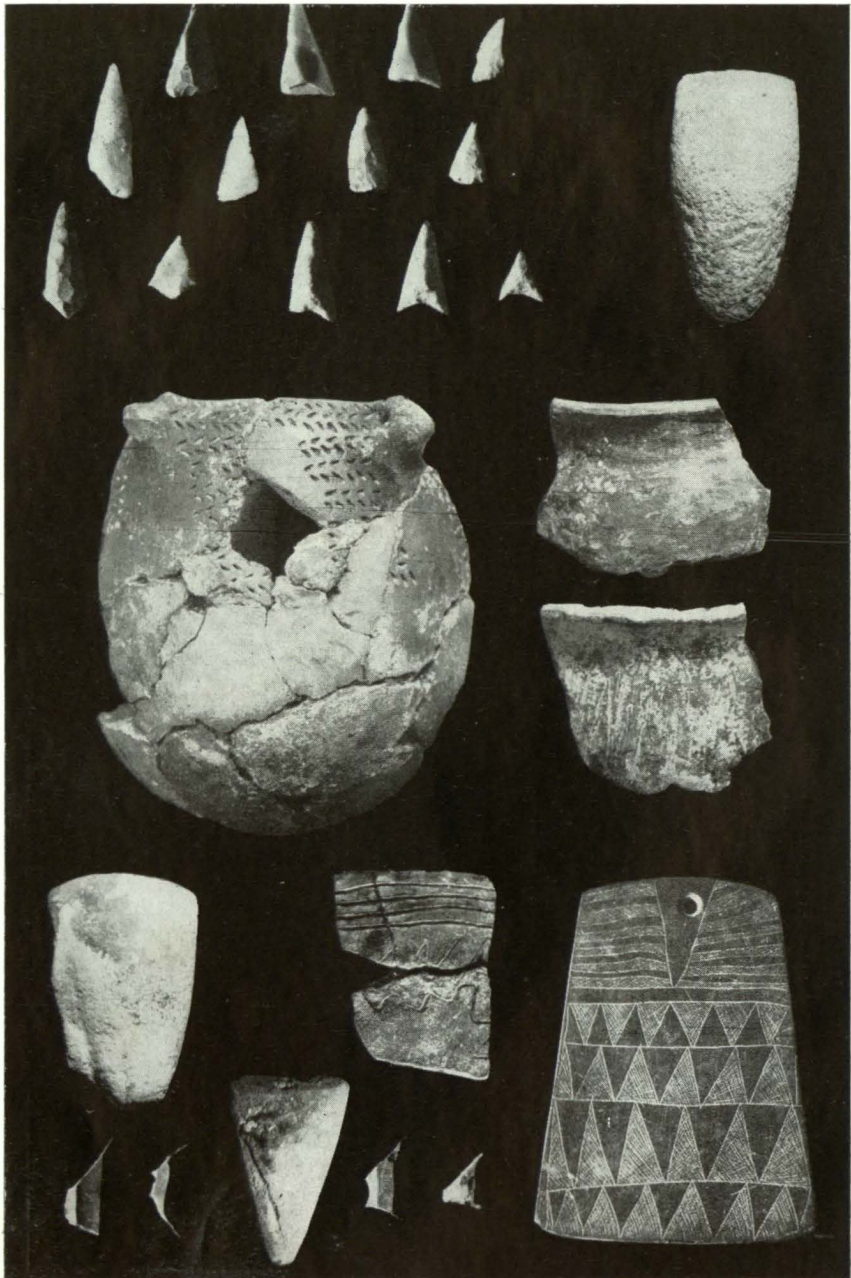
- *Arqueologia Sesimbrense — Achados de Bronze Atlântico no concelho*, em «O Sesimbrense» de 16-VI, 30-VI e 14-VII-1963.
- *A colecção numismática exposta no Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra*, em «O Sesimbrense» de 22-IX, 6-X e 13-X-1963.
- CUNHA SERRÃO (Eduardo da) e PRESCOTT VICENTE (Eduardo), *Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas*, nas «Actas do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia», Lisboa, 1958.
- EM SESIMBRA, O MINISTRO DO INTERIOR INAUGUROU VÁRIOS MELHORAMENTOS, no «Diário de Notícias» de 29-V-1960.
- FIGANIER (Joaquim) — *Algumas moedas árabes encontradas, recentemente, no concelho de Sesimbra revelam a existência de uma oficina monetária dos Muçulmanos em Silves*, em «O Sesimbrense» de 7-VII-1957 e no «Correio do Sul» de 18-VII-1957.
- *Moedas árabes do século XII encontradas no concelho de Sesimbra*, no 8.º vol. da II série, dos «Anais da Academia Portuguesa de História», Lisboa, 1958.
- HOURS MIÉDAN (Mad.) *A la découverte de la peinture par les méthodes physiques* (1957).
- L'ORGANISATION DES MUSÉES — *Conseils pratiques* — UNESCO — 1959.
- MICHEL (Edouard), *Musées e conservateurs*, Bruxelles, 1948.
- MONTEIRO (Rafael), *O actual lugar de Alfarim já seria povoado há 3000 anos?* em «O Sesimbrense» de 30-III-1952.
- *Templos de Sesimbra*, em «O distrito de Setúbal», de 7-IX-1955.
- *As placas de xisto gravadas*, no «Diário Popular» de 24-VII-1958.
- *Arqueologia Sesimbrense — Alguns reparos*, em «O Setubalense» de 11-VI-1960.
- MONTEIRO (Rafael) e CUNHA SERRÃO (Eduardo da), *Estação Isabel — Necrópole pré-histórica da Azoia*, nas «Actas do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia», Lisboa, 1958.
- MUSÉES ET JEUNESSE — ICOM — 1952.
- MUSÉES ET PERSONNEL ENSEIGNANT — ICOM — 1956.
- MUSÉOGRAPHIE, ARCHITECTURE ET AMÉNAGEMENT DES MUSÉES D'ART — ICOM — 1934 e 1935 — Chama-se a atenção para o cap. XVIII da «Conférence Internationale d'Etudes» (Madrid — 1934) — Problèmes particuliers aux collections préhistoriques — pág. 502, até final do volume.
- MUSEUM — Revista internacional.
- PALMERIM (MANUEL J.), *Foral de D. Manuel I* em «O Sesimbrense» de 8-IV-1962 e seguintes.

- PRESCOTT VICENTE (Eduardo) e CUNHA SERRÃO (Eduardo da), *Contribuição para o conhecimento das relações por via marítima, no eneolítico e na proto-história, entre as populações da costa centro-ocidental de Península Ibérica e os povos do Mediterrâneo*, nas «Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos», Lisboa, 1961.
- PRETO (Jorge), *Pedras de armas de Sesimbra e seu termo*, em «Estremadura — Boletim da Junta de Província», série II, n.º 32-33-34, Lisboa, 1955, e «Sesimbrense», n.º 348, 349 e 350.
- RIBEIRO (Carlos), *Descrição dos terrenos quaternários nas bacias do Tejo e do Sado*.
- RUMINA (J. Preto Geerra), *Mareantes e guerreiros de Sesimbra, dos séculos XV, XVI e XVII*, Lisboa, 1942.
- *Variações sobre o brasão de Sesimbra*, Lisboa, 1942.
- *Porque se graçou, durante séculos, Sesimbra?*, Lisboa, 1942.
- *Dois cartas sobre as tábuas da Misericórdia*, Lisboa, 1942.
- RUMINA (Joaquim), *Elementos para a história de Sesimbra — Algumas palavras sobre Sesimbra*, Lisboa, 1936.
- SEQUERRA (David), *O homem paleolítico, de há cem mil anos, habitou nas regiões limítrofes de Sesimbra?* em «O Sesimbrense» de 12-VIII-1962.
- SESIMBRA NO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS, em «O Sesimbrense» de 14-VII-1961 — Artigo da «Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra».



Castelo de Sesimbra

A Igreja de Santa Maria do Castelo e o anexo onde se encontra o Museu,
vistos da porta principal da Alcáçova.



Materiais pré-históricos, do Neo-eneolítico e do Neolítico.

- Pontas de seta, trapézios, bordo de vaso com incisões lineares paralelas e ídolo placa de ardósia — *Lapa do Bugio*.
- Vaso com pegas perfuradas, 2 bordos não decorados e machados de pedra — *Lapa do Fumo*.
- Goiva (entre os trapézios) — *Castelo de Sesimbra*.

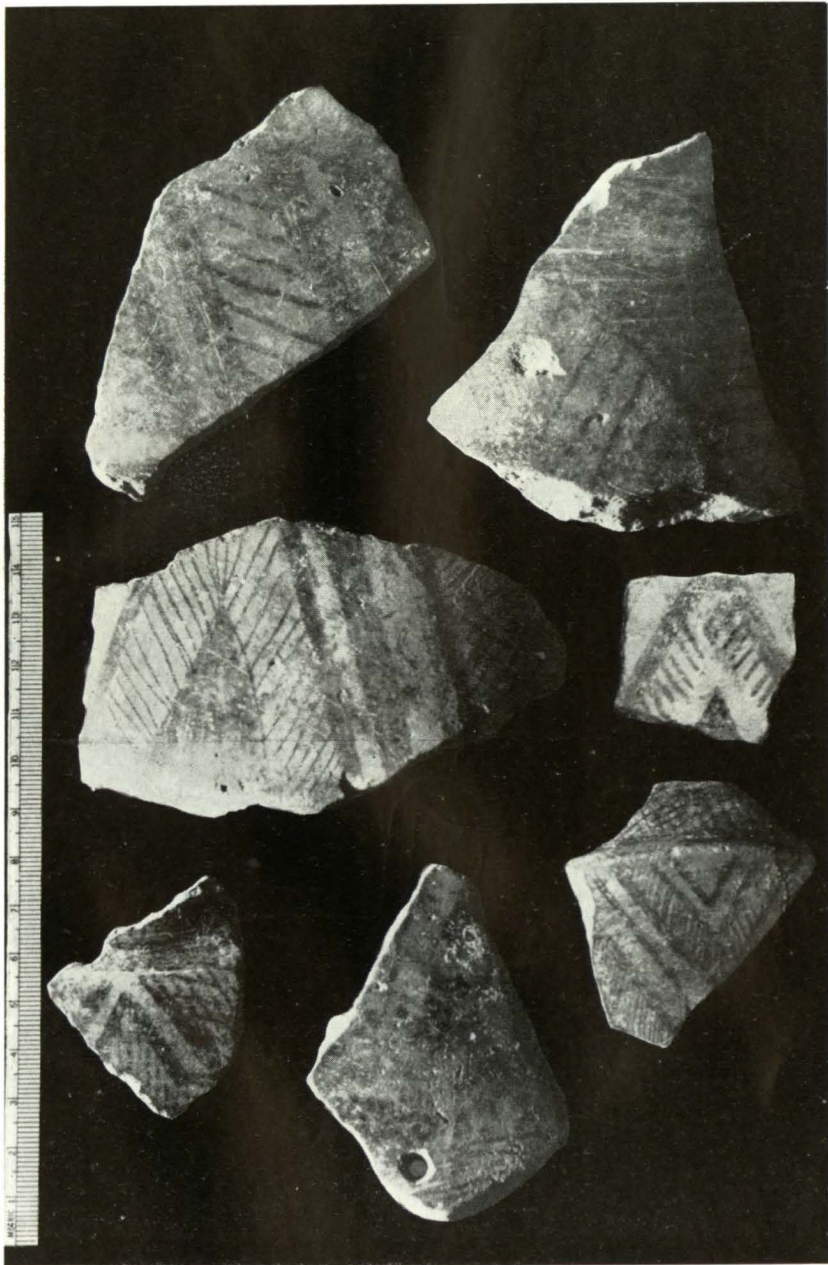


Idolos: do tipo almeriense; cilíndrico de calcário; «pinha»; «alcachofra».
— Todos da Lapa do Bugio.



Materiais pré-históricos do Eneolítico.

- Lâmina de sílex, fíclo de gola e objectos de adorno — *Lapa do Bugio*.
- Cerâmica com decoração incisa — *Lapa do Fumo*.
- Instrumentos de pedra polida — *Grutas do Forte do Cavallo*.



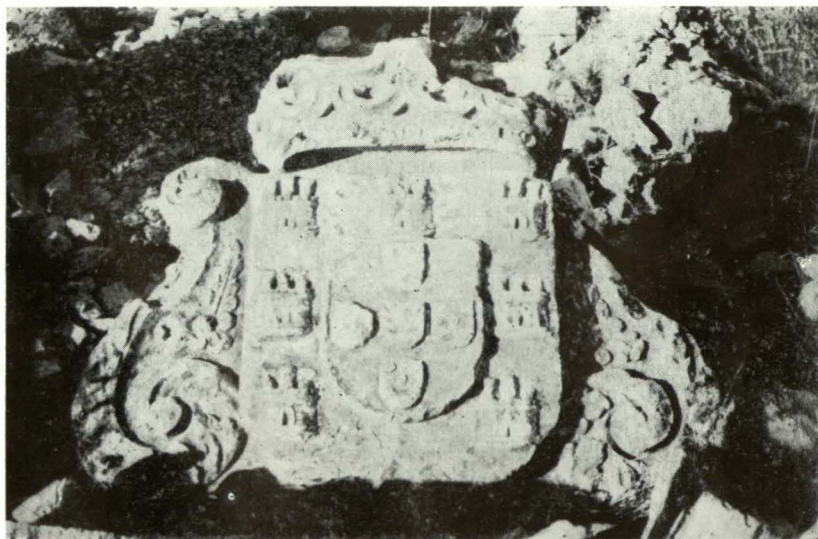
Cerâmica proto-histórica com ornatos brunidos — *Lapa do Fumo*.



Materiais do *Bronze Atlântico* (Pedreiras); proto-históricos (Necrópole do Casalão); restos de fivela de cinturão proto-histórica e cerâmicas medievais (Castelo).



Moedas árabes (Século XII — Lapa do Fumo), da 2.^a dinastia portuguesa (Castelo).



Pedra de armas do século XVII do Forte de S. Domingos de Baralha (Baía da Baleeira).



Pinturas sobre tábuas da Escola Portuguesa dos finais do século XVI, representando a Adoração dos Pastores e a Adoração dos Reis Magos.



Pintura, sobre tábuas, da Escola Portuguesa dos finais do século XVI, representando o Pentecostes.



À esquerda — São Sebastião (esculpido em pedra ançã; atribuível ao século XV).
À direita — Padre Eterno (esculpido em madeira, pintada e dourada,
atribuível ao século XVII).

DOIS MARCOS MILIARIOS, INÉDITOS, DO TROÇO
CENTUM CELLAE-VALHELHAS, DA VIA MILITAR
ROMANA MÉRIDA-VISEU-BRAGA

pelo

sócio efectivo

Aurélio Ricardo Belo †

DOIS MARCOS MILIÁRIOS, INÉDITOS, DO TROÇO CENTUM CELLAE-VALHELHAS, DA VIA MILITAR ROMANA MÉRIDA-VISEU-BRAGA

EM 18 de Setembro do corrente ano estive em Centum Cellae, de Belmonte, com o objectivo de colher elementos para ultimar a Comunicação apresentada neste Congresso com o título «Alguas palavras sobre a Torre Centum Cellae, de Belmonte». Nessa ocasião informaram-me que no sítio da Lameira, no Vale Formoso, próximo desta torre, tinham sido descobertas, em trabalhos de lavoura, duas pedras com letras que ninguém entendia, uma das quais estava em casa de José Pinto, proprietário da Lameira, morador na povoação do Colmeal da Torre, distante da Lameira e da Torre 4000 m e 1500 m respectivamente.

Extremamente interessado pela informação colhida, porque era provável que as lápides encontradas fossem da época romana e se relacionassem com o estudo da Torre ou com a via romana Mérida — Viseu — Braga que, segundo opinião minha já formulada na referida Comunicação, devia passar muito próximo da Torre Centum Cellae e atravessar o Vale Formoso em linha recta na direcção de Valhêlhas, fui logo a casa de José Pinto e vi que realmente se tratava dum arco miliário daquela via militar, dedicado ao Imperador Tácito, que vem confirmar plenamente o que afirmei numa das últimas sessões de estudo do Instituto de Arqueo-

logia, História e Etnografia, realizada em 25 de Junho de 1958 e na Comunicação apresentada neste Congresso, nas quais sustentei que a via militar, depois de passar ao lado da sua «*Mansio*» *Torreada (Centum Cellae)*, seguia em direcção rectilínea pelo Vale Formoso até às proximidades de Valhelhas, sempre pela margem esquerda do rio Zêzere, traçado este agora testemunhado pelo achado recente dos dois marcos da Lamira.

O Vale Formoso é uma larga, extensa e fértil veiga formada por terrenos de aluvião coalhada de grossos calhaus rolados que os romanos possivelmente aproveitaram na constituição da «*Summa Crusta*» da sua estrada militar nesta parte do seu percurso. É extraordinária a quantidade destes grossos calhaus que actualmente ainda se encontram na velha carreteira que passa pelo sítio da Lameira. Ou dispersos ou em monte, mas soltos, formam um verdadeiro tapete na parte do velho caminho que percorri a pé desde *Centum Cellae* até à Lameira, distância que não é inferior a 2500 m.

A presença destas pedras roladas em tal quantidade e numa área extensa pode explicar-se, não pela força torrencial impetuosa do Zêzere, insuficiente para arrastar grandes calhaus, mas pela acção dum antigo glaciar que deslizando lenta e progressivamente das alturas que dominam e limitam o largo Vale Formoso espalhou os calhaus, que na sua marcha e pelo atrito ia polindo. Estão identificadas moreias provenientes de glaciares formados nas montanhas que limitam o vale do Zêzere ao norte de Valhêlhas até Manteigas e mais adiante, mas porque o vale é estreito, o glaciar concentrou as pedras roladas no próprio leito do Zêzere.

O Vale Formoso tem a forma de um delta tombado com o vértice para nordeste até à Serra de Santa Luzia e com a base a sudoeste limitada pelo rio Zêzere, margem esquerda; o lado norte é limitado pela Serra da Vela e o do sul pela Serra de Santo Antão e pela pequena elevação onde assentam a Torre de *Centum Cellae* e as *Catraias da Torre*. Corre deste lado a ribeira da Teixeira, afluente do Zêzere.

A parte do vale atravessada pela via militar não deve ter menos de 4000 m de largura e a distância que vai de Centum Cellae à Lameira, local do achado dos dois marcos, deve andar à roda das duas milhas romanas.

No dia 4 de Outubro voltei a Centum Cellae com o fim de examinar de novo a inscrição do marco Tácito, corrigir certas deficiências que julguei terem resultado da primeira leitura e ao mesmo tempo ir ao próprio sítio da Lameira examinar o segundo marco que o proprietário não tinha transportado para a sua residência.

Grande foi a minha surpresa quando vi que tinha sido utilizado para esteio dum engenho de tirar água dum poço aberto ao lado, conhecido entre nós por cambão, cegonha, picota, etc. e na época romana designado «*tolleno*», para o que lhe adicionou na extremidade superior uma pedra para fixação da competente vara, numa das pontas da qual prende o balde e na outra o contrapeso.

Se a surpresa foi grande o desapontamento não foi menor porque a parte que ficou ao ar livre não apresenta letras, a não ser junto ao solo onde se observam uns riscos que parecem A V D, de maneira que só posso afirmar que é um marco miliário, cilíndrico, pouco mais ou menos da mesma grossura, do mesmo comprimento — se a parte enterrada corresponder a um terço — e que é da mesma matéria-prima, granito, empregada no outro. Pode não ser anepigráfico porque a inscrição pode estar na parte enterrada, então será marco dedicado aos imperadores Maximiano e Constâncio Chloro em conjunto ou a Constantino Magno.

O que vou descrever, dedicado a Tácito, é de granito grosseiro, rico em rijos e grossos nódulos de quartzo, cilíndrico na metade superior, enquanto a parte posterior da metade inferior é menos abaúlada, quase plana, parecendo que traumatismo antigo fez aí destacar uma grande

lasca, ainda que a pátina tenha a mesma tonalidade em toda a superfície.

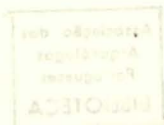
Comprimento	1,65 m
Diâmetro na extremidade superior	0,26 m
Diâmetro na extremidade inferior	0,31 m
Altura das letras, varia entre	9, 6, e 3 c

Todas as letras são acentuadamente irregulares e imperfeitas e algumas incompletas. É que o granito ordinário, na sua qualidade de matéria-prima engranitada com nódulos de quartzo duríssimo não permite que o «*escalprum fabrile*» manejado pelo «*lapidarius*» siga com regularidade o delineamento prévio das letras. Ou salta por cima, ou faz saltar os nódulos que por vezes são de razoável tamanho, de maneira que o exame paleográfico dos caracteres poucos elementos fornece para determinar a cronologia duma inscrição gravada em granito desta qualidade.

Pode a inscrição ser arcaica, da boa época dos belos caracteres paleográficos usados então, mas gravada em granito é geralmente defeituosa e de leitura pouco fácil.

TRANSCRIÇÃO

1. ^a linha	IMPCAE
2. ^a linha	SARIMAR
3. ^a linha	COCLAVDI...
4. ^a linha	TACITOPIO
5. ^a linha	INVICTO
6. ^a linha	PONTIFIC.....
7. ^a linha	MOTRIBV.....
8. ^a linhaPATRIEII
9. ^a linha	LO



Verifica-se que faltam letras no fim das linhas 3.^a 6.^a 7.^a e no princípio da 8.^a, não se notam pontos separativos; os AA não têm travessão a ansa dos PP não toca na haste vertical, os TT e os FF são as letras maiores, 0,09 m, os OO as menores, 0,03 m, e que o paralelismo e horizontalidade das linhas não são perfeitos. Apesar de tudo, a restituição e a leitura do texto são relativamene fáceis, exceptuando-se o pretenso numeral I I do fim da 8.^a linha e L O da última.

Uma observação ligeira, o desconhecimento das dificuldades que surgem na gravação em granito e a pouca experiência de leitura dos marcos miliários com epígrafes que obedecem a normas preceituais quase invariáveis, podem levar um observador precipitado a interpretações muito afastadas daquilo que o lapidário intentou gravar.

No presente caso não se trata de erro, lapso ou incompetência do gravador.

Aqueles dois traços verticais, II, da 8.^a linha parecem à primeira vista representar o número 2 que, não podendo de forma alguma relacionar-se com o que está antes (Patri), P A T R I E, só poderia estar ligado ao que se segue, L O, da última linha, e então, ou I I representa o número de milhas a contar dum ponto designado por L O, ou indica o número de anos ou vezes de qualquer função e título honorífico inerente ao imperante.

Se a primeira hipótese tivesse algum fundamento, poderia interpretar-se I I L O da seguinte maneira: — (M I L L I A P A S S V V M) I I a L (A N C I A) O (P P I D A N A), resultado que estaria em harmonia com a ideia que há anos tenho de que a localização da capital dos lancenses opidanos deve procurar-se em Centum Cellae, ou em Caria, ou nas proximidades.

Desisto por agora dessa ideia porque o número de milhas contadas e o das funções ou títulos é colocado em seguida à menção da localidade

onde começa a contagem e das funções e títulos referentes aos imperantes. É o que se observa nos marcos de Tácito e doutros Imperadores.

Afastadas estas duas hipóteses, o que é que fica?

O seguinte: — O canteiro pretendeu gravar um P, mas por qualquer motivo, rigidez da pedra, presença dum grão de quartzo, ou receio de produzir um aleijão, não gravou a ansa desta letra, resultando um P incompleto, um traço vertical. Com o segundo I que devia dar a letra R, sucedeu a mesma coisa, ficou no traço vertical. Com o L da última linha dá-se idêntico facto, querendo gravar um C resultou um L porque o escopro não seguiu devidamente a curvatura daquela letra.

É muito curioso o facto de noutro marco de Tácito, encontrado na Quinta do Cadôço, situada a meia distância entre Barrelas e Famalicão, portanto, no troço *Centum Cellae* — Famalicão, da via militar, verificarem-se também no final da penúltima linha os dois traços verticais I I, mas estes excessivamente largos, 3 cent., e profundos, mais parecendo sulcos accidentais do que letras (1).

O canteiro experimentou aqui o primeiro precalço na tentativa de gravar P R em granito ordinário. Este marco deve ter sido feito pelo mesmo canteiro, para ser colocado na mesma ocasião e na mesma região,

¹ C. AZEVEDO PIRES — em *Arqueologia e História*, vol. VI, pág. 150. O autor do pequeno artigo publicado nesta revista sobre o marco de Cadoço, atribuindo aos II largos traços o valor de «bis» (2 ou 2.º), caiu num erro de História e noutro de Epigrafia porque IICOS que vê gravados no marco não significam o 2.º Consulado, visto que Tácito foi Cônsul uma só vez e antes de ser imperador. Por outro lado, em harmonia com as normas epigráficas, o suposto numeral II devia estar em seguida ao também suposto COS. De maneira que a leitura da sigla IICOS não é «—segundo vez (bis) Cônsul», como o autor entende, mas simplesmente Procônsul (a 1.ª vez) como eu julgo.

mas gravado antes do da Lameira, e como da primeira tentativa resultasse desastre, absteve-se de repeti-la no marco encontrado neste local do Vale Formoso.

Do que acabo de expor parece-me não restar dúvida de que I I L O significa P R C O, por isso proponho a leitura e tradução seguintes:

LEITURA

I M P (eratori). C A S A R I. M A R C O C L A V D I (o)
T A C I T O. P I O. I N V I C T O. P O N T I F I C (i)
(Maxi) M O. T R I B V (niciae) (Potestatis Patri)
P A T R I A E. P R (o) C O (s).

TRADUÇÃO

*Ao Imperador Cesar Marco Claudio Tácito, Pio, Invicto,
Pontífice Maximo, com Poder Tribunício, Pai da Patria,
Proconsul (pela 1.^a vez).*

CRONOLOGIA

Esta inscrição dedicada a Tácito, de seu nome completo *Caius Marcus Claudius Tacitus*, descendente do historiador Tácito, cônsul uma vez antes de subir ao trono imperial, indica-nos com precisão o ano em que foi redigida e portanto dos concertos efectuados na via militar desde Centum Cellae até Famalicão, e em Vale de Lobo a sudoeste da Torre.

Tácito subiu ao trono em 25 de Setembro de 275 sendo-lhe conferido

automaticamente o Poder Tribunício e o título de Procônsul, aquele até 10 de Dezembro de 275 pela primeira vez, e este até 1 de Janeiro de 276 também pela primeira vez.

Em 10 de Dezembro de 275 começa o segundo Tribunato, em 1 de Janeiro de 276 o segundo Proconsulado.

Na inscrição faltam as últimas letras de «*Tribunicie Potestatis*» seguidas do numeral I I, se o tivesse.

No entanto é lícito supor que o não tinha, visto que dois marcos de Famalicão e o de Vale de Lobo também o não tinham, apesar de serem da mesma época e de as inscrições estarem completas.

A suposição de que a falta do número do Tribunato é propositada e não accidental está em plena concordância com a omissão propositada do número referente ao Proconsulado, isto é, em seguida a I I L O — por P R C O — (Proconsuli) não há vestígios de qualquer numeral, como de resto não há I I nos três marcos que acabei de citar, todos da mesma via.

Assim subentende-se que os marcos que mencionam a Tr. Pot., Cos ou Procos. sem indicação numeral são anteriores a 10 de Dezembro de 275, isto é, são de 25 de Setembro a 10 de Dezembro de 275.

Aqueles que têm Tr. Pot. I I, e Cos ou Procos sem mais indicação são de 10 de Dezembro de 275 a 1 de Janeiro de 276 porque Proconsulado I I começou em 1 de Janeiro de 276.

Ainda que a nossa inscrição mencionasse o I I Tribunato ou não o mencionasse, podemos afirmar que pertence ao período de 25 de Setembro de 275 a 1 de Janeiro de 276.

Dois marcos de Almeirim, da estrada militar Lisboa — Santarém — Ponte de Vila Formosa — Alter do Chão — Mérida, podem datar-se ainda com mais precisão porque, mencionando-se neles a Tr. Pot. I I, são por consequência de 10 de Dezembro de 275 a 1 de Janeiro de 276. O mesmo sucede com o de Trício, na Espanha.

Os mapas seguintes esclarecem melhor o assunto.

I — SINOPSE DOS MARCOS DO IMP. TÁCITO
CONHECIDOS EM PORTUGAL E ESPANHA

N. Procedência	Tribunato	Proconsul.	Milhas	Referências	Obs.
1 Cadôço	Tr. Pot.	ProCos		César Az. Pires	(2)
2 Barrélas	Tr. Pot.	ProCos	III	P.º E. Jalhay	(3)
3 Lameira	Tr. Pot.	ProCos		A. Belo	(4)
4 Vale de Lobo	Tr. Pot.	ProCos	IIIX	Hübner	4638 (5)
5 Tomar	Tr. Pot.	?	I	»	6197 »
6 Almeirim	Tr. Pot. II	ProCos		»	4635 »
7 Almeirim	Tr. Pot. II	ProCos		»	4636 »
8 Gerês	Tr. Pot.	ProCos	XXIII	»	4830 »
9 Trofa	Tr. Pot. II?	?		»	6212 »
10 Trício	Tr. Pot. II	ProCos		»	4 879 »

Pelo exame deste mapa verifica-se que os n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 8, são os que não mencionam o numeral II, subentende-se por isso que são do primeiro ano da Tr. Pot., de 25 de Setembro a 10 de Dezembro de 275, e que os n.ºs 6, 7, 10 e talvez o 9, de Trofa, mencionando o 2.º ano, são posteriores a esta última data, mas anteriores a 1 de Janeiro de 276, porque nem estes nem aqueles mencionam o 2.º ano do Proconsulado.

Verifica-se ainda que os n.ºs 2, 4, 5, indicam o número de milhas contadas de pontos indeterminados, só o n.º 8 indica XXIII milhas a *Bracara Augusta*.

² *Arq. e Hist.*, vol. VI, pág. 150.

³ *Inscr. romanas do Museu da Guarda*.

⁴ *Comunicação*.

⁵ «*Corpus*» I. L., vol. II et Supplementum.

Como da via militar Mérida — Viseu — Braga são conhecidos, além dos de Tácito, alguns marcos doutros imperadores, não falando do *Terminus Augustalis*, divisório entre Lancienses Opidanos e Igaeditanos, provavelmente colocado a pouca distância desta via, verifiquemos o que resulta do exame da segunda sinopse referente ao troço Idanha — Famalicão, passando por Centum Cellae.

II — SINOPSE DOS MARCOS MILITARES ROMANOS
DO TROÇO IDANHA — FAMILICÃO, DA VIA MILITAR
MÉRIDA — VISEU — BRAGA

N.º Procedência	Imperadores	Época	Milhas	Destino	Obs.
1 Cadoço	Tácito	275-276		M.do Carmo	
2 Barrelas	»	275-276	III	M. da Guarda	
3 Lameira	»	275-276		Colmeal	
4 Vale de Lobo	»	275-276	IIIX	Igreja	
5 Lameira	?	?		Lameira	inédito
6 Q. da Eira	Constâncio Cloro	292-304		M.do Carmo	
7 Famalicão	Constantino Magno	306-337		M. da Guarda	
8. S. Salvador	Cesar Augusto	43 a.Cr. — 13 d.Cr.		?	<i>Terminus Augustalis</i>

Os n.ºs 1, 2, 3, 4, são da época de Tácito, mas somente dois, 2, 4, marcam o número de milhas a pontos indeterminados. O n.º 5, que appareceu junto do n.º 3, não deve ser desta época; é possível, porém, pertencer a qualquer das épocas seguintes. Existem portanto elementos que autorizam a dizer que num período de 62 anos, que tantos são os que decorrem de 275 a 337, executaram-se três importantes concertos na via militar, em especial no troço que vai de Centum Cellae — Lameiras —

Valhêlhas — Barrelas — Famalicão da Serra, além do de Vale de Lobo situado a cerca de 20 quilómetros a sudoeste de Centum Cellae.

De que ponto serão contados as IIII milhas marcadas no marco de Barrelas?

E qual o sentido da contagem, do sul para o norte, ou do norte para o sul?

Infelizmente não possuímos ainda elementos que permitam resolver satisfatoriamente os dois problemas, pelo que temos que entrar no campo das hipóteses.

A distância entre Valhêlhas e Barrelas é de 12 km (seis em linha recta). Ora IIII milhas correspondem a pouco menos de 6000 m, portanto o ponto inicial da contagem estaria a meio percurso da estrada entre estas duas povoações, dado que se contasse do sul para o norte e o marco encontrado no primitivo local da colocação. É frequente lápides e marcos serem removidos para pontos distantes e aplicados a fins utilitários, como fez o proprietário da Lameira que transportou o marco de Tácito para 4000 m de distância.

Se a colocação primitiva do marco de Barrelas tivesse sido em Valhêlhas, então as IIII milhas seriam contadas da «*Mansio*» Torreada Centum Cellae que dista desta povoação cerca de 6000 m pela estrada velha de Vale Formoso.

Como não há elementos que fundamentem esta hipótese, tem que ser posta de lado, e em consequência, admitimos que o local da contagem fosse a meia distância Valhêlhas — Barrelas.

Se a contagem viesse do norte para o sul, então o ponto inicial estaria situado a 6000 m de Barrelas na estrada do rei Herodes, a noroeste de Famalicão, como pode avaliar-se no traçado da via da Est. II.

Mas seja como for, quer a localização desse ponto seja ao norte quer seja ao sul de Barrelas, uma coisa é certa e é que num desses pontos, ou nos dois, devia forçosamente existir qualquer das estações — «*Mutatione, Mansiones, Tabernae diversoriae*» — construídas ao longo das vias

militares romanas, distanciadas umas das outras entre 5, 10 ou 15 km, sendo as «*mansiones*» as mais espaçadas.

Definitivamente assente que a Torre Centum Cellae era uma «*mansio*» fortificada, servindo como tal para repouso dos viajantes do Estado, e que a estrada militar passava a seu lado, era indispensável ao norte e ao sul a existência, a distância conveniente, de uma estação de muda de animais de carga e de sela, uma «*mutatio*».

Sendo assim, uma coluna militar que marchasse da Idanha-a-Velha com o seu pesado equipamento transportado em carros de bois ou de muares, antes de chegar a Caria teria passado por duas «*mutationes*» e uma «*mansio*», pelo menos, visto ser de 50 km a distância entre as duas povoações. Em Caria devia existir outra «*mutatio*», e esta de grande importância porque aqui cruzava a transversal Covilhã — Vale de Lobo, onde devia ramificar-se para a região dos Lancienses Transcudanos (o rio Coa passa a 12 km a nordeste) seguindo para Espanha, enquanto para o sul viria outra via para Penamacor — Idanha.

A existência dum marco miliário dedicado ao Imp. Tácito em Vale de Lobo levou o falecido arqueólogo P.^o E. Jallay a emitir a opinião de que a via militar devia passar nesta localidade em vez de seguir pela Capinha.

Vindo do norte, o traçado indicado por este arqueólogo seria: — Taberna (Mondego) — Barrelas — Valhêlhas (Zêzere) — Vale Formoso — Belmonte — Caria — Vale de Lobo — Meimoa — Penamacor — Idanha-a-Velha — Segura (Erges) — Ponte de Alcântara (Tejo) — Cáceres — Mérida.

Este traçado precisa ser explicado e comentado. (Zêzere) entre parêntesis, quer dizer que a via atravessava o Zêzere em Valhêlhas passando da margem esquerda para a margem direita; Vale Formoso é o nome moderno de Aldeia de Mato e não o Vale Formoso (Várzea) da margem esquerda; Belmonte significa ponte de Belmonte com outra passagem no rio da margem direita para a esquerda.

O traçado indicado por este autor, como de resto por todos os autores, tinha o inconveniente grave de obrigar à construção de duas pontes sobre o Zêzere, próximas uma da outra, sem a vantagem de diminuir o número de milhas a percorrer até Caria pelo lado leste e paralelo à Serra da Esperança, percurso este descrito por mim há tempos em várias comunicações e hoje absolutamente comprovado pelo aparecimento recente dos dois marcos da Lameira (Vale Formoso, Várzea).

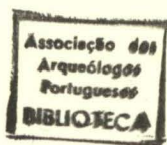
Portanto, o traçado da via, desde a travessia do Mondego, era o seguinte: — Taberna — Barrelas — Valhêlhas — Vale Formoso (Várzea) — Centum Cellae — norte e leste de Belmonte — Estação do Caminho de Ferro — leste de Malpique — Caria — Capinha — Idanha-a-Velha — Segura (Erges) — Ponte de Alcântara — Cáceres — Mérida.

O marco de Vale de Lobo não prova que a via se desviasse em ângulo recto de Caria para aquela localidade, mas indica muito bem o ponto onde a transversal Covilhã — Caria — Vale de Lobo atingia a colateral que da Idanha-a-Velha seguia directamente para a região dos Lancienses Transcudanos da Lusitânia portuguesa e espanhola.

Razões político-económicas, além das estratégicas, levam a pensar na necessidade da existência da colateral Idanha-a-Velha — Penamacor — Meimoa — Vale de Lobo — Terreiro das Bruxas — Transcudânia, colateral esta ligada à via principal por várias transversais, entre as quais a da Covilhã — Caria — Vale de Lobo.

Porque a verdade é que se os Igaeditanos e os Opidanos eram beneficiados com a passagem da via principal pelo território respectivo, iguais direitos e benefícios deveriam usufruir os Transcudanos com uma colateral que estabelecesse comunicações directas com a capital dos Igaeditanos, pois que uns e outros contribuíram para a construção da ponte de Alcântara, levada a efeito no tempo de Trajano.

Este marco de Vale de Lobo menciona IIIX milhas dum ponto desconhecido, mas se levarmos em conta que a fronteira dos Lancienses Transcudanos estava a 11,500 km a nordeste, demarcada naturalmente



pelo rio Coa, é possível que o início da contagem partisse da margem esquerda deste rio até Vale de Lobo ou proximidades. Aquelas III milhas correspondem a pouco menos de 10,500 km.

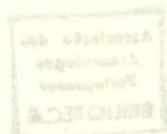
Descansado o pessoal e mudados os animais de carga e de sela na «*mutatio*» de Caria, a coluna prossegue a marcha pelo peneplano do lado leste da serra da Esperança até atingir a «*mansio*» da Torre Centum Cellae (pousada com muitos aposentos) possivelmente construída para esse fim ainda no tempo do Imp. Augusto. Aqui repousa e no dia seguinte, atravessando o Vale Formoso (Várzea) na sua maior largura, passa em Valhêlhas, penetra no fundo vale de Famalicão dominado por alturas cuja cota atinge 850 m a 140 m, e chega a uma «*mutatio*» talvez situada ao norte de Valhêlhas, perto do Castro de Barrelas.

Era absolutamente necessário fazer aqui a mudança do gado da coluna por animais folgados e aptos a galgar as encostas das montanhas que limitam pelo poente o referido vale.

Antes de chegar a Taberna (Mondego) existiria ainda outra «*mutatio*» a noroeste de Famalicão.

Finalmente a coluna chegando a Taberna, encontrava uma espécie de «*mansio*» ou «*taberna diversoria*» que não teria as comodidades de Centum Cellae, mas onde se encontrariam condições para bem merecido repouso (6).

⁶ A Est. I é ampliação de fotografia tirada pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. José da Costa Belo e a Est. II é desenho do Ex.^{mo} Sr. E. Prescott Vicente, conhecido arqueólogo. A ambos os melhores agradecimentos.



NOTA SOBRE O PALEOLÍTICO DE MOITAS-VENDA
(ALCANENA)

pelo

sócio efectivo

Afonso do Paço

NOTA SOBRE O PALEOLÍTICO DE MOITAS-VENTA (ALCANENA)

O Sr. Manuel Ferreira Jorge, apaixonado por coisas de Arqueologia, reuniu em sua casa uma boa porção de materiais pré-históricos, principalmente neolíticos, recolhidos na freguesia em que vive: MOITAS-VENTA, concelho de Alcanena.

Numa visita que fizemos à sua colecção arqueológica em princípios do ano passado, quando iniciámos a escavação das ruínas romanas da *Vila de Cardílio* (1), chamou-nos a atenção a existência de duas excelentes peças paleolíticas, que por serem curiosas nos permitimos dar a conhecer, com a devida autorização do Sr. Ferreira Jorge, e que vem marcar mais uma presença na carta paleolítica do país, em local até agora considerado em branco (2).

Trata-se de dois utensílios de quartzite, recolhidos à superfície do solo, quando se procedia a pesquisas neolíticas. A primeira, Fig. 1, é um belo biface lanceolado do acheulense superior, tendo ambas as faces

¹ AFONSO DO PAÇO: *Vila de Cardílio — Estação romana de Torres Novas*. «Nova Augusta», N.º 2, Torres Novas 1963.

² AFONSO DO PAÇO: *Carta paleolítica e epi-paleolítica de Portugal* «Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses», vol. I, Lisboa 1934.

EUGÉNIO JALHAY e AFONSO DO PAÇO: *Páleo e Mesolítico Português*. «Academia Portuguesa de História — Anais», I série, vol. IV, Lisboa 1941.

trabalhadas, apenas restando uma ligeiríssima amostra de cortex na parte inferior.

Foi recolhida na área de Cabriteira-Centeios, do lugar da Sesmaria, da referida freguesia de Moitas-Venda. Mede de comprimento 108 mm, de largura 67 mm e de espessura 24 mm.

A segunda peça, Fig. 2, também foi recolhida na mesma freguesia, área de Figueirinhos, do lugar da Cerrada Grande.

Pertence também ao acheulense superior e pode considerar-se uma espécie de calhau trabalhado dos dois lados e que, segundo o Prof. H. Breuil, seria utilizado como raspador. Um dos gumes apresenta mesmo maior utilização que o outro. Mede de comprimento 105 mm, de largura 79 mm e de espessura 40 mm.

Esta pequena nota serve apenas para marcar a presença do homem do paleolítico nesta região, numa época que as mais moderadas cronologias fazem recuar muito para além dos 50 000 anos a. C.

Ao terminar estas linhas permitimo-nos felicitar o Sr. Manuel Ferreira Jorge pelas excelentes colheitas arqueológicas que realizou.

*
* * *

Em 1934, e depois em 1941, marcou-se, sobre a carta o estado em que então se encontravam os nossos conhecimentos páleo e mesolíticos.

De então para cá muito se descobriu destas indústrias e bem merecia que, cerca de um quarto de século volvido, se actualizasse o que então publicamos (3).

³ A Dr.^a D. Maria João L. do Paço e ao Dr. Georges Zbyszewski os nossos agradecimentos. À primeira pela execução dos desenhos, e ao segundo pela orientação na classificação dos materiais.

DR. LUÍS CHIANCA DE PINA MANIQUE
CIENTISTA, ARQUEÓLOGO E ARTISTA

pelo

sócio efectivo

Ernesto Soares

DR. LUÍS CHIANCA DE PINA MANIQUE
CIENTISTA, ARQUEÓLOGO E ARTISTA

I

A consulta ou simples leitura da notável obra do Dr. Luís de Pina Manique, há muito conhecida e publicada, revela-nos, a par dos seus conhecimentos profissionais de Geodesia e Topografia, uma cultura vasta, cuidadosamente orientada por um espírito observador, arguto e judicioso, qualidades indispensáveis a investigadores e julgadores de factos históricos ou a manifestações no campo da Arte.

Raras vezes se encontram reunidas numa mesma pessoa a constância do arqueólogo dedicado a estudos demorados e fatigantes, quase sempre inglórios, com a delicadeza e a instrução do artista congénito que nos revela pelo lápis e pelo pincel o segredo duma paisagem ridente ou soturna ou o mistério de velhas pedras ou architecturas que só espíritos privilegiados têm o dom de transmitir aos profanos.

O nosso ilustre confrade possuía todas estas faculdades e condições em elevado grau e justo seria publicarmos aqui uma minuciosa e crítica resenha de todos os seus trabalhos acompanhada de particularizada notícia biográfica e genealógica. Não o permite a índola desta publicação nem o objectivo que tomámos em mão apresentar.

Limitar-nos-emos por isso, a render uma justa e sincera homenagem,

embora modesta, de reconhecimento e de saudade, adquiridos com o convívio de espíritos cultos desejosos de relembrem bons e evocadores tempos de antano.

Desta vetustez nos falam os próprios apelidos do evocado recordando-nos a figura do seu antepassado já hoje, unânimemente, aceita e credora do respeito e admiração de todos os portugueses e, em especial, deste formigueiro humano que vemos surgir de antigas terras de sementeira, de hortas, jardins e pomares extintos como de frescas e deliciosas molduras que, avaramente, escondiam o velho e humilde burgo da cidade alfacinha.

Do Intendente Geral da Polícia da Corte, Diogo Inácio de Pina Manique, salvador da Nação prestes a enredar-se em sangrenta luta de ideais políticos e religiosos, era o nosso confrade terceiro neto por linha varonil, razão por que vamos encontrá-lo enxerido em frondoso e frutífero tronco donde pendem escudos e nomes de ilustres famílias portuguesas.

Relembramos, tão somente, os senhores de Manique, os Condes da Ericeira, de Sarzedas, de Cantanhede e de Atouguia. Marquês de Lourical, Alcaide de Portalegre e outros ligados à Corte e à Nação pelo desempenho de cargos da maior responsabilidade e categoria.

É conhecido o *curriculum vitae* biográfico de Pina Manique, todavia, não será de mais realçar a sua actividade como zeloso funcionário da Nação e como escritor e artista. Ingressou no Exército como alferes da Arma de Cavalaria em 1912, após a frequência da Escola do Exército, curso concluído no ano anterior com a alta classificação de 16 valores.

Espírito ansioso de vasta cultura, vamos encontrá-lo no Curso Superior de Ciências Económicas e Financeiras a frequentar as cadeiras da Secção Diplomática e Consular havendo obtido a competente licenciatura em Março de 1935.

Em 1955 publica o *Diário do Governo* o decreto da sua equiparação a engenheiro civil de 1.ª classe do quadro do pessoal científico do Instituto Geográfico e Cadastral.



Luis de Pina Manique
Retrato tirado em 1944

É a este conjunto de habilitações científicas oficiais que teremos de adicionar o seu entusiasmo pelos estudos históricos que o levaram a entrar em 7 de Janeiro de 1941 na Associação dos Arqueólogos Portugueses, como sócio efectivo, aceite por unanimidade, segundo proposta do Presidente Costa Veiga e dos consócios Silva Lopes, Machado de Faria e Melo de Matos.

Aqui se salientou, mercê das suas qualidades de estudioso e de erudito, gozando sempre de óptima camaradagem fruto duma esmerada educação e nobreza de espírito.

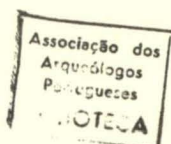
O seu interesse pela Instituição que muito honrou, contribuiu para durante anos secretariar a Secção de História e ser eleito 2.º Vice-Secretário da Direcção em 1 de Junho de 1944, com posse tomada em 24 de Julho, cargo que exerceu até 18 de Julho de 1957.

Da sua bibliografia relacionada a final salientaremos:

Subsídios para a História da Cartografia Portuguesa, impressa no Boletim do *Instituto Geográfico e Cadastral* de 1943, da qual se tirou, em separado, limitado número de exemplares.

É notável este trabalho de Pina Manique; nele reuniu e publicou valiosa e inédita documentação extraída dos arquivos nacionais, incluindo a do Ministério dos Negócios Estrangeiros, até então desconhecida do público. Não se trata apenas de meros subsídios mas de importantes elementos que mostram o desenvolvimento, vantagens e perfeição que atingiram os estudos cartográficos realizados no Instituto Geográfico e Cadastral, sendo de salientar proveitosas informações para a história das artes gráficas, em especial da Litografia em Portugal.

A falta de perfeição, de rendimento e de duração havia muito observadas na representação gráfica das Cartas Geográficas e Topográficas deu origem a reclamação do director General Filipe Folque propondo que fosse contratado um artista de grande nomeada em Paris, mestre na arte da gravura.



O sistema litográfico, vulgarmente, usado era o do simples emprego do desenho sobre a pedra que produzia efeitos mais agradáveis, especialmente no retrato, mas menos delicado e duradouro nas sucessivas tiragens. Procurou-se substituir estas deficiências pela gravura a água-forte realizada na própria pedra.

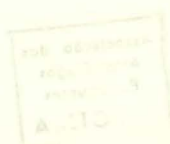
Não o disse o escritor nem a isso se referiram os historiadores subsequentes da arte litográfica entre nós, mas em 1843 a *Revista Universal Lisbonense*, dirigida por António Feliciano de Castilho, revelava a existência de um novo processo que classificava de fácil execução, posto em prática por Louis Tissier e, por isso, conhecido pelo nome de *Tissierografia*.

Roret, anos depois, no seu *Manuel de Gravure* diz ter sido seu inventor Knecht, quando a verdade é que foi o próprio Sennefelder quem primeiro conheceu o processo de litogravura, sem entrever, é certo, as vantagens e o desenvolvimento que o futuro lhe reservava.

O governo português concordou com as judiciosas observações do Director e iniciaram-se as diligências, coroadas de bom êxito, obtendo-se a aceitação por parte do mestre desenhador João Lewicki, gravador a água-forte sobre pedra, em relevo sobre zinco, litógrafo, aguarelista, pela quantia de 5000 francos anuais, acrescidos de 100 pela sua deslocação para Lisboa.

O contrato realizado entre o Estado e o artista vem, integralmente, transcrito e é do maior interesse a sua leitura e, juntamente, as cláusulas que o formam, bem como os preliminares onde aparece uma rara e curiosa relação de ferramentas e máquinas exigidas pelo artífice e adquiridas em Paris.

Lewicki foi, na opinião de Pina Manique, que teve ocasião de conhecer e apreciar grande parte dos seus trabalhos, incluindo aguarelas, além de um artista notável, um insigne mestre que, ao terminar o seu contrato de seis anos, deixou discípulos, mestres também, na arte da gravura em pedra.



Dignas seriam de salientar neste desvalioso artigo tão preciosas notícias espalhadas em toda a obra, estudando as prescrições impostas pelo artista para o bom desempenho do seu mister; todavia limitar-nos-emos a insistir com os estudiosos na leitura cuidada de toda a obra a que nos vamos referindo.

A gravura em pedra ou litogravura, obtida por processo semelhante ao seguido no metal, não despertou entusiasmo da parte dos nossos artistas, embora conheçamos alguns casos, aliás bem poucos, de estampas tiradas de gravuras abertas por este processo, mais necessário em trabalhos de grande leveza e precisão, como os das Cartas Topográficas e Geodésicas, onde se exigiam desenhos rápidos do relevo do terreno obtidos pelo emprego do taqueómetro, instrumento adquirido nessa época pela mesma Instituição.

Estes os motivos que obrigaram a contratar-se um artista especial, dispendioso, mas que os industriais resolveram substituir continuando a seguir o processo vulgar do desenho a lápis e as sombras obtidas pelo esfuminho e pelo granitado das pedras, de efeitos mais decorativos.

O Instituto não pôde limitar-se ao contrato do mestre desenhador, pois viu-se forçado a ajustar a vinda de um estampador belga João Pedro Widerkehr que já havíamos encontrado em trabalhos da litografia Belga de A. J. Fertig aqui estabelecida.

Sucedeu-lhe mesmo um discípulo de Lewicki, João Jorge de Carvalho, português considerado inegualável pelo próprio Director Folque.

São de apreciar sobremaneira estes *Subsídios* que consideramos de grande valor para a história da gravura e da litografia tanto na arte como na técnica adoptada.

Das ilustrações de que vem enriquecido o volume salientaremos as aguarelas impressas a cores, do edifício de S. Bento, de uma Carta topográfica de Lisboa de 1878 gravada em pedra de buril e uma outra corográfica, gravada a água-forte.

Do grande interesse para a história do Instituto é a aguarela pintada por Lewicki, com as dimensões de 490 × 730 mm agora impressa numa quadricromia da casa *Bertrand, Irmãos* mas aqui reduzida a 180 × 107 mm. Nela está figurada uma alegoria, assinada *Jean Lewicki 1855, à Instituição da Litografia sobre pedra*.

A composição artística forma um grande pórtico ou portada de sabor clássico rematado, superiormente, pela coroação da Rainha, por duas figuras aladas e representada num pequeno busto escultórico. No soco lê-se a inscrição: D. MARIA II e numa cartela inferior a data *14 de Abril de 1853*, em que foi assinado em Paris o contrato com Lewicki.

Todo este arranjo architectónico apresenta, em toda a largura, quatro portais que mostram, nos laterais, as dependências destinadas aos desenhadores e à direcção, e nos dois centrais, o funcionamento duma oficina em plena laboração, a que não falta o operário a accionar a roda de movimento da clássica prensa litográfica.

De pé, no solo, em frente do pórtico, estão dois grupos de pessoas; o da direita formado por quatro senhores trajando, três deles, uniformes militares e o quarto vestindo sobrecasaca e chapéu alto; no grupo da esquerda vêem-se três homens com trajos de marinheiros examinando uma grande folha de papel que um rapazinho segura.

Fora da mancha está uma legenda de data recente, tipografada: *Alegoria à Instituição da Litografia nos serviços geodésicos portugueses*. As figuras e os dizeres levam-nos a crer que a aguarela tenha sido feita em Paris podendo, todavia, considerarem-se verdadeiras algumas das effigies retratadas.

A Arte Manuelina na Architectura do Alvito. Possuidor de uma vasta cultura científica, literária e artística, Pina Manique é precioso guia para quem necessite de percorrer terras alentejanas, onde continuam a

manter-se velhas influências architectónicas escondidas entre arruinadas alvenarias e adobes.

A obra a que vamos referir-nos, baseada quer em observações directas quer noutros autores, provavelmente citados, vem enriquecer o trabalho de investigação e de crítica tornando-o fonte indispensável de consulta e de aprazível leitura.

A magnífica e copiosa ilustração que a anima e documenta é toda ela devida ao lápis fácil e vigoroso do artista que consegue imprimir-lhe suavidade, colorido e relevo inexcedíveis.

Trata-se nela da célebre e histórica vila do Alvito, ainda hoje de duvidosa proveniência etimológica, agora apresentada ¹ e iconográfica-mente retratada pela simplicidade do artista, descrita no seu estilo leve com conhecimentos técnicos que persuadem o estudioso, sem enfadar o discípulo.

A leitura deste trabalho publicado em 1949 numa edição luxuosa subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, enleva-nos e conduz-nos através da primitiva povoação e do seu curioso casario, salientando o velho Castelo, a Igreja Matriz e a pequena Ermida de S. Sebastião, tudo em mesclados estilos mourisco, manuelino e mudéjar, características das interessantes construções com suas ogivas fendidas, as ombreiras de portas e janelas puídas e emagrecidas e as soleiras enobrecidas por profundos sulcos e desniveis que documentam o perpassar implacável dos sapatorros ferrados dos séculos transactos.

O autor chama a nossa atenção traduzindo, como perito na matéria, em desenhos perfeitos e vigorosos algumas dezenas de páginas que ilustram o seu belo livro: — «casas baixas enfileiradas em compridas ruas onde o observador encontra portas de ogiva, outras de padieira recta ou

¹ Valiosa a nota de pág. 23 onde vem indicada a bibliografia sobre as origens da povoação.

golpeadas de pequenos arcos, simples ou duplos, redondos ou conopiais, de vértice direito ou revirado ou com labores figurando pontas de calibre, esferas armilares, argolas, pinhas, bolas, folhagens, quadrifólios, alcachofras e carrancas de cunhais chanfrados que terminam junto à soleira, em pontas de fita, caídas ou ondeantes ou em singelas bases de colonelos, assentes sobre modestos plintos».

Despido de aplicações estranhas ou de louçainhas de estilo afectado levanta-se o Castelo mostrando-nos o cuidado que, primitivamente, improu na sua construção de fortaleza robusta, construída por uma peça quadrangular, musculosa nos quatro cantos, onde se salientam torreões cilíndricos providos de seteiras defensivas.

A obrigatória Torre de Menagem ergue-se dominante mas revelando um acabamento recente de ameias que aliás, limitam todo o restante conjunto de muralhas e torreões.

Sobre a porta principal, em caracteres góticos, como certidão de nascimento lá vem a data de 1494 revelando o início da construção no reinado de D. João II e o acabamento no do seu sucessor D. Manuel I, destinado a defender, como sentinela vigilante, as extensas planuras alentejanas.

Sobranceira a esta legenda, em enquadramento próprio embutido na muralha, ostenta-se o escudo das armas reais portuguesas, recentemente, esfulinhado dos enxovalhos do tempo e do desleixo, tal como o encontrou o autor em diferentes visitas à vila para estudo do seu trabalho.

Este conjunto deu origem a 14 primorosos desenhos cheios de verismo e de relevo, oito deles com aspectos exteriores e os restantes de quadras e portas de comunicação das diferentes salas. Todas estas peças são dignas de observação e de estudo, mas relevamos as duas vistas norte e nascente, o Portal principal, a Escadaria no pátio, a Janela da Sala dos Veados e a Sala inferior da Torre de Menagem.

Não esqueceram ao artista pequenos pormenores como a porta manuelina de ombrais biselados, através da qual se entrevê parte do quarto habitado pelo Rei D. Pedro V nas suas jornadas de repouso no velho Castelo.

A vida faustosa decorrida durante séculos nesta velha fortaleza que por dilatados anos serviu de palácio aos Senhores de Alvito e seus sucessores, terminou com a decadência dessa vergôntea fidalga e a morte do último donatário.

E, todavia, é de presumir, como naturalmente a outros tem sucedido, que essas desventradas salas de que apenas se conservam os grandes olhos abertos sobre a paisagem, foram então decoradas de magníficas tapeçarias e razes e serviram de teatro a sumptuosas festas abrilhantadas pelas luxuosas indumentárias de damas e cavaleiros, recamadas de ouros e pedrarias e servidas por cerimoniosas librés de joelhos e dorsos flectidos sobre o pavimento tijolado.

Nos últimos anos ainda se manteve a aplicação de salas e quartos a estância de repouso dos monarcas, D. Luís e D. Carlos, embora modestamente mobilado como, em geral, o foram os paços dos nossos reis, conforme muitas vezes, tivemos ensejo de observar, após a queda da Monarquia.

Hoje, o Castelo adquirido por compra do Rei D. Manuel II, pertence à Fundação da Casa de Bragança, liberto, todavia, da cláusula usufrutuária que concedia habitação, enquanto vivo, ao último Marquês de Alvito.

Intercala-se na parte ilustrada a figuração de velhas ruas como as do *Hospital*, do *Penedo* de bem acentuado recorte regional a que não falta a interessante perspectiva da Igreja Matriz com a sua torre sineira. Na primeira das tortuosas serventias aproveitou o artista a correnteza de habitações abarracadas conservando a única sobrevivida dum portal manuelino. Na outra resolveu, para animar o local, retratar duas gentis

cachopas de vestidos curtos e cabeças defendidas por grossos chapéus iguais de largas abas.

Contraste curioso é o do portal da rua do Salvador com seus batentes abertos mostrando o interior de um pequeno estabelecimento, talvez uma botica com seu mostrador e frascaria vária.

Bem figurados se apresentam outros interiores de habitações, um no *Rossio de S. Sebastião* permitindo ver um homem e uma rapariga com um cabaz, outro na *Horta do Padre* verdadeira adaptação a uma casa rústica onde se arrecadam diferentes alfaias agrícolas.

Do velho *Pelourinho* de que o artista, muito naturalmente, quis averiguar a existência, conseguiu encontrar apenas pedras soltas e um breve mas precioso apontamento do pincel de El-Rei D. Carlos. Resolveu, por isso, aproveitar estes documentos propondo a sua reconstituição tal como vem reproduzida na estampa 33.

Simples, mas de carácter bem primitivo, é a fonte da *Rua da Cruz* defendida por dois arcos sobre os quais se levanta uma habitação de que apenas se conservam duas janelas, sem qualquer atribuição architectónica.

A observação minuciosa das cinquenta ilustrações, que enriquecem o belo volume de *A Arte Manuelina* e enlevam a sensibilidade do observador, define o artista expedito e honesto que soube juntar à beleza decorativa o valor documental, habilitando o estudioso a tirar justas e indiscutíveis conclusões da sua leitura e observação.

As próprias reproduções gráficas em moderno *offset* fazem-nos pressupor a intervenção directa do autor na extraordinária perfeição revelada na perícia dos canteiros, na vetustez das edificações e nos desgastes e fracturas provindos da acção corrosiva da natureza e do homem, revelados nas habitações humildes dos seus actuais moradores de quem, carinhosamente, vemos projectarem-se costumes e figuras dum passado tão longínquo.

O ARTISTA

Apresentamos nas páginas que antecedem o escritor e o arqueólogo, ocupando-nos apenas, de sua personalidade de artista como ilustrador da *Arte Manuelina no Castelo de Alvito*. À modéstia que toda a vida conservou do seu valor se deve, em grande parte, o silêncio que nesta actividade cultural se tem feito em volta do seu nome.

Felizmente, nem todos assim procederam e a Junta do Turismo de Cascais cedeu uma das suas salas na Arcada do Parque, para que Pina Manique desse a conhecer ao público algumas das suas produções de arte.

Foi assim que em Agosto de 1950 se realizou uma primeira exposição a que se seguiram outras três nos anos seguintes até 1954 somando um conjunto de 146 peças que vão designadas a final nos quatro catálogos publicados.

A obtenção cada vez mais difícil destas espécies biblio-artísticas como elemento primacial para conhecimento das obras de cada artista, permitindo ao estudioso analisar e identificar o seu labor vai, lamentavelmente, desaparecendo como papel inútil por carência de informações aproveitáveis.

Observações análogas deixámos registadas em diversos lugares dos nossos modestos estudos sobre arte portuguesa, regosijando-nos por vermos, ultimamente, muitos desses humildes folhetos recheados de indicações museográficas identificadoras e enriquecidos até com ilustrações mais ou menos artísticas.

O caso presente da obra de Pina Manique, exímio artista desenhador veio mostrar-nos o valor dessas modestas folhas onde se alinham apenas nomes e números, sem características identificadoras.

Uma consulta rápida dessas quatro folhas veio revelar-nos que os seus trabalhos tiveram bons apreciadores e sucessivos êxitos num meio frequentado por uma população variada e exigente.

Os assuntos predominantes são, incontestavelmente, construções architectónicas, salientando-se as alentejanas que ocupam 126 espécies da totalidade exposta e apenas 20 referentes ao Estoril, Cascais, Mafra, Leiria e Lisboa.

Em toda a obra predomina o desenho de traço firme e vigoroso, com relevo que lhe imprime uma tonificação metálica e por vezes o aveludado do *mezzotinto*. O realismo que valoriza essas produções, não inclui a delicadeza decorativa da aguarela nem uma certa afectividade que poderia parecer antagónica em assunto de tal gravidade.

Ao examinar essas velhas e por vezes arruinadas construções, o artista encontrou nelas escondidos motivos de beleza e de dilecção, onde outros teriam deparado apenas com o rigorismo da forma, da anosidade e da decrepidez dos originais.

Percorrendo agora a série dessas extraordinárias produções que, nos anos atrás indicados, tivemos o prazer de examinar na companhia do artista, compreendemos o entusiasmo e a ternura que as dificuldades da obra e o tempo nela consumido lhe haviam proporcionado. Para melhor se conceber esta sensibilidade, seria necessário observar, minuciosamente, toda a sua obra desenhada, donde além do cansaço do leitor, adviria uma quase impossibilidade de realização em vista da dispersão dos exemplares, após as exposições.

O que se encontra publicado em livro ou em postais junto com o aparecimento de quaisquer originais avulsos, justifica quanto temos exposto.

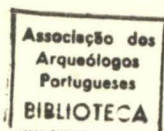
Nos temas escolhidos sobressaem as igrejas, os conventos, as capelas, e os paços reais. Nesses monumentos encontrou ele o pormenor que melhor lhe recordava uma paisagem alacre, a saudade do moribundo, a recordação espiritual dum amor divino ou humano, a ideia da liberdade ou de um isolamento perpétuo. Para isso recorreu à Janela da Casa dos Corvos em Beja, às sacadas duma rua em Marvão, à romântica janela de Lisboa em Vila Viçosa.

Os claustros tiveram especial interesse para o artista; estavam nestes casos os dos conventos da Serra d'Ossa, de S. Bento em Évora, do Paço Ducal e do Convento das Chagas de Vila Viçosa, as Portas de Moura e de Avis em Évora, de Estremoz em Vila Viçosa e a de Beja em Serpa.

Encontram bom historiador iconográfico os conventos de Nossa Senhora da Luz e da Conceição em Beja, dos Agostinhos em Vila Viçosa, e o Paço Real de Évora. Apesar de humildes, ou por isso mesmo, dedicou especial atenção às ruas do Jasmim em Cuba e do Relógio em Moura.

De grande interesse eram os desenhos figurando o Museu Castro Guimarães em Cascais como aguarela mimosa emoldurada por alto e esguio arvoredo.

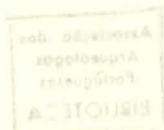
Não faltou a nota patriótica do grandioso monumento erguido em Vila Viçosa no Terreiro do Paço Ducal devido ao grande artista que foi Francisco Franco. Nele figura El-Rei D. João IV, cavalgando sobre corcel, em atitude bélica e majestática para atestar quanto lhe deve a pátria com a conservação da realeza e a integridade do território nacional.



BIBLIOGRAFIA

Seria erro grave não publicar a bibliografia da obra impressa do nosso consócio, apesar do perigo de erro ou inexactidão a que, frequentemente, está sujeito quem se propõe arar este sáfaro terreno; os próprios mestres Barbosa Machado e Inocêncio não poucas vezes prevaricaram em casos que deviam ter sido do seu perfeito conhecimento. Pina Manique deve ter dispersado os seus conhecimentos, relativos a estas matérias, em publicações periódicas que, rapidamente, desaparecem ficando, por isso ignoradas. Só o auxílio dos estudiosos poderá suprir estas deficiências indicando-nos o que for do seu conhecimento para completar futuras publicações.

- Antas do Alentejo — Uma zona Dolmênica a Norte do Distrito de Beja —* Separata do *Arquivo de Beja*, volume III, Beja, 1945.
- A Visitação da Igreja do Carmo de Beja —* Separata de *Arqueologia e História* (8.^a série), vol. IV, Lisboa, 1947.
- Notas sobre o Conselho de Cuba —* Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1934. É separata do *Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral*, vol. I.
- A Fragmentação da Propriedade Rústica —* Separata dos *Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras*, vol. III. Lisboa, 1935.
- Subsídios para a história da cartografia portuguesa —* Separata do *Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral*, vol. III.
- Iconografia sacra do concelho de Mafra, Santas Mães —* Separata do *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, n.^{os} XI e XII.
- O castelo de Mafra —* Separata do *Boletim da Junta de Província da Estremadura*.
- Plantas Topográficas de Lisboa — A colecção levada para o Brasil durante as Invasões —* Separata dos *Subsídios para a História de Lisboa e seu termo — Estudos e documentos*, vol. II, Lisboa, 1941.
- A Arte Manuelina na Arquitectura de Alvito —* Edição subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura — Lisboa, 1949.
- Carta do Marquês de Alorna a Martinho de Melo e Castro —* Separata do *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, II série, n.^{os} LV-LVI, Lisboa, 1961.
- S. Vicente de Fora — As invasões e a guerra civil na vida do Mosteiro. A propriedade rústica, Lisboa, 1934. Do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.*



BILHETES POSTAIS

Uma breve relação destas pequenas produções artísticas de que conseguimos obter notícia, auxiliar-nos-á a apreciar muitos dos desenhos que figuraram nas exposições antes referidas, servindo ao mesmo tempo de guia para os coleccionadores que possuam outras espécies e desejem completar as suas colecções. Assim ficam indicados 18 exemplares em que sobressaem motivos de Vila Viçosa e do Estoril permitindo-nos relevar a Porta dos Nós, a Janela de Lisboa e o Recanto do Terreiro visto através do gradeamento e o Claustro em Vila Viçosa; o Museu Conde de Castro Guimarães, o Farol e o Padrão do Estoril.

VILA VIÇOSA

- 1) Estátua equestre de D. João IV
- 2) Recanto da Horta do Reguengo
- 3) Porta dos Nós com a Torre sineira ao fundo
- 4) Porta de Estremoz aberta na muralha
- 5) Claustro do Paço
- 6) Recanto do Terreiro do Paço visto através do gradeamento
- 7) Janela de Lisboa com sua varanda e grade no cunhal
- 8) Claustro do Convento das Chagas, profusamente florido e arborizado
- 9) Trecho do Paço e Jardim de buxo.

ESTORIL

- 1) Forte de São Pedro da Cavadeira
- 2) Museu Conde de Castro Guimarães. Vista geral exterior
- 3) Jardim do Museu com o lago e painel
- 4) Ermida de S. Sebastião
- 5) Vista do Parque com o lago
- 6) Farol da Guia em Cascais
- 7) Padrão de D. Maria II
- 8) Parque com o Casino ao fundo.

MARVÃO

Rua da Porta da Vila.

CATÁLOGOS DAS EXPOSIÇÕES DE DESENHOS
DE LUÍS DE PINA MANIQUE

I — 26 de Agosto a 8 de Setembro de 1950, na Arcada do Parque Estoril

1 — Fonte de S. João — Rebelva	500\$00
2 — Sol da manhã no Parque Estoril	600\$00
3 — Chaminé da Quinta de Manique	500\$00
4 — Farol da Guia	800\$00
5 — Padrão de D. Maria II — Estoril	650\$00
6 — Luz da tarde no Parque Estoril	600\$00
7 — Parque e Casino Estoril	300\$00
8 — Torre do Museu Conde de Castro Guimarães	
<i>(Pertence a H. P. M.)</i>	
9 — Ermida de S. Sebastião	300\$00
10 — Jardim do Museu Conde de Castro Guimarães	300\$00
11 — Ermida de S. José — Torre (Bairro Ereira)	
<i>(Pertence ao Ex.^m Sr. José Ereira)</i>	

ALENTEJO

12 — Rua do Ulmo — Beja	300\$00
13 — Palácio Cadaval, lado da Capela — Água de Peixes	1500\$00
14 — Senhor Jesus dos Aflitos — Mértola	500\$00
15 — Palácio Cadaval, fachada da ribeira — Água de Peixes	1500\$00
16 — Portas de Moura — Beja	300\$00
17 — Rua da Capelinha — Beja	
<i>(Pertence a H. P. M.)</i>	

18 — Jardim da Quinta do Castelo — Salvada	650\$00
19 — Igreja de Santa Maria — Beja	500\$00
20 — Ponte na ribeira de Odivelas — Vila Ruiva	800\$00
21 — Cruzeiro de Nossa Senhora do Leite — Viana	600\$00
22 — Ermida de S. Sebastião — Cuba	1500\$00
23 — Na entrada do Castelo de Viana	600\$00
24 — Ponte na Ribeira do Marmelar — Vidigueira	900\$00
25 — Igreja do Convento de Santo António — Serpa	500\$00
26 — Rua da Misericórdia — Serpa	300\$00
27 — Santa Maria do Castelo — Serpa	700\$00
28 — Pelourinho de Beja	300\$00
29 — A Torre de Menagem do Castelo de Beja	500\$00
30 — Interior da Matriz de Alvito (lado da capela-mor)	350\$00
31 — Portas de Moura — Serpa	500\$00
32 — Interior da Matriz de Alvito (lado da entrada)	350\$00
33 — Fontenário do Jardim Público — Beja	400\$00
34 — Torre do Relógio — Vidigueira	300\$00
35 — Janela da Sala dos Veados de Alvito	250\$00
36 — Fachada lateral da igreja matriz de Alvito	250\$00
37 — Recanto do Castelo de Beja	250\$00
38 — Rua do Crato — Alvito	300\$00
39 — Porta na Rua do Esquível — Beja	
	<i>(Pertence a P. M.)</i>
40 — Pátio na Rua da Cruz — Alvito	300\$00

II — 1 a 14 de Setembro de 1951 — No mesmo local

1 — Igreja de Santa Maria — Beja	500\$00
2 — Pátio alentejano — Vila de Frades	450\$00
3 — Porta lateral da Igreja de S. João — Moura	450\$00
4 — Porta da Igreja da Conceição — Beja	600\$00
5 — Janela da Rua dos Mercadores — Beja	850\$00
6 — Porta principal da Igreja de S. João — Moura	700\$00
7 — Porta da Ermida do Espírito Santo — Ferreira do Alentejo	450\$00
8 — Recanto da Quinta do Castelo — Salvada	750\$00
9 — Na passagem do Guadiana — Serpa	700\$00

10 — Rua do Relógio — Moura	700\$00
11 — Entrada do Palácio Cadaval — Água de Peixes	1200\$00
12 — Chaminé da Quinta Velha — Manique de Baixo	450\$00
13 — Torre de S. Patrício — Monte Estoril	1500\$00
14 — Amoreira da Torre — Montemor-o-Novo	650\$00
15 — Ponte na Ribeira de Odivelas — Vila Ruiva	600\$00
16 — Chaminé do Caseiro da Apariça — Selmes	450\$00
17 — Rua do Jasmim — Cuba	450\$00
18 — Convento da Conceição — Beja	1800\$00
19 — Rua Cega — Vila Alva	600\$00
20 — Casal da Felismina — Trajouce	600\$00
21 — Porta de Moura — Serpa	450\$00
22 — Porta no Largo de Santa Maria — Beja	400\$00
23 — Torre da Giesteira — Évora	750\$00
24 — Fonte da Rainha (Amoreira da Torre) — Montemor-o-Novo	750\$00
25 — Claustro da Torre de S. Patrício — Monte Estoril	1300\$00
26 — Ermida de Nossa Senhora da Conceição — Alcáçovas	650\$00
27 — Pátio da Torre da Giesteira — Évora	650\$00
28 — Igreja de Santo António — Serpa	500\$00
29 — Pátio dos Rolins — Moura	400\$00
30 — Portas de Beja — Serpa	450\$00
31 — Porta na Rua dos Escudeiros — Beja	400\$00
32 — Casa quinhentista no Terreiro de D. João — Serpa	600\$00
33 — Rua da Capelinha — Beja	400\$00
34 — O Parque à luz da tarde — Estoril	600\$00
35 — Ábside da Igreja de Santa Maria — Beja	400\$00
36 — Fachada lateral do Hospital da Misericórdia — Beja	600\$00

III — 11 a 26 de Setembro de 1952 — No mesmo local

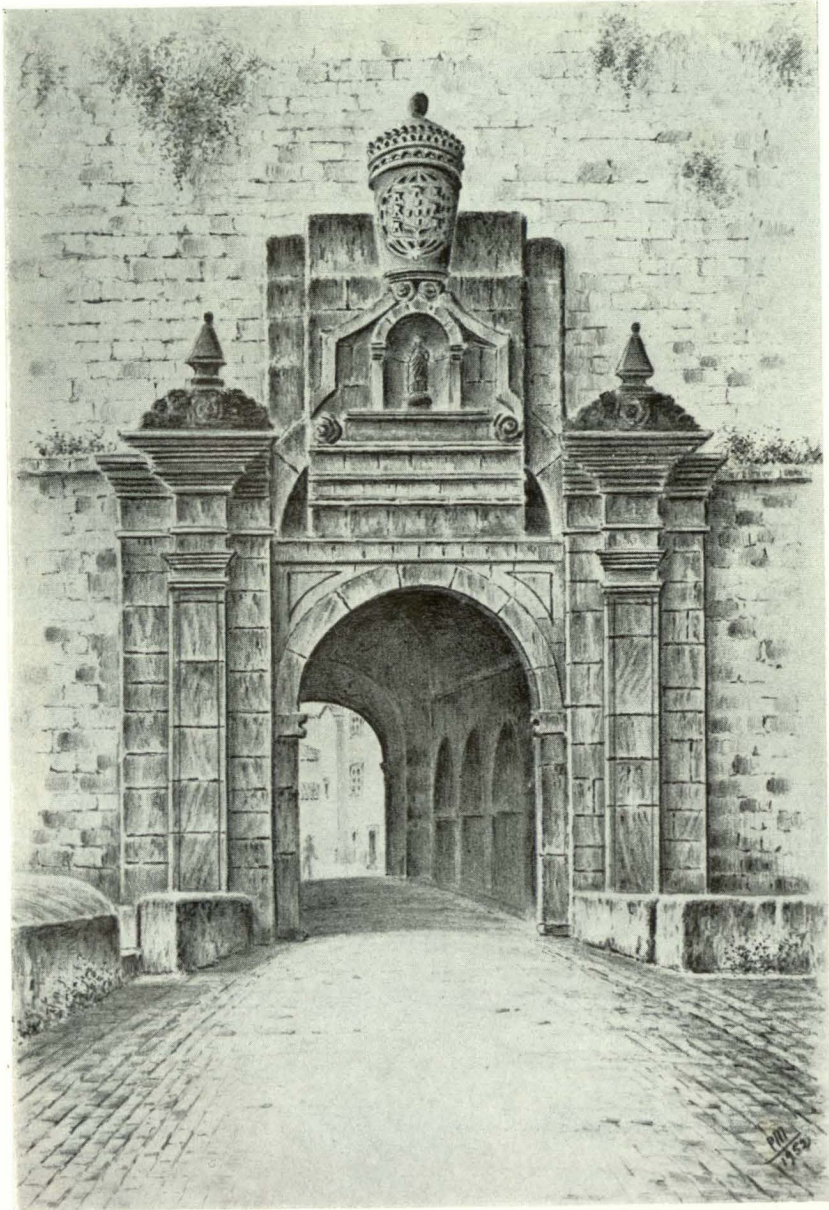
1 — Aqueduto da Prata — Évora	500\$00
2 — Janela da Casa dos Corvos — Beja	500\$00
3 — Capela dos Rolins — Moura	650\$00
4 — Casa Soure — Évora	600\$00
5 — Convento de Nossa Senhora da Luz — Borba	1300\$00
6 — Largo do Mercado — Castelo de Vide	550\$00

7 — Ermida de Nossa Senhora da Conceição — Alcáçovas	650\$00
8 — No caminho para o Castelo — Estremoz	550\$00
9 — Grade do Convento dos Agostinhos — Vila Viçosa	700\$00
10 — Claustro do Paço Ducal — Vila Viçosa	700\$00
11 — Convento da Conceição — Beja	1600\$00
12 — Igreja de Nossa Senhora de Entre Ambas as Águas — Mértola	800\$00
13 — Interior da igreja de Nossa Senhora de Entre Ambas — Mértola	450\$00
14 — Paço Real de «apar de S. Francisco» — Évora	1500\$00
15 — Interior da Igreja de Nossa Senhora da Anunciação — Viana do Alentejo	700\$00
16 — Monumento a D. João IV — Vila Viçosa	650\$00
17 — Fachada do Paço Ducal sobre os jardins — Vila Viçosa	600\$00
18 — Casaria na crista da muralha — Mértola	1500\$00
19 — Esquina da Janela de Lisboa — Vila Viçosa	500\$00
20 — Lago do Jardim do Bosque — Vila Viçosa	500\$00
21 — Travessa da Caraça — Évora	400\$00
22 — Porta da Igreja de Santa Cruz — Almodôvar	400\$00
23 — Portas de Moura — Évora	650\$00
24 — Claustro de S. Bento de Castris — Évora	600\$00
26 — Claustro do Convento de S. Paulo — Serra de Ossa	700\$00
27 — Torre do Relógio — Mértola	600\$00
28 — Porta da ermida de Nossa Senhora da Rocha — Cuba	400\$00
29 — Rua do Espírito Santo — Marvão	400\$00
30 — Rua da Galhofa (norte) — Castelo de Vide	400\$00
31 — Portas de Avis e ermida de Nossa Senhora do Ó — Évora	550\$00
32 — Portas de Estremoz — Vila Viçosa	600\$00
33 — Rua da Galhofa (sul) — Castelo de Vide	400\$00
34 — Portas da Igreja de Nossa Senhora da Assunção — Garvão	500\$00
35 — Janelas de sacadas da rua do Espírito Santo — Marvão	400\$00
36 — Portas de Beja — Serpa	500\$00

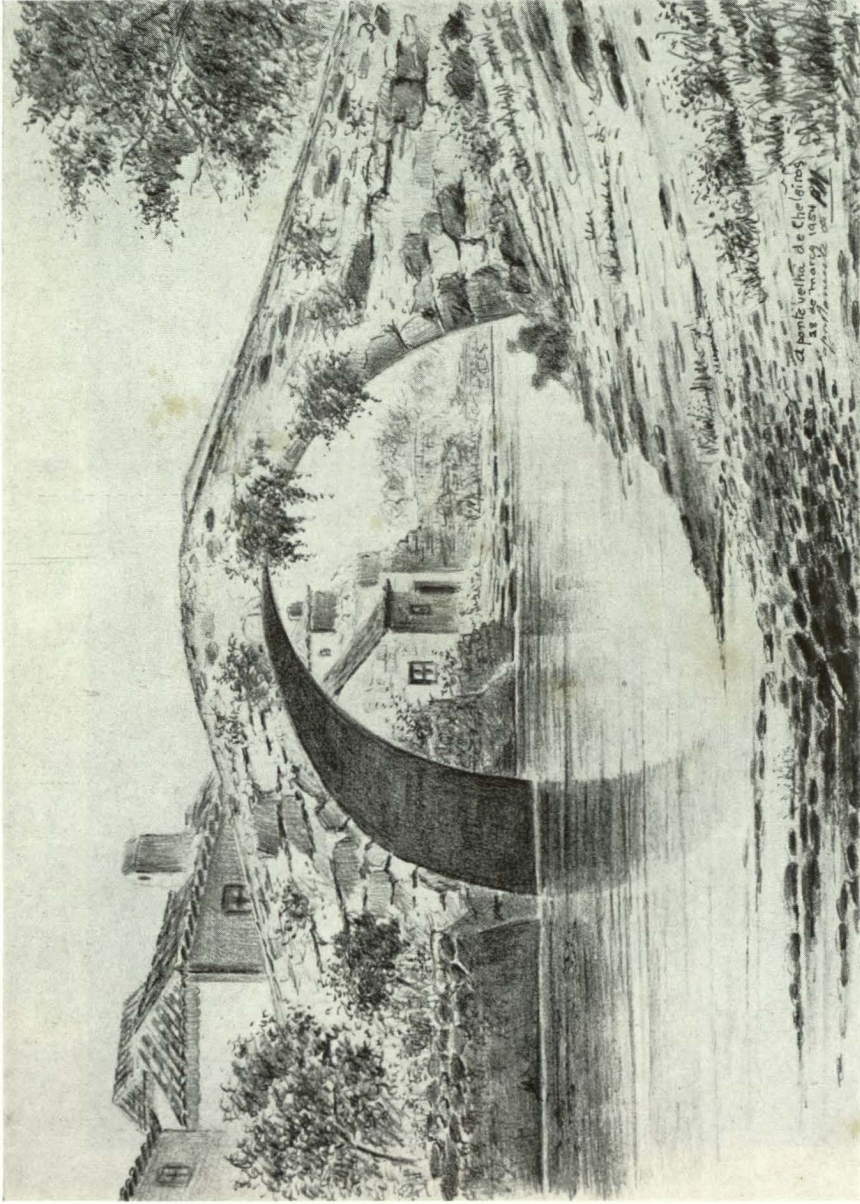
IV — 19 a 25 de Setembro de 1954 — No mesmo local

1 — Chaminé alentejana — Selmes	400\$00
2 — Capela dos Rolins — Moura	500\$00
3 — Antiga Casa da Câmara — Castelo de Vide	600\$00

4 — Ponte no Ponsul — Idanha-a-Velha	550\$00
5 — Nossa Senhora da Luz — Borba	1300\$00
6 — Estrada do Coimbrão — Monte Redondo	550\$00
7 — Paços do Concelho — Marvão	550\$00
8 — Porta dos Nós — Vila Viçosa	850\$00
9 — Rua do Espírito Santo — Marvão	650\$00
10 — Conventinho (Nascente) — Arrábida	450\$00
11 — Estrada de Água de Peixes — Vila Ruiva	650\$00
12 — Claustro Real — Batalha	2000\$00
13 — A velha ponte — Cheleiros	550\$00
14 — Portas de Moura — Beja	600\$00
15 — Rua do Relógio — Moura	500\$00
16 — Porta de Santa Catarina — Estremoz	450\$00
17 — Portas de Beja — Serpa	450\$00
18 — Igreja do Castelo — Viana do Alentejo	1700\$00
19 — Conventinho (Poente) — Arrábida	400\$00
20 — Um aspecto do Castelo — Leiria	550\$00
21 — Lugar da Carvoeira — Mafra	350\$00
22 — Porta de S. Pedro — Castelo de Vide	800\$00
23 — Pátio da Casa de Fialho — Cuba	600\$00
24 — Convento da Conceição — Beja	1500\$00
25 — Recanto do Paço Ducal — Vila Viçosa	600\$00
26 — Rua da Porta da Vila — Marvão	750\$00
27 — Porta de Avis — Évora	500\$00
28 — Casa Soure — Évora	500\$00
29 — Na encosta da ribeira — Carvão	300\$00
30 — Emida do Espírito Santo — Igreja Nova	450\$00
31 — Casais em Paço de Belmonte — Mafra	450\$00
32 — Beco de Santa Helena — Lisboa	700\$00
33 — A fonte velha da Calçada — Vila Ruiva	600\$00
34 — Igreja de Nossa Senhora da Assunção — Garvão	450\$00



Portas de Vila Viçosa — Estremoz



Ponte Velha de Cheleiros, no concelho de Mafra
Apontamento feito por Luís de Pina Manique

EPIGRAFIA PORTUGUESA NAS ILHAS
BERMUDAS, 1543

por

João Vidago

Associação dos
Arqueólogos
Portugueses
BIBLIOTECA

EPIGRAFIA PORTUGUESA NAS ILHAS BERMUDAS, 1543

ENTRE os muitos vestígios da intrusão dos navegantes portugueses nos mares e domínios ultramarinos de Castela, destacaremos um que nos parece muito interessante pelas considerações que podem formular-se a tal respeito.

Trata-se duma inscrição aberta num rochedo das ilhas Bermudas e que supomos desconhecida em Portugal. Não nos surpreende o facto porque é apenas o reflexo da indiferença com que de maneira geral se tratam os problemas históricos relativos a casos passados em terras estranhas e entre gentes alheias. Isto é tão verdade com relação aos nossos historiadores, desinteressados de semelhantes actividades, como para com os mesmos ingleses, que tampouco se preocupam com os factos anteriores à sua ocupação e colonização daquelas ilhas. Tanto assim que o autor onde encontramos notícia desta epígrafe, limita-se a dizer o seguinte, que traduzimos textualmente:

«O lugar parece ter sido escolhido de maneira fortuita, e quanto ao motivo porque aparece ali tal inscrição não se encontram notícias algumas» (1).

¹ HENRY WILKINSON, *The Adventurers of Bermuda*, Londres, 1933, pág. 24.

Frente a esta página, havia intercalada «hors-text» uma reprodução da referida inscrição, mostrando uma data, 1543, uma Cruz de Cristo, de braços alongados, tal como as que se podem ver em alguns exemplares cartográficos da mesma época, e duas letras um pouco apagadas e por conseguinte de difícil interpretação.

Desejando obter a confirmação da suspeita que logo nos despertou a presença duma Cruz de Cristo em semelhantes paragens, pedimos, por intermédio de pessoas amigas, uma fotografia recente assim como a autorização necessária para reproduzi-la, como complemento do artigo que este achado nos sugeriu. Atendidos com a maior deferência pelas autoridades competentes, tivemos assim ocasião de verificar que o estrago das letras havia aumentado bastante no espaço de tempo entre a data da publicação da obra a que devíamos a notícia da sua existência e a das fotografias agora em nosso poder. Além de outros arranjos, provavelmente com fins turísticos, tem-se a impressão de que as duas letras e a Cruz de Cristo foram esvaziadas das suas partes reentrantes, apresentando cavidades que na gravura da obra em referência podemos considerar intactas na data respectiva.

Não nos foi difícil estabelecer a relação entre esta epígrafe e o facto histórico a que deveria a sua origem. Tínhamos já, entre os nossos apontamentos, cópia dum capítulo que o cronista Oviedo y Valdés dedica «ao maravilhoso caso duma nau portuguesa que com trinta homens a bordo deixou o porto de Santo Domingo para voltar a Portugal e com tormenta veio dar sobre a ilha da Bermuda onde naufragou salvando-se a tripulação pela graça de Deus» (2). Eis, um pouco resumida, a narrativa de Oviedo a respeito deste sucesso. Diz o autor que presenciou, no porto de Santo Domingo, a saída de sete embarcações diversas, no dia

² OVIEDO Y VALDÉS, *Historia General y Natural de las Indias*, livro 5, cap. xxvi (pág. 577, vol. IV, ed. 1855).

20 de Julho de 1543, com bom tempo. Entre estes havia uma nau portuguesa que ali viera fazer negócio e regressava em lastro. Em tais condições, pronto se viu separada do comboio e sete ou oito dias depois foi assaltada por ventos rijos do Norte, o que os obrigou a amainar as velas grandes, conservando apenas dois papafigos para aguentar a navegação. Ao cabo de uns dias nesta situação, um dos pilotos, Amador Gonçalves, natural de Lisboa, e única pessoa a quem Oviedo cita pelo seu nome em toda a narrativa, pressentiu a vizinhança de terra na escuridão da noite e por conseguinte o perigo em que se encontravam. Recomendou ao outro piloto que amainassem ou melhor ainda que se fizessem na volta do mar, até que a luz do dia lhes permitisse conhecer onde se encontravam. Enquanto se dividiam as opiniões a respeito da conveniência de tal manobra, o navio deu algumas fortes pancadas sobre as agudas pontas dos rochedos na parte norte da ilha e ali ficou, sem possibilidades de poderem safá-lo. Assim o verificaram com a luz da manhã, deliberando-se lançar o batel à água, a fim de reconhecer a terra distante, para cujo efeito tiveram de remar cerca de quatro léguas. Uma vez acalmada a tempestade, reuniram conselho, conforme determinavam os regimentos marítimos da época, e todos concordaram que se devia voltar ao navio para recuperar tudo o que se pudesse salvar.

Isto necessitou cerca de trinta viagens entre a terra e a nau, até que conseguiram pôr a salvo as provisões e palamenta, assim como o velame e respectivas vergas. A nau foi arrasada dos castelos, de maneira a não poder servir a ninguém, e em pouco se submergiu por completo.

Encontraram na ilha abundância de pássaros, palmitos e muito peixe fácil de apanhar, o que lhes permitiu aforrar os mantimentos próprios para a viagem de regresso. Com a madeira trazida de bordo e o muito cedro da ilha, construíram uma barca na qual voltaram a entrar no porto de Santo Domingo, a 2 de Novembro de 1543, após quatorze dias de viagem. Uma vez mais, encontrava-se presente o mesmo Oviedo, o qual consigna a admiração geral pela boa sorte dos portugueses, visto

que todos os trinta homens voltavam sãos e salvos depois de semelhante precalço.

Estabelecida assim a correlação entre a epígrafe e o facto histórico que lhe deu origem, resta-nos examinar os elementos que nela figuram. Se a data é explícita por si mesma, a Cruz de Cristo, ainda que mutilada, a julgar pela fotografia junta, parecia tão evidente aos próprios escritores ingleses que assim o afirmam, embora sem a definir de maneira particular, como nós o fazemos. Para as letras não é tão fácil estabelecer uma interpretação definitiva, pois estão já bastante apagadas, para não dizermos estropeadas. Considerando que reinava em Portugal, nesse ano, D. João III, a interpretação mais provável deverá ser a de um *J* e um *R* unidos numa só letra, como era corrente em muitas inscrições ⁽³⁾. Neste caso, corresponderiam a «*JOANNES REX*» e, por conseguinte, deveria ler-se, com as letras desdobradas:

JR ✕

1543

Tendo permanecido na ilha cerca de sessenta dias, esta epígrafe não era portanto um simples passatempo de marítimos despreocupados. Pelo contrário, assumia todas as características duma reivindicação portuguesa sobre a ilha.

Mas qual ilha? As nossas possibilidades actuais para a exacta determinação matemática de coordenadas geográficas faz-nos esquecer as deficiências inerentes aos meios de que se podia dispor naquela época e leva-nos à tendência de ridicularizar as opiniões e conceitos que os mareantes se viam obrigados a formular como consequência dos meios

³ Leitura sugerida pelo Ex.^{mo} Sr. António Machado de Faria, Secretário da Academia Portuguesa de História, a quem agradecemos a sua amável cooperação neste ponto.

e recursos ao seu alcance. Considerando que o cálculo da longitude dum ponto qualquer em pleno Oceano era, e foi ainda por muito tempo, um problema não resolvido não devemos surpreender-nos com certas noções que hoje apelidamos de mitos geográficos. Os homens do mar, ao defrontar-se com uma ilha isolada, nem sempre a localizavam de maneira correcta e, as mais das vezes supunham ter efectuado um descobrimento.

Embora a narrativa de Oviedo se refira à Bermuda, não podemos estar certos do que teriam pensado os nossos compatriotas a respeito do lugar em que haviam naufragado. Poderiam imaginar-se na ilha da Garça, que até bem entrado o século XVII aparece representada nos mapas europeus como uma entidade geográfica à parte do grupo das Bermudas. Esta ilha situava-se na zona de delimitação portuguesa e por tal motivo foi objecto de doação de D. João III, em 1522, a um dos Corte-Real, em lembrança dos serviços prestados por esta família nos descobrimentos na parte ocidental do Atlântico. Não insistiremos porém neste ponto, considerando que a intenção do nosso artigo é só a de dar a conhecer a epígrafe em questão.

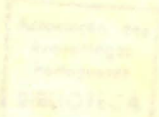


A inscrição portuguesa no seu estado actual

A MORTE DO INFANTE D. FERNÃO SANCHES
CONTADA NO SEU TÚMULO

por

José Maria Cordeiro de Sousa



A MORTE DO INFANTE D. FERNÃO SANCHES CONTADA NO SEU TÚMULO

NUMA das antigas capelas colaterais da profanada igreja conventual de Santa Maria do Carmo, que hoje servem de salas de exposição do museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, está o túmulo do Infante D. Fernão Sanches, filho bastardo do Rei D. Dinis.

Esse túmulo foi encontrado na demolição de uma parede interior do convento de S. Domingos em Santarém e é tradição que primitivamente estivera numa desaparecida capela da invocação do Rosário de Nossa Senhora da Oliveira, fundada no ano de 1222 junto ao local onde veio a ser construído o convento.

Por motivos que não se conhecem, mas em época não muito remota, ocultaram-no na espessura de uma parede, não hesitando ante a feia barbaridade de abrir dois largos roços na face historiada, para poder entrar neles o tardo das ombreiras de uma porta que fora antes entaipada.

Ora, esse baixo-relevo tão inconscientemente mutilado era, no dizer de um notável professor de História de Arte, «escultura da melhor que possuímos do século XIV».

*

*

*

Certo dia, pelos anos de 1866, o architecto-arqueólogo Joaquim Possidónio Narciso da Silva, nas suas beneméritas andanças pelos velhos e desprezados monumentos de Santarém, deparou com este túmulo ao abandono nas ruínas do convento dominicano.

Embora não lhe sobrasse o tempo para demoradas investigações, e o natural entusiasmo do achado não o levasse a atentar no brasão de armas do defunto, que aliás se repete cinco vezes no rebordo da tampa, mas cuja reprodução poderia ter encontrado num dos grossos volumes da História Genealógica da Casa Real, e a inscrição tumular, muito desfeita, a tivesse por ilegível; logo fez transportar o curioso sarcófago para o incipiente museu da então Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes.

Ignorava quem teria abrigado aquella formosa arca tumbal, mas era necessário salvá-la do vil destino da de D. Francisco de Almeida, que, vazia da nobre ossada, fora servir de bebedeiro a cavalos atacados de mormo, como nos conta Ramalho Ortigão, ou da de S. Frei Gil, hoje perdida depois de ter sido utilizada para amassadoiro de cal em obras camarárias!

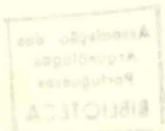
Talvez tivesse pertencido a um Infante D. Sancho, como parecia dizer o epitáfio, e com essa atribuição figurou largo tempo no catálogo do Museu do Carmo.

Só muitos anos andados, em 1923, foi decifrado o letreiro que diz assim:

AQI IAZ DO M SANC ...

Aq(u)i iaz do(m Ferna)m Sanc(hes)...

e por ele identificado o jacente.



*
*
*
É um belo túmulo do século XIV, de calcário cinzento, medindo aproximadamente 2^m,20 × 0^m,90 × 0^m,65.

A arca é historiada em três das suas faces, o que nos revela a situação primitiva ao abrigo de um arco-sólio cavado na parede.

Sobre a tampa jaz em decúbito lateral, posição única nos jacentes portugueses, a figura de um homem cuja cabeça, protegida por um docelete de arcadas góticas, assenta em duas almofadas, uma pelo menos, com borlas acantoadas. Tem os olhos fechados e a face descansa com naturalidade sobre a palma da mão direita como estando adormecido. O cabelo, em franja na testa, cai-lhe pelos lados e a barba é comprida e frisada, como então seria costume usá-la, pois assim a trazem as estátuas tumbais da Sé olisiponense, todas desta mesma centúria. A espada tem-na ao lado na bainha envolta na correia de suspensão.

Quanto à fidelidade na reprodução fisionómica do Infante, não pode merecer-nos confiança: «a estatuária tumular até o século XIV, e mesmo durante ele, não fixa as feições do defunto», como já disse algures.

Os jacentes masculinos, de nobre presença, rostos serenos e graves, geralmente barbados, assemelham-se todos entre si. Devemos considerá-los, sim, como documentos indispensáveis para o estudo da indumentária medieval.

Veste uma comprida túnica que lhe chega aos pés calçados em grossas balugas onde afivelam as correias dos acicates, e cobre-se com um manto que, em amplas pregas, lhe pende do ombro direito pelas costas e apanha com o antebraço esquerdo, deixando a mão a descoberto.

Estas túnicas, informa Racinet, vestiam-se sobre a camisa, tinham mangas justas e apenas uma abertura para enfiar a cabeça. Eram aper-

tadas com um cinto e usavam-nas assim compridas os velhos e as pessoas de maior categoria, como neste caso, o Infante.

O manto, também chamado *manto lobeno*, era uma capa longa, «capa quia totum hominem capit», no dizer de Santo Isidoro de Sevilha, e fez sempre parte da indumentária mediéfica.

Aos pés do jacente vela um alão, já decapitado, que representa a Fidelidade. Seguir-se-ia, porventura, ainda no extremo da tampa, a delicada figurinha do Anjo que transporta na toalha a alma nua do tumulado, representação enternecedora que teve origem, segundo Virgílio Correia, na escultura tumular francesa do século XIII, e aqui terá sido sacrificada, como parece acusar o aspecto da pedra.

Dois Anjos turibulários de longas vestes, mas já bastante mutilados, alongam-se por detrás da figura mortuária.

Após tantas malfeitorias sofridas por este túmulo, durante tão longa idade, terão desaparecido os suportes em que as fauces ameaçadoras de dois leões, representavam a bravura do defunto.

No facial da cabeceira, a arca ostenta um Calvário. Sob três arcos em ogiva Cristo crucificado, com o corpo contorcido sobre o lado esquerdo, os pés sobrepostos e um cendal que Lhe chega aos joelhos, está entre a Virgem e o Discípulo Amado que apoia a face na mão direita em atitude dolorosa e com a esquerda segura um evangelário.

Cum vidisset ergo Jesus matrem et discipulum stantem quem diligebat, dicit matri suae: Mulier, ecce filius tuus. Deinde dicit discipulo: Ecce mater tua.

No facial dos pés, sob idênticos arcos em lanceta, vemos uma encantadora Anunciação. O Arcanjo Gabriel de ampla roupagem, dirige-se a Maria que esboça um gesto com a mão direita.

Fiat mihi secundum verbum tuum.

Cobre-lhe a cabeça o véu, ou toalha, e o ventre tem-no elevado, posição com que o imaginário quis representar «aquela deformidade sacrossanta que abriga um Deus», como diria o Prof. João Barreira.

Entre ambas as figuras há uma grande albarrada de açucenas, símbolo da Castidade.

Na face longitudinal do sarcófago reproduz-se uma cena de montaria que sabemos passar-se nos campos de Almeirim: Um cavaleiro que bem pode ser o Infante D. Fernão Sanches, com o seu falcoeiro, os seus moços de monte e a matilha dos seus sabujos, ataca com a lança um corpulento javardo. A fera, sentindo-se ferida, parece arremeter contra a montada do caçador, cortando-lhe os jarretes com as fortes e aceradas *navalhas*.

Os moços de monte, ante o perigo, fogem para cima de umas azinheiras que havia por aqueles locais, e um deles chama os restantes de que se haviam afastado, com o rouco businar do seu halali. Um monteiro de pé colocado no baixo-relevo, ao que parece, em lugar de certo destaque, e trazendo inclinada sobre o ombro esquerdo uma áscoma, ou lança do peão, pode talvez querer mostrar-nos o destemido matador do bravo animal.

É, pois, lícito supor que, prostrado por terra o cavalo, e com ele o cavaleiro, a fera se tenha lançado sobre o Infante, dizendo-nos a tradição que lhe esfacelara uma perna. E sem possibilidade de socorro naqueles sítios então ermos, ter-lhe-á sobrevivido a fatal hemorragia provocadora da morte.

O malogrado Infante fora casado com D. Froilhe Anes, filha do nobre senhor Dr. João Rodrigues de Briteiros e de sua mulher D. Guiomar Gil, mas não houvera descendência.

*
* *
*

Silva Leal e Possidónio da Silva, foram quem primeiro julgou ver representado no baixo-relevo do sarcófago escalabitano o desastre de

Almeirim e houve até quem aventasse que a estranha posição da estátua jacente tivesse por fim ocultar a horrenda mutilação da perna do Infante.

Há, no entanto os que afirmam, não sei com que fundamento, que Fernão Sanches se finara no lugar de Recardães que o Rei seu pai lhe doara em 1294, no julgado do Vouga.

Mas, sendo assim, porque o terão tumulado em Santarém?

É geralmente sabido que outro filho do Rei D. Dinis, o conde D. Pedro de Barcelos, sepultado na igreja conventual de S. João de Tarouca, e até sua mulher D. Branca de Sousa, cujo túmulo foi transferido para Lamego, têm nos seus moimentos cenas venatórias, o que bem pode ser considerado uma *moda* mediéfica. Mas este baixo-relevo é tão pormenorizado, que nos leva a crer na veracidade da tradição do desastre que, à volta do ano de 1327, causou a morte do desditoso Infante nos ridentes campos de Almeirim.

BIBLIOGRAFIA

POSSIDÓNIO DA SILVA, *O sarcófago de D. Afonso Sanches*, em «Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses», vol. III, pág. 169.

LAURIÈRE, *Souvenirs archéologiques du Portugal*, em «Bol. mon. d'archeol» vol. 6.º, pág. 617.

ESTEVES PEREIRA, *Livro da montaria de D. João I — Apêndice IV* — Artigo reproduzido in «Revista de Arqueologia», vol. I.

DORNELAS, *A heráldica no Museu do Carmo*, em «Boletim da Associação dos Arqueólogos», vol. XIII, pág. 158 e in «História e Genealogia».

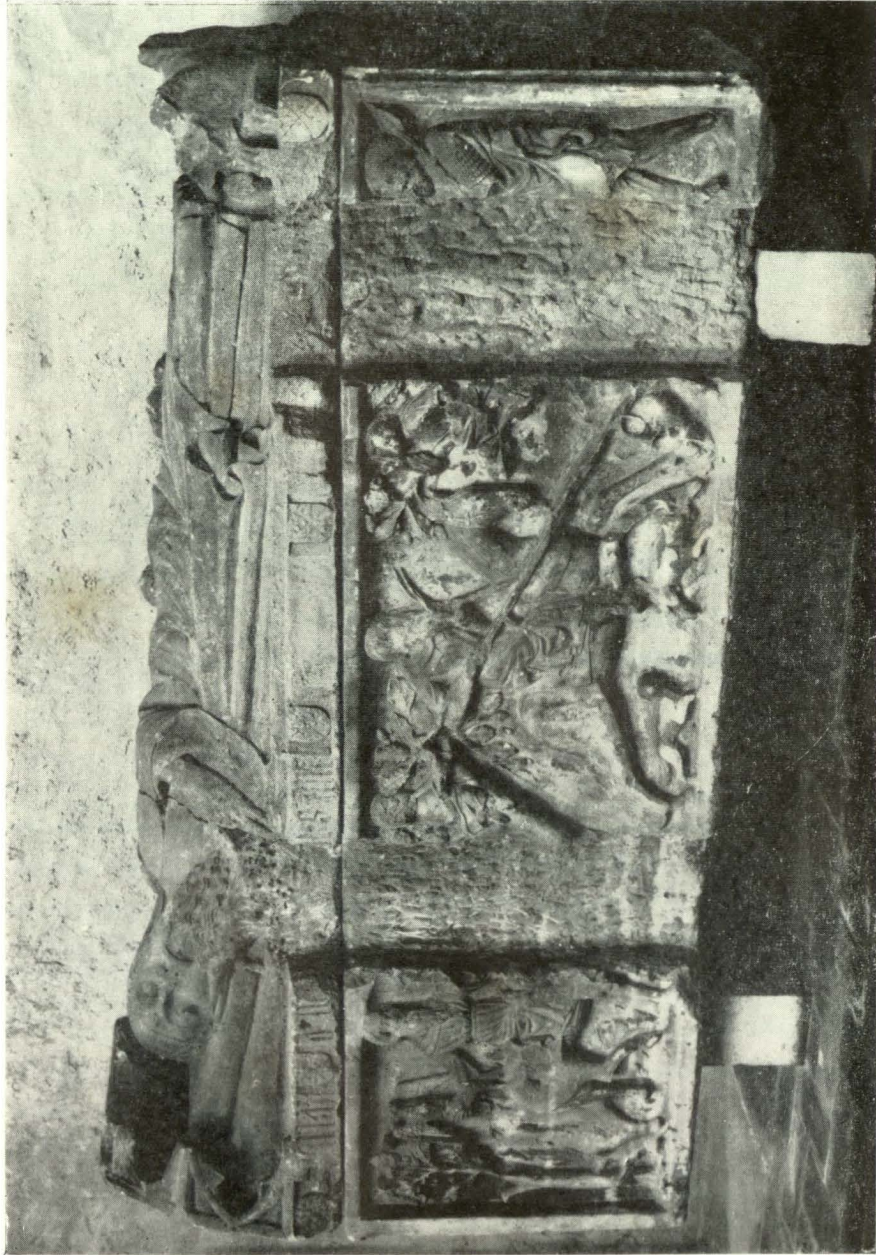
VERGÍLIO CORREIA, *Três túmulos*, pág. 73.

CORDEIRO DE SOUSA, *Inscrições portuguesas do Museu do Carmo e Contribuição para uma ementa dos jacentes portugueses*.

DIOGO DE MACEDO, *Iconografia tumular*, pág. 25.

História de Portugal (Barcelos), vol. II.

A gravura que ilustra este trabalho foi feita sobre fotografia do Senhor Alberto Augusto de Abreu Nunes.



Túmulo de D. Fernão Sanches.

INFORMAÇÕES

Extractos das Actas das Sessões

da

Assembleia Geral

Secção de Pré-História

Secção de História

Comissão de Heráldica e Genealogia

Comissão de Numismática e Sigilografia

Noticiário

Relatos dos jornais

Movimento de sócios

Extractos das Actas das Sessões

ASSEMBLEIA GERAL

Mesa eleita em 12 de Julho de 1963

- Presidente — *Doutor D. Fernando de Almeida*
1.º Vice-Presidente — *Dr. João Couto*
2.º Vice-Presidente — *Ten.-cor. Afonso do Paço*
Secretário-Geral — *António Machado de Faria*
1.º Vice-Secretário — *Dr. Joaquim Alberto Iria*
2.º Vice-Secretário — *Joaquim Correia*

*

16 de Janeiro de 1964 — Comunicação do sócio efectivo Dr. Eduardo da Cunha Serrão acerca de «Um pequeno museu arqueológico regional». Falou do significado do museu arqueológico inaugurado em 28 de Maio de 1960 no castelo de Sesimbra, o qual contém materiais recolhidos no mesmo castelo e noutros sítios da região sesimbrense (grutas, necrópoles e estações de superfície), de cuja organização foi encarregado pela Câmara Municipal.

Relatou as origens do museu, fez considerações de carácter museológico e, por meio de projecções, mostrou as principais peças nele expostas, na maioria pré-históricas, dos tempos finais (neolítico, calcolítico, bronze argário e bronze atlântico), das idades do ferro e lusitano-romano, e de várias épocas históricas. Dos últimos

tempos possui interessante colecção numismática, formada por exemplares encontrados quase na totalidade no castelo e em uma gruta próxima (Lapa do Fumo) e valiosos exemplares de pintura sobre madeira e esculturas religiosas dos séculos XV, XVI e XVIII.

O museu é mantido pela Câmara Municipal de Sesimbra e pela Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra.

20 de Fevereiro de 1964 — Pelo Dr. Gabriel Rocha Souto foi lida uma comunicação relativa a «O selo do Município de Setúbal», o qual, depois de explicar a razão deste estudo, descreveu o selo e referiu-se aos selos dos documentos como peças de valor histórico, nos quais os brasões de armas mostram evolução.

Referiu-se ao incêndio nos Paços do Concelho de Setúbal em que se perderam as matrizes dos selos municipais antigos e, também os selos existentes no arquivo; aludiu, ainda, à abolição das antigas bandeiras municipais, consideradas representações ligadas ao antigo regime e falou da criação de novas bandeiras e selos concelhios, que abrangem todos os municípios do País.

Fez considerações acerca do selo do concelho de Setúbal, tomando por base as variantes conhecidas e mencionou algumas obras impressas e documentos que se lhes referem. Por último, tratou do parecer da Associação dos Arqueólogos Portugueses relativo à constituição das armas, bandeira e selo do mesmo concelho.

19 de Março de 1964 — O Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo fez uma comunicação intitulada «Sigilografia, entrevista com a Idade Média», na qual procurou mostrar como esta ciência auxiliar da História fornece informações precisas, objectivas, sempre datadas. Aludiu aos elementos sobre a arquitectura, arte em geral, traje, costumes, instituições, actividades económicas, tipo de letra e linguística, e cristianização de motivos pagãos, que o exame dos selos medievais apresenta em grande número. Mencionou, também, os materiais das matrizes sigilares e selos.

A comunicação foi ilustrada por uma pequena exposição de moldagens de selos medievais, da colecção do mesmo sócio.

António Machado de Faria falou da destruição recente de um templo quinhentista para em seu lugar se construir outro de arquitectura moderna, em Quinchães, freguesia de Monte Córdova, no concelho de Santo Tirso. Referiu-se, também, à falta de respeito havida em edifícios antigos de carácter vario, nos quais se não pouparam, ao proceder a obras de restauro e de beneficiação, elementos archi-

tectónicos, lápidas com inscrições, campas e brasões de armas, retirados dos próprios lugares, sem serem, na maior parte, recolhidos em museu e privarem deste modo os estudiosos dos subsídios que tais elementos poderiam fornecer se estivessem nos lugares próprios ou se se soubesse quais ocupavam.

Propôs o referido sócio que se chamasse a atenção das entidades responsáveis pelas obras desta natureza, a fim de se evitar a repetição dos casos mencionados.

16 de Abril de 1964 — Informou o Doutor D. Fernando de Almeida acerca de um Colóquio efectuado em Espanha havia poucas semanas, por iniciativa do Centro National de Recherche Scientifique, do Ministério da Educação Nacional, de França, que nele participaram entidades de destaque tanto de França, como de Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, etc., as quais durante quatro dias se dedicaram, em volta de uma mesa redonda, à história dos quatro imperadores romanos de origem hispânica: Trajano, Adriano, Teodósio e Máximo. Os relatórios eruditos a que deram lugar aparecerão brevemente em volume. Pôs o mesmo Senhor em destaque o interesse destas reuniões, indicando-as como caminho a seguir pela Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Decidiu-se fazer em Abril de 1965 um Colóquio sobre o Campaniforme, convidando arqueólogos especializados no assunto.

O Ten.-cor. Afonso do Paço leu uma comunicação intitulada «Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Loulé: I — Vila romana do Cerro da Vila, Loulé Velho e Quarteira submersa», trabalho feito de colaboração com o consócio Eng. José Farrajota.

Disse como identificaram a vila romana do Cerro da Vila, situada nas imediações da Quarteira, e servindo-se de diapositivos mostrou os materiais arqueológicos recolhidos à superfície do solo ou nas leiras abertas pelo tractor. Falou dos restos de dois belos mosaicos cortados em bocados nas últimas lavouras, dos quais existem só dois fragmentos. A vila romana identificada devia ter atingido o seu maior esplendor nos últimos séculos do Império, a julgar pelos subsídios ministrados por uma moeda. Nas suas imediações verificou-se a existência de uma barragem que abasteceria de águas todo o conjunto agrário.

Ocupou-se de Loulé Velho, situado a Leste da Quarteira, onde o mar destrói pouco a pouco o que existe de um povoado e de uma instalação de indústria de conservas de peixe, de que são testemunhas algumas cetárias esventradas e outras construções.

Falou, por último, do que corre na Quarteira acerca das construções romanas submersas, situadas defronte da povoação, as quais teriam sido destruídas, em parte,

a dinamite por um barco da nossa marinha de guerra à volta de 1930, a pedido dos pescadores, por lhes estragarem as redes.

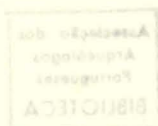
O Dr. Leonel Ribeiro acerca da comunicação deu informação das observações arqueológicas que fez no Algarve, assim como das inscrições ibéricas, assunto de grande actualidade na opinião de Gomez Moreno, e disse que as inscrições pré-romanas do Alentejo e do Algarve são das mais antigas do Mundo.

21 de Maio de 1964 — O Dr. Eduardo da Cunha Serrão fez uma comunicação acerca dos «Métodos de escavações arqueológicas», referindo-se pormenorizadamente aos sistemas a que devem obedecer as escavações em povoados pré-históricos, monumentos funerários, grutas necrópoles, construções de planta poligonal e circular, etc. Manifestou-se adepto dos sistemas usados por notáveis arqueólogos ingleses, visto a Inglaterra estar na vanguarda da Arqueologia e, por meio de projecções, exemplificou os sistemas preconizados, mostrando fases de escavações efectuadas na Índia por Sir Mortimer Wheeler, no Canadá em jazidas de antigos esquimós, numa gruta (Russel Cave) dos Estados Unidos da América e em explorações submarinas no Mediterrâneo.

Acerca das estações portuguesas onde escavou, em algumas com a colaboração de Eduardo Prescott projectou diapositivos que registaram os métodos empregados e expressivas diferenciações stratigráficas notadas no povoado eneolítico da Parede (Cascais), em dois monumentos pré-históricos situados na Serra de Olelas (Sintra), nas ruínas medievais do castelo de Sesimbra e na Lapa do Fumo, esta última notável necrópole pré e proto-histórica do concelho de Sesimbra, que, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, está a escavar.

18 de Junho de 1964 — Com o título de «Uma tentativa de reconhecimento de possíveis memórias lancastrinas na heráldica peninsular» fez o Marquês de São-Paio uma comunicação. Traçou largamente o panorama político da Península Ibérica (os interesses e as rivalidades dos reinos de Castela, Aragão, Navarra, Portugal e Granada) à morte do Rei de Castela D. Afonso XI e ascensão ao trono de seu filho D. Pedro I, analisando a política interna desta e a oposição levantada contra ele por um grupo de magnates castelhanos chefiados por seu irmão bastardo D. Henrique de Trastamara.

Disse que para lhes fazer frente D. Pedro procurou a aliança da Inglaterra pelo facto, salientou, das suas fronteiras confinarem então com o seu reino na costa cantábrica, pelo ducado da Aquitânia e Gasconha, o que trouxe a intervenção que a



dinastia plantageneta e, logo, o Duque de Lancastre passaram a exercer em os negócios da Península. Referiu-se, em especial, às expedições do Príncipe Negro a Castela em 1367, seguida da do Conde de Cambridge a Portugal e, por fim, à do Duque de Lancastre em 1386. Nomeou alguns reis de armas ingleses que vieram nesta expedição e aludiu à probabilidade da influência destes e dos seus príncipes na heráldica basca, galega, castelhana e portuguesa da época e julgou encontrar, em reforço da sua hipótese, a introdução de peças heráldicas lancastrianas (rosas vermelhas, plumas de avestruz, crescentes, cadeados e outras) na composição de vários brasões de indivíduos e famílias partidárias de João de Gante, que apontou. Tratou em especial do célebre colar de SS, o qual considerou uma condecoração deste príncipe, concluindo que lhe parecia se acharem as peças componentes do mesmo em várias armas de próceres da época, tais como Mem Rodrigues de Senábria, João Afonso de Baeza, Afonso Furtado de Mendonça, N. de Cárdenas, Vasco Pires de São-Paio e, até, nas da cidade de São Sebastião.

2 de Julho de 1964 — Em «Comemoração do centenário do primeiro recenseamento populacional português» o Dr. José Timóteo Montalvão Machado salientou o valor desse primeiro recenseamento efectuado em 1864. A propósito lembrou as primeiras tentativas de censos populacionais nos tempos de D. João I e D. João III e, depois, as feitas pelo Marquês de Abrantes, pelo Intendente Pina Manique, pelo Conde de Linhares, etc., até se haver deliberado proceder ao primeiro recenseamento de harmonia com as normas estabelecidas pelos Congressos Internacionais de Estatística. Encontram-se, disse, ligados a esta iniciativa os nomes dos Reis D. Pedro V e D. Luís I, dos estadistas Fontes Pereira de Melo, António de Serpa Pimentel e Duque de Loulé e do estatista Dr. João da Costa Brandão e Albuquerque.

Recordou os recenseamentos feitos até 1960 e o crescente aperfeiçoamento dos serviços estatísticos que, sucessivamente, passaram do Ministério do Reino para o das Obras Públicas, deste para o da Fazenda e, depois para a Presidência do Ministério. Mencionou, ainda, os nomes do académico Luís Augusto Palmeirim, do Eng. Eduardo Vilaça e de outros que se applicaram com denodo à Estatística, entre os quais o Prof. Armindo Monteiro que criou o Instituto Nacional de Estatística e foi grande impulsor de estudos e trabalhos da especialidade no século corrente. Salientou os altos serviços que a Estatística presta aos governantes e suas autoridades, aos médicos e higienistas, aos estudiosos e jornalistas, ao comércio, à indústria e a todas as actividades.

6 de Julho de 1964 — A Dr.^a D. Margarida Davina Andreatta fez uma comunicação intitulada «Algumas considerações sobre a pré-história da América do Sul», dizendo que a origem do Homem Americano interessou sempre os estudiosos de todo o Mundo e, por isso, se têm feito pesquisas sistemáticas na América do Norte, Central e do Sul, principalmente no Brasil.

Utilizando os métodos do carbono 14 obtiveram-se datas muito mais recuadas das culturas do que as conseguidas até então, pelos métodos das datações relativas, o que levou os arqueólogos à revisão de cronologias já estabelecidas para alguns sítios pré-históricos e à formulação de novas teorias.

As datações mais antigas determinadas na América do Sul, são as seguintes: Muaco, Venezuela — 16 000 ou \pm 14 035 a. C. (J. M. Crucent); Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil — 10 378 ou \pm 8314 a. C. (Empeaire); Englefield, Patagónia Chilena — 9248 ou \pm 7180 a. C. (Empeaire); Maratuá, S. Paulo, Brasil — 7803 ou \pm 5500 a. C. (Empeaire); José Vieira, Paraná, Brasil — 6683 ou \pm 4611 a. C. (Empeaire).

Verifica-se que o conjunto de todos os elementos arqueológicos se apresenta muito fragmentado e que resta, ainda, uma grande área territorial em cada país para ser escavada e estudada, porquanto se não podem tirar conclusões, visto se estar em uma fase de reunião de subsídios e documentos.

9 de Julho de 1964 — O Dr. Leonel Ribeiro comunicou existir na região de Viseu uma anta que ainda não foi explorada.

Informou o Doutor D. Fernando de Almeida que numas obras efectuadas para construções de casa no lugar de Porto Salvo, concelho de Oeiras, se encontraram três sepulturas, que pareciam romanas, de época avançada e que foram tomadas providências para acautelar outros achados no mesmo sítio.

SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA

Mesa eleita em 31 de Outubro de 1963

Presidente — *Ten.-cor. Afonso do Paço*
Vice-Presidente — *Maxime Vaultier*
Secretário — *Dr. Eduardo da Cunha Serrão*

*

19 de Dezembro de 1963 — Pelo Ten.-cor. Afonso do Paço foi apresentada uma comunicação relativa aos trabalhos que efectuou na «villa Cardilius» (Torres Novas) onde encontrou até a data cerca de 343 m² de mosaicos romanos que estão a ser restaurados na oficina anexa ao Museu de Conimbriga.

Os trabalhos são feitos a expensas da Câmara Municipal de Torres Novas e com o auxílio do Ministério das Obras Públicas, por intermédio da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

O mesmo Senhor, em colaboração com o Dr. Joaquim Bação Leal, procedeu a escavações no Castelo de Lousa, na margem esquerda do Guadiana (Mourão), patrocinadas pela Fundação Calouste Gulbenkian, e na Herdade da Queijeirinha (Mourão), aquela estação arqueológica constituída pelas ruínas de uma fortificação cujas muralhas foram construídas com espessas placas de xisto, abundante na região, e esta última por um cemitério com sepulturas típicas do Bronze Argárico.

De colaboração com o consócio Dr. João Pires Gonçalves os mesmos arqueólogos identificaram no Monte da Azinheira (Reguengos de Monsaraz) fragmentos de uma bela tampa de sepultura romana de mármore, na qual estão esculpidas artísticas cenas mitológicas.

O Doutor D. Fernando de Almeida descreveu os seus planos acerca do prosseguimento das escavações a efectuar em o notável monumento da época romana conhecido por Torre de Centum Cellae (Belmonte), começadas pelo arqueólogo Dr. Aurélio Ricardo Belo, que não as concluiu por haver falecido.

O Dr. Eduardo da Cunha Serrão ocupou-se do recente aparecimento em Pedreiras (Sesimbra) de um pequeno depósito de instrumentos de bronze atribuíveis à cultura do Bronze Atlântico, cuja cronologia estabeleceu entre o princípio do século VIII a. C. e o final do III a. C., achados que, como os de há bastante tempo em Alfirim (próximo da Lagoa de Albufeira), demonstram expansões muito meridionais das indústrias de origem extra-europeias daquela época, dos finais da Pré-História, indústrias que, na Península Ibérica, frutificaram principalmente nas regiões estâniferas do Noroeste.

14 de Janeiro de 1964 — O Dr. Leonel Ribeiro fez uma comunicação relativa a um concheiro meso-neolítico recentemente descoberto, contando como apareceu a estação. Um dos seus alunos do Liceu de Gil Vicente, rapaz muito interessado pela Arqueologia, mostrou-lhe fragmentos de cerâmica ornamentada provenientes de um local nas margens do Sado. Visitou o Dr. Leonel Ribeiro o local e reconheceu estar perante um concheiro neolítico, do qual trouxe alguns materiais mais representativos. Fez considerações acerca da importância da estação, o primeiro concheiro neolítico que conhece, cujos materiais têm confronto com outros de culturas norte-africanas de Marrocos e da Argélia.

Conforme declarou, um conjunto de estações desta época, peninsulares e norte-africanas, está-se a tornar de homogeneidade evidente, como já havia notado o P.^o Jalhay, sugerindo ao Dr. Leonel Ribeiro a revelação de uma civilização atlântica vigorosamente imposta pelos vestígios arqueológicos que deixou, civilização para a qual proporia a designação de «Civilização Atlântica dos Algarves», já que «Algarves» é a expressão que abrange tanto o Algarve português como parte do norte de África e está impresso em exemplos toponímicos e no título tomado pelos reis de Portugal que, quando possuíam o norte de África se intitularam «Reis de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África».

Disse que proporia, também, para a mencionada civilização, que expressivamente se impõe cada vez mais pela quantidade de estações e originalidade cultural, a designação de «Civilização neolítica Atlântica euro-africana».

Mostrou alguns materiais, comparando-os com os de outras estações portuguesas (Montes Claros, Lapa do Fumo, etc.) e norte-africanas, entre os quais havia

cerâmica com mamilos, decorações feitas por meio de pontos incisos e separados, pequenas peças de barro semelhantes a chifres em miniatura, etc. Destacava-se nos materiais apresentados um ídolo de barro com a representação dos olhos, de tatuagens e de nariz em relevo, peça de grande originalidade, que lembra os ídolos falanges cilindros de calcário.

Comunicou o Ten.-cor. Afonso do Paço que com o Eng. José Martins Farrajeta fez reconhecimentos nas imediações da Quarteira, concelho de Loulé, especialmente no local conhecido por Cerro da Vila, situado dentro da propriedade denominada Morgado de Quarteira, onde deve ter havido uma importante vila romana, presentemente quase destruída por completo pelos trabalhos agrícolas. Quando em 11 de Outubro de 1963 lá foram pela primeira vez assistiram à destruição dos mosaicos, feita por um tractor. Recolheram à superfície do solo fragmentos de mármore, de *tegulae*, tijolos, ânforas e outros recipientes de barro grosseiro, assim como de *sigillata*.

18 de Fevereiro de 1964 — Apresentaram os sócios Ten.-cor. Afonso do Paço e Hipólito Cabaço uma comunicação acerca dos materiais paleolíticos das Caldas da Rainha, mencionando materiais novos que vêm completar e esclarecer os estudos anteriores a 1940, mas também os posteriores do Embaixador R. Flaes e Dr. Georges Zbyszewski. As Caldas da Rainha é região particularmente rica nestes materiais e devido aos últimos trabalhos do Dr. Eduíno Borges Garcia sabe-se que se estendem a Famalicão da Nazaré e outros lugares.

Afonso do Paço e Hipólito Cabaço informaram que recolheram materiais idênticos na cumieira que vai de Aljubarrota à Batalha e até nas fortificações escavadas pelo primeiro por incumbência da Comissão de História Militar.

Maxime Vaultier disse que em tempos examinou os sobreditos materiais e então os classificara de pertencentes ao Acheulense III, IV e V e que ele próprio encontrara junto de Aljubarrota peças de características idênticas.

O Ten.-cor. Afonso do Paço e o Dr. Joaquim Bação Leal noticiaram o achado de uma moeda ibérica no castelo de Lousa, Mourão, da colónia Celsa, cunhada cerca do ano 40 a. C., a qual esclarece a época de ocupação daquele castelo e o seu conjunto histórico.

Apresentou o Dr. Leonel Ribeiro cópia de uma inscrição etrusca existente em um sarcófago do Parque Monserrate, de Sintra, o qual deve ser originário da Toscana e que parece, no género, documento único em Portugal, esperando que se consiga apurar o seu significado e a sua vinda para o nosso país. Disse, ainda, que António A. R. da Cunha, na sua *Sintra Pinturesca*, editada em 1905, se referiu a três múmias que o

Visconde de Monserrate comprara por preço fabuloso e trouxera para o seu Parque de Monsarrate, acrescentando que pertenciam ao século III a. C.. O Dr. Leonel Ribeiro chegou à conclusão de a inscrição referida estar registada no *Corpus Inscriptionum Italicorum*, de Ariodante Faetli, antigo director do Museu de Perugia e, depois, professor de Arqueologia na Universidade de Turim.

10 de Março de 1964 — Pelos Dr. Leonel Ribeiro, Dr.^a Vera Leisner e Escultor Maurício Meireles Penha foi comunicada a existência, em Sanfins do Douro (Alijó), de um castro onde se encontraram vários materiais pré-históricos e da época lusitano-romana, destacando-se uma cabeça humana rudemente esculpida em granito, com as dimensões de 27 × 87 cm, que parece ter pertencido a uma figura de guerreiro lusitano semelhante a outras aparecidas em Portugal. Foi achada em 1945 e era utilizada como esteio de vedação de uma vinha. Falaram ainda da existência de sepulturas romanas no mesmo local de Vilarelho, de sete dólmenes no planalto do Campo da Meã e também nas proximidades, ao sul deste planalto, dos restos imponentes de um castro.

A Dr.^a Vera Leisner informou que, com subsídios da Fundação Calouste Gulbenkian, será brevemente publicado um minucioso estudo que fez de colaboração com o Dr. Leonel Ribeiro e o Ten.-cor. Afonso do Paço acerca das conhecidas grutas artificiais de S. Pedro do Estoril, descobertas em 1944 pelo primeiro destes confrades.

Referiu-se João de Lemos Castelo-Branco, pormenorizadamente, à existência de um cemitério romano em uma sua propriedade chamada Herdade da Comenda da Igreja, onde apareceram vários materiais, merecendo destaque um belo fresco romano de vidro, intacto, achado dentro de um dos sepulcros, assim como pontas de lança de ferro, etc.

Informou o Ten.-cor. Afonso do Paço que durante as escavações a que procedeu numa vila romana ao Sul de Torres Novas identificou, junto da Fonte da Barreta, vários instrumentos paleolíticos, talhados em calhaus rolados, que devem ter sido feitos e utilizados há cerca de 30 000 anos a. C. e, também, no local onde se encontra a vila romana conhecida por *Villa Cardilius* materiais que revelam, aí, um fundo neolítico.

14 de Abril de 1964 — O Dr. Eduardo da Cunha Serrão apresentou os resultados das investigações a que procedeu num cemitério luso-romano situado em terras da Casa Palmela, a cerca de 1400 m a N. E. do palácio do Calhariz (Sesimbra), atribuível ao século IV d. C., onde identificou vários sepulcros contendo taças de cerâmica cinzenta escura e outros estilos de tipologia romana, nas proximidades do qual se ergue um monumento de pedra com sinais insculpidos, que sugerem ter sido alvo

de práticas religiosas primitivas relacionadas com a idolatria. Seria, portanto, um menhir, posteriormente cristianizado por uma cruz gravada, conhecendo-se muitos poucos monumentos deste tipo em o nosso país.

Comunicou o Doutor D. Fernando de Almeida que defronte do Cabo Sardão redes de pesca haviam trazido do fundo do mar algumas ânforas, facto que se havia já verificado anteriormente, o que leva a crer terem tais vasilhas feito parte da carga de um barco naufragado no século IV d. C.

Referiram-se o Ten.-cor. Afonso do Paço e Eng. José Farrajota a ruínas de paredes e canalizações da época romana submersa em frente da Quarteira (Algarve), as quais foram destruídas a pedido dos pescadores locais, e a cetárias, em Loulé Velho, que correm o risco de serem destruídas pelo mar.

Deu Afonso do Paço informações relativas a diversos achados do Paleolítico, do Neolítico e da época romana, que no concelho de Vila do Conde, em Torres Vedras e na bacia hidrográfica do Degebe fizeram os arqueólogos Elísero Pinto, Leonel Trindade e Dr. José Fernandes Ventura.

Expôs o Dr. Eduíno Borges Garcia as investigações e estudos a que procedeu na valiosa zona arqueológica da região dos Coutos de Alcobaça, entre S. Martinho do Porto e a Nazaré, na qual identificou antiguidades de várias épocas, pré-históricas e históricas.

O Dr. Leonel Ribeiro e o Escultor Maurício Penha apresentaram exemplares raros de objectos metálicos de adorno, da idade do Bronze, e duas pequenas e toscas esculturas de granito, uma das quais parece inspirada nos objectos de culto do Eneolítico, antiguidades estas encontradas ocasionalmente na rica região arqueológica de Sanfins do Douro.

12 de Maio de 1964 — O Dr. Leonel Ribeiro apresentou os elementos necessários à determinação exacta da zona onde apareceram fragmentos de cerâmica ornamentada, no vale do Sado, os quais lhe foram mostrados por um seu aluno do Liceu de Gil Vicente.

Fez Maxime Vaultier várias considerações acerca da confiança que podem, ou não, merecer as datações dos materiais arqueológicos pela avaliação do seu conteúdo em C. 14. Em conversas tidas com o professor de Antropologia da Universidade de Harvard, Hallam L. Movius Jr. e com outros arqueólogos franceses Maxime Vaultier chamou a atenção para erros prováveis resultantes da radioactividade de que, presentemente, está carregada a atmosfera, atingindo, até grandes profundidades, as camadas do globo terrestre. A sua hipótese foi confirmada por estudos que efectuaram

arqueólogos franceses, os quais põem em dúvida, portanto, o rigor das análises feitas por esse processo de datação.

O Ten.-cor. Afonso do Paço ausente, comunicou por escrito, haver recomeçado os trabalhos de escavação na vila romana de Cardílio, em Torres Novas, tendo reconhecido na base do mosaico que mostra as figuras de Cardílio e de Avita a existência de três níveis de habitação, com paredes e pavimentos de *opus signinum*. Disse que na oficina de restauro do Ministério das Obras Públicas, em Conimbriga, prosseguem os trabalhos de reconstituição dos mosaicos encontrados nesta vila romana.

16 de Junho de 1964 — A Dr.^a D. Margarida Davina Andreatta fez considerações acerca dos mais importantes problemas arqueológicos brasileiros e sul-americanos, especialmente sobre processos técnicos de escavações e de obtenção de cronologias.

7 de Julho de 1964 — Comunicou o Ten.-cor. Afonso do Paço que ele e o Dr. Fernando Nunes Ribeiro e Arquitecto Gonçalo Lyster Franco recolheram em plena Serra do Caldeirão, numa propriedade chamada Corte do Freixo, banhada por um afluente da Ribeira de Odelouca e situada na freguesia de Gomes Aires, do concelho de Almodôvar, uma lápide ibérica, peça fracturada no sentido longitudinal, provida de uma espécie de espigões, a qual estava à profundidade de 30 a 40 centímetros e pertencente ao Senhor Felisberto Guerreiro, de Santana da Serra.

A notícia do achado de uma inscrição como caracteres «presumivelmente gregos», publicada no *Diário do Alentejo*, de 25 de Junho, levou os referidos arqueólogos, que naquela altura se encontravam em Beja, a procurá-la no dia seguinte e a identificaram como de escrita ibérica. Levaram-na para a mencionada cidade por amável oferta do proprietário do monte, atrás indicado, e do seu parente Senhor Manuel Palma Guerreiro de Carvalho.

Esta peça arqueológica tem a particularidade de se achar associada a uma tampa sepulcral da idade do Bronze, facto que presumivelmente, poderá contribuir para o estudo da sua cronologia.

A Dr.^a Vera Leisner fez uma comunicação relativa a «Os dólmenes da Serra de Leomil (Moimenta da Beira)» e o Dr. Carl Harpsoe outra, acerca de «A Lorga de Dine — gruta da freguesia de Mofreita (Vinhais)».

SECÇÃO DE HISTÓRIA

Mesa eleita em 30 de Novembro de 1963

Presidente — *Dr. João Couto*

Vice-Presidente — *P.º Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos*

Vice-Presidente — *Ten. José de Campos e Sousa*

*

30 de Novembro de 1963 — Relativamente a «Quem foi o primeiro provedor da Misericórdia de Lisboa» o Doutor Fernando da Silva Correia fez uma comunicação, dizendo parecer que foi Duarte Borges o primeiro provedor, pois em Ponta Delgada, de onde era natural, existe essa tradição e no compromisso da Misericórdia do Porto se menciona o seu nome, além de, em um certo processo de habilitação do Santo Offício, relativo a um descendente do mesmo, se assinalar o facto.

Acerca do assunto Luís Bivar Guerra deu informações referentes aos Borges das Ilhas e disse que eles eram fintados como judeus, assunto já tratado por alguns autores.

12 de Dezembro de 1963 — O Dr. José Timóteo Montalvão Machado fez uma comunicação relativa a Pêro Esteves, o Barbadão, que se diz estar sepultado em Veiros, terra onde teria nascido. Contou as diligências feitas para verificar as asserções que indicam estar ali a sua sepultura, concluindo haver erro em tal informação, pois a campa indicada como do Barbadão não pode ser sua, visto o nome nela inscrito não corresponder ao seu. A sepultura mencionada é de D. Afonso Barbacho, cuja mulher, também referida na inscrição, possuía nome muito diverso do que tinha a do

Barbadão, além de a data da morte — 1475 — não se adaptar a esta personagem, porquanto, assim, haveria morrido com cento e dezanove anos.

15 de Janeiro de 1964 — O Doutor Fernando da Silva Correia lembrou que em 1963 passaram os centenários das publicações de duas obras notáveis: uma acerca da saúde pública, do Doutor Macedo Pinto, e a outra, «Colóquio dos Simples e Drogas da Índia», de Garcia de Orta.

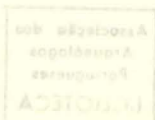
Fez o Dr. José Timóteo Montalvão Machado uma comunicação em que analisou pormenorizadamente a morte da Rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, e as do Cardeal D. Jaime, do Príncipe D. João, regente de Chipre, e do Condestável D. Pedro, concluindo, ao contrário do que escreveram os cronistas da época e alguns historiadores modernos, que eles não morreram envenenados, mas vítimas de uma doença familiar debilitante, a tuberculose.

O Dr. Leonel Ribeiro referiu-se à Atlântida de Platão, dizendo que as últimas investigações parecem confirmar a sua existência. Falou da escrita alfabética, que julga cada vez mais plausível ter sido inventada na Península Ibérica ou no Norte de África.

11 de Março de 1964 — Fez uma comunicação intitulada «Sobre a função social do fidalgo segundo a obra *Ordenações e Leis do Reino* (Lisboa, 1747)» o Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo, que — através dos privilégios da fidalguia portuguesa, dos cargos que lhe eram expressamente reservados e das alusões concretas constantes daquela publicação oficial — procurou inquirir qual foi, na consciência jurídica portuguesa, até o século XVIII, a função de fidalgo.

O Dr. José Timóteo Montalvão Machado traçou uma síntese da história do jornalismo em Portugal desde o aparecimento de uma publicação precursora, a *Relação universal do que succedeu em Portugal e nas províncias do Ocidente e do Oriente nos anos de 1625 e 1626*, do conhecido economista e escritor Manuel Severim de Faria, até a *Gazeta de Lisboa*, a que o Povo logo chamou *A Gazeta do Monterroio*, que se pode, com propriedade, considerar o primeiro jornal português. *A Gazeta* pertencia ao célebre publicista José Freire Monterroio Mascarenhas, que nasceu, trabalhou e morreu em Lisboa, sem nunca ter auferido títulos, mercês, benesses ou recompensas de qualquer espécie. Nem sequer o seu nome figura na esquina duma praça ou rua da Capital.

O Dr. Montalvão Machado referiu-se, entre outros, aos órgãos da imprensa setentista chamado *O Jornal Enciclopédico* e *O Almoceve das Petas* e, bem assim,



aos jornais do século XIX, de aspecto já parecido com o da imprensa diária contemporânea, e que tanta importância tiveram na luta contra os Franceses e nas dissidências entre Miguelistas e Liberais.

15 de Abril de 1964 — Com o título de «João Correia, sua origem e sepultura na Matriz de Penafiel — Uma lâmina sepulcral rara» Abílio Pacheco de Carvalho fez uma comunicação na qual se referiu à preciosa campa quinhentista, flamenga, de bronze, que foi, primitivamente, dourada e esclareceu o problema da família da pessoa debaixo dela enterrada.

Referiu-se, também, à pedra brasonada oitocentista da sepultura do Ten.-gen. Antão Garcês, 1.º Barão da Várzea do Douro, existente na mesma capela daquele templo, dizendo que a família Garcês, de Penafiel, está ligada à do rico mercador João Correia.

O Dr. José Timóteo Montalvão Machado aludiu ao 1.º centenário do primeiro recenseamento populacional português, feito a sério no ano de 1864, historiando, a propósito, os recenseamentos efectuados no País desde o alvorecer da nacionalidade até o ano de 1960, facto que lhe parece, pela sua importância na vida nacional, deve ser condignamente assinalado.

13 de Maio de 1964 — Apresentando um artigo publicado no jornal de Lisboa *O Século* aos 16 de Fevereiro de 1963 acerca de «O epitáfio quinhentista do Dom Prior Diogo de Gouveia», o Doutor Fernando da Silva Correia chamou a atenção para a necessidade de se evitar a perda da lápida existente no castelo de Palmela.

O Dr. José Timóteo Montalvão Machado falou de uma pequena arca, existente na igreja do Castelo de Palmela, que dizem ser do Senhor D. Jorge, duque de Coimbra e pai do Duque de Aveiro, a qual não tem nenhuma inscrição. Também se reconheceu ser preciso tentar evitar a perda da referida arca tumular.

Disse o mesmo sócio que estudou ultimamente o local da batalha de Alfarrobeira e na auto-estrada entre Lisboa e Vila Franca de Xira, antes de se chegar a Alverca existe uma veiga denominada o Arraial, conforme a tradição, ter havido ali uma batalha em que o sangue foi tanto que corria pelas valas. Este lugar corresponde ao que dizem os historiadores, de o Infante D. Pedro haver sido aprisionado numa pequena veiga, junto da Ribeira de Alfarrobeira, na qual se travou a batalha com as tropas de D. Afonso V. O Infante pretendia ultrapassar Alverca, ir por um vale até S. João do Tojal e Loures, entrando, depois, em Lisboa ou, continuando caminho, seguir por Óbidos até regressar a Coimbra.

O Dr. Leonel Ribeiro falou do vocábulo Xira, que entende não ser de origem árabe, nem inglesa, prometendo fazer uma comunicação acerca do assunto.

17 de Junho de 1964 — O Dr. José Timóteo Montalvão Machado deu algumas informações complementares sobre a localização da batalha de Alfarrobeira, assunto que tratara na sessão anterior. Também se ocupou das sepulturas de algumas pessoas importantes enterradas na igreja de S. Francisco, em Chaves.

Falou o Doutor Fernando da Silva Correia, da parte inédita de um manuscrito do cônego lóio Jorge de S. Paulo, escrita em 1656 e existente no Hospital das Caldas da Rainha, a qual lhe parece ser o escrito português mais antigo relativo a administração hospitalar, porquanto entende se deveria publicar.

8 de Julho de 1964 — Fez uma comunicação acerca de «A comarca de Trallos Montes, com os seus 59 concelhos no século XVI» o Dr. José Timóteo Montalvão Machado, reconstituindo a carta desta região.

COMISSÃO DE HERÁLDICA E GENEALOGIA

Mesa eleita em 2 de Novembro de 1962

Presidente — *Marquês de São-Paio*
Secretário — *Ten. José de Campos e Sousa*
Secretário — *Dr. Carlos Lobo de Oliveira*

*

4 de Julho de 1964 — Tratou-se de um pedido acerca da forma de usar a insígnia da Ordem de Cristo nas armas concelhias e do parecer relativo às armas, bandeira e selo do concelho de Lagoa.

COMISSÃO DE NUMISMÁTICA E SIGILOGRAFIA

Mesa eleita em 29 de Outubro de 1963

Presidente — *Major Ismael Joaquim Spínola*
Vice-Presidente — *Comodoro Alfredo Mota*
Secretário — *Dr. Gabriel Rocha Souto*

*

29 de Outubro de 1963 — O Dr. Gabriel Rocha Souto fez uma comunicação intitulada «A determinação da expansão da Fé, na numismática portuguesa».

26 de Novembro de 1963 — Apresentou o Dr. Gabriel Rocha Souto uma comunicação relativa a «O selo do Município de Setúbal».

21 de Janeiro de 1964 — Com o título de «Condecorações britânicas do período da Guerra Mundial de 1939-1945» fez o Dr. Gabriel Rocha Souto uma comunicação. Continuou os seus estudos acerca das principais condecorações dos países que entraram na guerra.

Em seguimento de uma comunicação que leu em 19 de Março de 1963 referente a medalhas alemãs estudou as principais condecorações britânicas da segunda guerra Mundial. Ocupou-se das condecorações do Exército, da Marinha e da Royal Air Force, estudando, por fim a «Victoria Cross» que precede todas as outras condecorações e pode ser conferida aos membros de qualquer das três armas.

19 de Maio de 1964 — O Dr. Gabriel Rocha Souto continuou a apresentação da sua comunicação do período da segunda guerra mundial.

30 de Junho de 1964 — Prosseguiu o Dr. Gabriel Rocha Souto a sua comunicação das sessões anteriores.

O mesmo sócio falou da demolição do convento de S. Domingos, de Santarém, vendido para demolição, lembrando que a Associação propusesse à Câmara Municipal da referida cidade uma comissão de dois membros que observassem as obras para fazerem um relatório acerca do aparecimento de moedas, medalhas e outros objectos de valor arqueológico, histórico e architectónico.

Noticiário

Extraímos dos jornais de todo o país notícias resumidas que podem interessar os nossos consócios. Por alguns desses periódicos não serem conhecidos da maioria e outros darem informações passadas despercebidas a quem possam ser úteis, aqui ficarão arquivadas. Julgamos, assim, prestar um serviço à Arqueologia Nacional.

*

*

*

Chama-se a atenção para o estado de abandono em que se encontra a «Citânia de Bagurte» (Vila do Conde) estudada, se não inteiramente, pelo menos em boa parte por Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Ferreira Cardoso.

Em Maximinos, Braga, ao serem iniciados trabalhos de construção de um novo bairro, foram encontrados restos de cidade romana: muralhas, casas, forno de cerâmica, uma sepultura do século III d. C., etc.. O Sr. Cónego Ribeiro da Cunha tomou nota dos achados, que serão guardados no futuro Museu Distrital.

Primeiro de Janeiro, 27-1-1964.

As ruínas da cidade romana Amaia continuam em lamentável abandono.

A Rabeca, 26-12-1963.

Dois franceses procuram o «Tesouro dos Matabeles» em Ossi no Sul de Angola.

Diário do Norte, 5-12-1963.

As pinturas rupestres de Moçambique foram visitadas pelo Vice-presidente da Sociedade de Geografia, de Paris.

Comércio do Porto, 5-1-1964.

Em Angra do Heroísmo, junto da igreja de S. Mateus, quando da extracção de areia para construção civil, apareceu um exemplar da muito rara moeda de dez reais de D. João III, puncionada com o «Açor» no tempo do rei D. António. Ficou guardada no Museu Regional da cidade.

Diário Popular, 30-1-1964.

MOVIMENTO DE SÓCIOS

Admissões para a Secção de Pré-História

Efectivos:

Dr. Eduíno Gerardo Borges Garcia — 16 de Janeiro de 1964

Dr.ª D. Maria Cristina Moreira de Sá — 16 de Janeiro de 1964

Dr. Mário Pires Bento — 16 de Janeiro de 1964

Dr.ª D. Maria Augusta Esparteiro da Cunha Serra — 19 de Março de 1964

Correspondentes:

Dr. José Pires de Almeida Gonçalves — 12 de Julho de 1963

Dr. António Arribas Palau, espanhol — 12 de Julho de 1963

P.º António Augusto Tavares — 16 de Janeiro de 1964

João Vicente Martins — 16 de Janeiro de 1964

Eng. José Martins Farrajota — 16 de Janeiro de 1964

P.º Carlos Alberto Ferreira de Almeida — 19 de Março de 1964.

Dr. Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva — 19 de Março de 1964

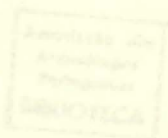
Dr.ª D. Maria Adília da Rocha Moutinho Alarcão e Silva — 19 de Março de 1964

Dr. Reynier Flaes, holandês — 19 de Março de 1964

Leandro Quintas Neves — 16 de Abril de 1964

Dr.ª D. Margarida Davina Andreatta, brasileira — 16 de Abril de 1964

Dr. Carl Heinz Harpsoe, dinamarquês — 18 de Junho de 1964



Admissões para a Secção de História

Efectivos:

- Luís José de Bivar de Sousa Leão Pimentel Guerra* — 12 de Julho de 1963
Dr. Francisco António de Simas Alves de Azevedo — 16 de Janeiro de 1964
Dr. Guilherme Goldegel de Oliveira Santos — 16 de Janeiro de 1964
Mário da Conceição Costa — 19 de Março de 1964
Amadeu Rodrigues Pires — 18 de Junho de 1964

Correspondentes:

- Dr. Domingos de Araújo Afonso* — 16 de Janeiro de 1964
Dr. Paul Adam, francês — 16 de Janeiro de 1964
Pierre Cocheril, em religião *P.º Maur Cocheril*, francês — 16 de Janeiro de 1964
Barão Pierre Napoléon Jean Hervé Pinoteau, francês — 16 de Janeiro de 1964
P.º Doutor Avelino de Jesus da Costa — 19 de Março de 1964
Marciano Nicanor de Távora de Vasconcelos e Silva — 18 de Junho de 1964

Admissão de sócios honorários

- Eng. Doutor Eduardo de Arantes e Oliveira* — 7 de Outubro de 1963
Doutor José Henrique de Azeredo Perdigão — 7 de Outubro de 1963

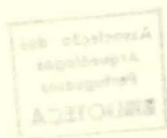
Sócios falecidos

- Dr. Luís Chianca de Pina Manique*, efectivo, Secção de História — 9 de Agosto de 1963
Dr. Albano de Carvalho Sardoeira, correspondente, Secção de História — 30 de Abril de 1964.

COLOCAÇÃO DO MAPA E DAS ESTAMPAS

	Págs.
Esquema genealógico da descendência do Rei D. João I	12-13
Planta do balneário romano reconhecido na herdade da Fonte do Prior (Montemor-o-Novo)	36-37
Alguns cortes demonstrativos das construções reconhecidas no balneário romano da herdade da Fonte do Prior (Monte- mor-o-Novo)	36-37
<i>Frigidarium</i> e canalizações destruídas	36-37
Presumível <i>Laconium</i> , <i>Caldarium</i> e <i>Tepidarium</i>	36-37
Restos do sistema de aquecimento	36-37
<i>Tepidarium</i>	36-37
Provável <i>Laconium</i>	36-37
Vista geral da zona reconhecida	36-37
Materiais recolhidos no decorrer das escavações	36-37
Vertebrados do Pleistocénio (I, II, III e IV)	54-55
Grupo de vários negróides pintados a vermelhão	64-65
Antílopes e negróides pintados a vermelhão e alaranjado	64-65
Seis guerreiros bosquímanos pintados a chocolate	64-65
Três crescentes da cultura de Wilton	64-65
Conjunto das pinturas	64-65
Grupo de alunos que fizeram exame no 1.º Curso de Arqueologia que funcionou no Museu do Carmo em 1885, a expensas de S. A. o Príncipe D. Carlos e de que foi professor Possidó- nio da Silva	94-95
Lugar do desembarcadouro — Tróia	94-95
Desenhos de materiais exumados por El-Rei D. Carlos no decorrer das escavações que realizou em Tróia	94-95

	Págs.
Antiguidades da Egitânia — Alguns achados dignos de nota (I e II)	102-103
Castelo de Sesimbra	126-127
Materiais pré-históricos, do Neo-eneolítico e do Neolítico	126-127
Ídolos da Lapa do Bugio	126-127
Materiais pré-históricos do Eneolítico	126-127
Cerâmica proto-histórica com ornatos brunidos — <i>Lapa do Fumo</i>	126-127
Materiais do <i>Bronze Atlântico</i> (Pedreiras); proto-históricos (Necrópole do Casalão); restos de fivela de cinturão proto-histórica e cerâmicas medievais (Castelo)	126-127
Moedas árabes (Século XII — Lapa do Fumo), da 2. ^a dinastia portuguesa (Castelo)	126-127
Pedra de armas do século XVII do Forte de S. Domingos de Baralha (Baía da Baleeira)	126-127
Pinturas sobre tábuas da Escola Portuguesa dos finais do século XVI, representando a Adoração dos Pastores e a Adoração dos Reis Magos	126-127
Pintura sobre tábuas, da Escola Portuguesa dos finais do século XVI, representando o Pentecostes	126-127
S. Sebastião e o Padre Eterno	126-127
Luís de Pina Manique	150-151
Ponte Velha de Cheleiros, no concelho de Mafra	170-171
Portas de Vila Viçosa — Estremoz	170-171
A inscrição portuguesa no seu estado actual	178-179
Túmulo de D. Fernão Sanches	186-187



ESTE VOLUME FOI COMPOSTO PELA EMPRESA
INDUSTRIAL GRÁFICA DO PORTO, L.DA, (EDIÇÕES
MARÂNUS), E SE IMPRIMIU A 31 DE MARÇO DE 1965,
NA PRAÇA DA REPÚBLICA, 57 — TEL. 20504 — PORTO